

ADRIANA APARECIDA ORTOLAN

**FRANCISCO BELTRÃO-PR:
ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO E PODER**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho

**CURITIBA
2006**

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
– MESTRADO E DOUTORADO



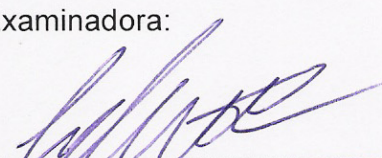
PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia, reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pela candidata **ADRIANA APARECIDA ORTOLAN**, intitulada: “**FRANCISCO BELTRÃO-PR: ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO E PODER**”, para obtenção do grau de **Mestre** em Geografia, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**.

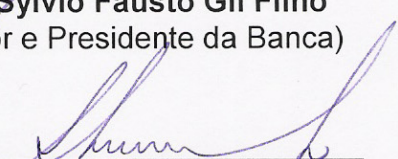
Após haver analisado o referido trabalho e argüido o candidato, são de parecer pela **APROVAÇÃO** da Dissertação, com Menção **DISTINÇÃO E LOUVOR**.

Curitiba, 28 de Março de 2006.

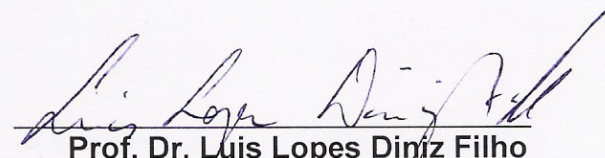
Nome e assinatura da Banca Examinadora:



Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho
(Orientador e Presidente da Banca)



Prof. Dr. Euclides Marchi
UFPR



Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho
(UFPR)

*A meu marido,
Dimosthenis,
e a meus pais,
Umberto e Angelina,
meus incentivadores.*

AGRADECIMENTOS

- A Deus;
- Ao meu amor, Dimosthenis, pela compreensão e pela insubstituível presença em todos os momentos;
- À minha família, de modo especial aos meus pais, Umberto e Angelina, pelo amor, paciência e generosidade;
- Ao meu orientador, Sylvio Fausto Gil Filho, pelo seu saber, pela sua paciência e compreensão;
- Aos meus colegas e professores do Mestrado, pela troca de experiências e pela partilha das angústias, mas principalmente pelo aprendizado;
- Às minhas amigas Fabiana Biachini e Fabíola Oro Assis, pela amizade.
- Aos entrevistados, por entenderem a nossa proposta de pesquisa e nos auxiliarem com sua experiência de vida;
- Ao estudioso Jorge Baleeiro de Lacerda, pelo auxílio na fase inicial da pesquisa e pelo incentivo;
- Ao Jornal de Beltrão, por disponibilizar os materiais necessários, especialmente aos jornalistas Ivo Pegoraro e Badger Vicari;
- Às Secretarias Municipais de Urbanismo, Planejamento, Educação e Saúde; aos Departamentos de Cultura e Jurídico, principalmente à Sílvia Lorenzetti e Tânia Penso Ghedin pela presteza em ajudar;
- Aos amigos Valmir Baltokoski e André Spiller, pelo trabalho de montagem dos cartogramas;

- À Professora Sueli Bevilacqua Baleeiro de Lacerda, pelo trabalho de revisar os originais.

- A Luis Carlos Zem (UFPR), Pe. Lizandro Poletto (Concatedral Nossa Senhora da Glória), Paulo Roberto de Freitas (IBGE), Claudinéia Cabral (SEBRAE), Paulo Roberto Melani (DER), Jusseli Vigliati (8ª Regional de Saúde) e Gilson Mussi dos Reis (SANEPAR), pelas informações cedidas.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	vii
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO	xi
ABSTRACT	xii
1 INTRODUÇÃO	1
2 CONTEXTUALIZAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DO SUDOESTE PARANAENSE E DE FRANCISCO BELTRÃO	6
2.1 A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO	18
2.1.1 A Relação Espaço/Tempo entre Francisco Beltrão e o Território Brasileiro	21
3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO METODOLOGIA PARA UMA ANÁLISE URBANA	41
3.1 AS REPRESENTAÇÕES E A GEOGRAFIA	49
4 A ATUAÇÃO DAS FAMÍLIAS TRADICIONAIS E DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FRANCISCO BELTRÃO	57
4.1 AS FAMÍLIAS TRADICIONAIS	57
4.2 O ESTADO	76
5 TERRITORIALIDADE E PODER: UMA ANÁLISE POLÍTICA DE FRANCISCO BELTRÃO	87
5.1 O PODER POLÍTICO LOCAL E A DEFINIÇÃO DAS ESTRUTURAS URBANAS DE FRANCISCO BELTRÃO	112
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	153

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

CARTOGRAMA 1	-	REGIÃO SUDOESTE COM DESTAQUE PARA O MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO	7
CARTOGRAMA 2	-	MICRORREGIÕES DO SUDOESTE PARANAENSE	17
CARTOGRAMA 3	-	SEDE DA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO DIVIDIDA EM BAIRROS	20
CARTOGRAMA 4	-	CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS PELA COHAPAR EM PARCERIA COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL	32
CARTOGRAMA 5	-	FRANCISCO BELTRÃO COM DESTAQUE PARA AS PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO À CIDADE	116
CARTOGRAMA 6	-	ARRUAMENTO URBANO DE FRANCISCO BELTRÃO ...	119
CARTOGRAMA 7	-	ESTRUTURA DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA DE FRANCISCO BELTRÃO	124
CARTOGRAMA 8	-	ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE FRANCISCO BELTRÃO, INCLUÍDO A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA E PRIVADA	130
CARTOGRAMA 9	-	ESTADO DO PARANÁ COM DESTAQUE PARA AS PRINCIPAIS RODOVIAS DE LIGAÇÃO ENTRE FRANCISCO BELTRÃO E AS CIDADES PÓLO DAS OUTRAS REGIÕES DO ESTADO	135
CARTOGRAMA 10	-	O PERÍMETRO E A MALHA URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO, DESTACANDO AS ÁREAS DISPONÍVEIS PARA EXPANSÃO	140
CARTOGRAMA 11	-	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ZONAS INDUSTRIAIS DE FRANCISCO BELTRÃO	142
FIGURA 1	-	A SEDE DA CANGO EM FRANCISCO BELTRÃO, NA DÉCADA DE 1950	10
FIGURA 2	-	CONCATEDRAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	25
FIGURA 3	-	CONJUNTO HABITACIONAL ROMANO ZANCHETT	31
FIGURA 4	-	REVOLTA DE 57 – FRANCISCO BELTRÃO	66
FIGURA 5	-	AVENIDA JÚLIO ASSIS CAVALHEIRO DURANTE A REVOLTA DE 57	67
FIGURA 6	-	ANTIGAS INSTALAÇÕES DA INDÚSTRIA DE MADEIRA FREGONESE – NO BAIRRO INDUSTRIAL	68

FIGURA 7	-	ÁREA OCUPADA PELA INDÚSTRIA DE MADEIRA CAMIOTTI - PRÓXIMA AO CENTRO DA CIDADE	69
FIGURA 8	-	PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS CAMIOTTI E FREGONESE NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE FRANCISCO BELTRÃO	70
FIGURA 9	-	PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS CAMIOTTI E FOLADOR NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE FRANCISCO BELTRÃO	73
FIGURA 10	-	ENTREVISTAS REALIZADAS COM AS FAMÍLIAS TRADICIONAIS DE FRANCISCO BELTRÃO	76
FIGURA 11	-	A ATUAÇÃO DOS POLÍTICOS LOCAIS NO ESTADO	86
FIGURA 12	-	CENÁRIO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE FRANCISCO BELTRÃO EM 1992	96
FIGURA 13	-	REDE DE INFLUÊNCIA EM TORNO DOS CANDIDATOS AO EXECUTIVO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO EM 1992	98
FIGURA 14	-	CENÁRIO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE FRANCISCO BELTRÃO EM 1996	100
FIGURA 15	-	REDE DE INFLUÊNCIA EM TORNO DOS CANDIDATOS AO EXECUTIVO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO EM 1996	102
FIGURA 16	-	CENÁRIO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE FRANCISCO BELTRÃO EM 2000	105
FIGURA 17	-	REDE DE INFLUÊNCIA EM TORNO DOS CANDIDATOS AO EXECUTIVO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO EM 2000	106
FIGURA 18	-	CENÁRIO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE FRANCISCO BELTRÃO EM 2004	108
FIGURA 19	-	REDE DE INFLUÊNCIA EM TORNO DOS CANDIDATOS AO EXECUTIVO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO EM 2004	110
FIGURA 20	-	EIXOS TEMÁTICOS DA ATUAÇÃO DO PODER POLÍTICO LOCAL EM FRANCISCO BELTRÃO – 1992 A 2005	113
FIGURA 21	-	UNIDADE DO 16ª ESQUADRÃO DA CAVALARIA MECANIZADA, NA CANGO	117
FIGURA 22	-	UNIDADE DO QUARTEL DE FRANCISCO BELTRÃO EM 1967	118

FIGURA 23 -	PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS – BAIRRO PINHEIRINHO	121
FIGURA 24 -	PROJETO: VISTA AÉREA DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO HOSPITAL REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO	123
FIGURA 25 -	CENTRO DE EXCELÊNCIA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – TECXEL	126
FIGURA 26 -	CAMPUS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE	127
FIGURA 27 -	FACULDADE DE DIREITO DE FRANCISCO BELTRÃO – CESUL	128
FIGURA 28 -	CAMPUS DA UNIVERSIDADE PARANAENSE – UNIPAR	129
FIGURA 29 -	PRIORIDADES DE AÇÃO DAS GESTÕES ADMINISTRATIVAS DE FRANCISCO BELTRÃO – 1992 A 2005	132
FIGURA 30 -	PARTE DAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA SADIA S/A EM FRANCISCO BELTRÃO	136
FIGURA 31 -	VERTICALIZAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE	138
FIGURA 32 -	LOTEAMENTO DISTRITO INDUSTRIAL ULDERICO SABADIN	143
FIGURA 33 -	LOTEAMENTO DISTRITO INDUSTRIAL ROMANO ZANCHETT	144
FIGURA 34 -	NÚCLEO INDUSTRIAL CONAB	145
FIGURA 35 -	LOTEAMENTO DISTRITO INDUSTRIAL DANTE MANFRÓI	146
GRÁFICO 1 -	POPULAÇÃO DO SUDOESTE PARANAENSE NO SÉCULO XX	11
GRÁFICO 2 -	POPULAÇÃO TOTAL DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E SUAS MICRORREGIÕES	16
GRÁFICO 3 -	POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE FRANCISCO BELTRÃO, NO PERÍODO DE 1960 A 2004	28

LISTA DE SIGLAS

ACIAFB	- Associação Comercial e Industrial de Francisco Beltrão
ASSESOAR	- Associação de Estudos, Orientações e Assistência Rural
CANGO	- Colônia Agrícola Nacional General Osório
CEFSPRG	- Cia. De Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande
CESUL	- Centro Sulamericano
CITLA	- Clevelândia Industrial Territorial Ltda
COHAPAR	- Companhia de Habitação do Paraná
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DER	- Departamento de Estradas e Rodagem
FACIBEL	- Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão
FPM	- Fundo de Participação dos Municípios
FRIGOBEL	- Frigorífico de Suínos de Francisco Beltrão
GETSOP	- Grupo Executivo das Terras do Sudoeste do Paraná
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	- Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	- Imposto sobre Serviços
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD	- Partido Social Democrata
PT	- Partido dos Trabalhadores
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
SANEPAR	- Companhia de Saneamento do Paraná
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDU	- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano
TECXEL	- Centro de Excelência em Educação Profissional
TELEPAR	- Companhia de Telecomunicações do Paraná
UDN	- União Democrática Nacional

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as estruturas urbanas do cotidiano de Francisco Beltrão, compreendendo-as como *formas espaciais de poder* que consolidaram-se, transformando a cidade num centro regional. Tais transformações foram decorrentes da participação de agentes sociais dispostos em criar e recriar a cidade, e entre eles, aqueles ligados às famílias tradicionais e ao Estado. Permeando esta discussão encontramos o discurso político obtido através das entrevistas, o qual revela a *intenção de fazer* como uma expressão da vontade de reforçar o próprio discurso. Neste sentido, a cidade é o espaço das relações vividas cotidianamente, mas também o espaço concreto, através das estruturas que decorrem da sua representação.

Palavras-chave: territorialidade, poder e espaço de representação.

ABSTRACT

This paper has got its own aim to analyse the urban structures of Francisco Beltrão's everyday, comprising them as spatial forms of power which consolidated themselves, making the city a regional center. Such transformations were decurrent from the participation of social agents willing on creating and recreating the city, among them, those who are connected with traditional families and with the State. Permeating this issue, we found the political speech obtained through out the interviews, which reveals the intention of making a willing expression to reinforce the own speech. With this meaning, the city is the place of everyday life relationships, but also the concrete room through out the structures which takes place from its representation.

Key Words: territory, power and representational space.

1 INTRODUÇÃO

Estudar Francisco Beltrão é, antagonicamente, um desafio e um prazer. O desafio está em construir uma pesquisa sobre uma cidade recente, do ponto de vista espaço-temporal, inserida numa das regiões igualmente recente e das mais distantes da capital paranaense, com um contexto histórico, econômico e cultural que lhe dá uma singularidade aparente. Uma cidade que vivencia cotidianamente os anseios daqueles que a querem grande e bonita e as dificuldades daqueles que a constroem e administram, num conflito constante que se espacializa formando, ao longo do tempo, territórios e territorialidades difíceis de serem compreendidos. Por esta razão, torna-se um desafio estudar uma cidade que tem uma considerável escassez de dados, seja pela falta de estudos sobre ela seja pela falta de estímulo por parte dos órgãos públicos em organizá-los adequadamente, tornando o trabalho do pesquisador exaustivo, mas ao mesmo tempo realizador, pois, a manipulação de dados e informações pode vir a representar um avanço para o conhecimento acerca da cidade. E, um prazer pela possibilidade de escrever uma história sobre uma cidade que é cheia delas, mas que precisa ser ouvida e compreendida, mesmo que isto resulte na reprovação de muitos daqueles que a vivenciam.

Estudar Francisco Beltrão tem também um apelo sentimental: é a cidade onde vivemos e construímos a nossa história de vida, onde trabalhamos e tecemos a nossa rede de relações sociais, afetivas e profissionais.

Ainda, estudar a cidade de Francisco Beltrão é um prazer porque significa a realização de um desejo antigo de compreender a dinâmica que a movimenta, com avanços e retrocessos, e de alguma maneira, faz a sua realidade atual ser compreendida como o resultado parcial e momentâneo de um processo que não está finalizado.

A cidade é um importante objeto de estudo para a Geografia; a partir do século XIX, quando se tornou o centro da dinâmica espacial, passou a receber análises criteriosas dos diversos enfoques pelos quais essa ciência perpassou, chegando, atualmente, a uma discussão caracterizada pela multiplicidade teórico-metodológica para tentar explicar a complexidade e a amplitude dos espaços urbanos, onde ganha ênfase a transformação ocasionada pela sociedade.

A dinâmica social ganha, portanto, um peso maior nas análises urbanas do que a dinâmica natural, e a cidade passa a ser o resultado das diversas atuações

sociais no espaço, seguindo uma lógica econômica e espacial que se repete no mundo todo, e mesmo assim, não é igual. As diferenças, portanto, são históricas e sócio-culturais, fazendo com que cada cidade tenha as suas peculiaridades.

A cidade de Francisco Beltrão, como todas as outras, possui características que todos conseguem ver, baseados na aparência, mas, no entanto, ela possui muitas outras faces camufladas pelas estruturas e pelas relações que nela se desenvolvem, tornando-a interessante ao pesquisador. Sem a intenção de fazer, unicamente, uma descrição da paisagem urbana de Francisco Beltrão, mas com a pretensão de fazer uma breve apresentação dos seus aspectos físicos e estruturais, destacamos a sua localização geográfica num vale cercado de baixos morros cuja ocupação dá-se com construções de casas de luxo favorecidas por uma vista privilegiada da área central da cidade, onde se observa o processo de verticalização iniciado pelos agentes imobiliários. Enfatizamos também a modernização das fachadas das construções, a localização dos bairros menos favorecidos em áreas distantes do centro, o uso irregular de áreas próximas a rios e córregos, o trânsito pacato e o (sempre) problemático transporte urbano, a construção de espaços públicos, os investimentos privados, a criação de áreas industriais, enfim, algumas das características mais visíveis da estrutura urbana que dificilmente passariam despercebidas aos moradores e visitantes da cidade.

No entanto, a cidade de Francisco Beltrão expressa-se, também, como um território constituído pelas relações de poder estabelecidas a partir de um espaço favorecido pelos seus aspectos naturais, que permitiram o seu uso social, econômico, político e cultural. Tais relações terminam por constituir inúmeras fronteiras na cidade, mas, diferentemente das características citadas há pouco, são fronteiras não percebidas à primeira vista, elas estão escondidas nas próprias estruturas necessitando de um olhar perceptivo capaz de identificá-las e de compreendê-las como dinâmicas e em constante transformação.

É neste contexto que apresentamos o nosso principal objetivo que é analisar as estruturas espaciais do cotidiano de Francisco Beltrão a partir das relações do Estado e das famílias tradicionais, no sentido de conhecer o poder da relação das famílias tradicionais da cidade com a sua estrutura político-administrativa e de saber até onde podemos afirmar ou negar que estas estruturas de poder e seus atores sociais influenciaram no crescimento e no desenvolvimento do espaço urbano em questão.

Como primeiro objetivo específico desta pesquisa propomos desenvolver uma discussão teórico-conceitual para a compreensão do enfoque epistemológico e metodológico que se pretende dar à pesquisa, como os conceitos de representações sociais, território, territorialidade, poder e espaço de representação.

O segundo objetivo específico propõe averiguar a participação das famílias tradicionais e do Estado na construção do espaço urbano de Francisco Beltrão, uma vez que as famílias tradicionais mantêm, ao longo do tempo, relações de poder entre si, com as demais estruturas familiares da cidade e com a estrutura político-administrativa, a qual tem o poder de decisão, seja executando projetos estaduais e nacionais, seja planejando ao nível local a distribuição de suas estruturas no espaço urbano. A presença político-administrativa na definição destas estruturas espaciais deve ser considerada como uma condicionante positiva ou negativa, dependendo da relação de poder entre ela e os demais cidadãos.

Por fim, o terceiro objetivo específico propõe compreender as redes de estrutura político-administrativa local respeitando uma hierarquia do poder. Assim, interferem no espaço urbano não apenas as decisões tomadas ao nível municipal como também aquelas tomadas em outras instâncias do poder público.

Com a preocupação de atingir os objetivos propostos, realizamos uma busca dos dados disponíveis em diversos órgãos públicos de Francisco Beltrão bem como em fontes particulares. Os dados estatísticos referentes à população e à localização de Francisco Beltrão e do Sudoeste do Paraná foram obtidos com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os dados referentes às estruturas públicas foram disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, principalmente pelos departamentos Jurídico e de Cultura, e pelas secretarias de Educação, Saúde, Planejamento e Urbanismo. Realizamos também pesquisa no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e na Associação Comercial e Industrial de Francisco Beltrão (ACIAFB).

As fotografias históricas que compõem algumas das ilustrações expostas no trabalho foram cedidas pelo acervo do Departamento Municipal de Cultura e as informações jornalísticas sobre o período estudado, extraídas dos anuários do Jornal de Beltrão e da Revista Gente do Sul, as quais são de extrema importância para a

montagem de organogramas explicativos a respeito da articulação política dos beltronenses¹, bem como para a sua análise.

A pesquisa apresenta como sua principal ferramenta metodológica a realização de entrevistas qualitativas e semi-estruturadas das quais foi extraída a grande maioria das informações que compõem a análise das estruturas urbanas de Francisco Beltrão e a montagem de organogramas que demonstram a discussão em torno da participação das famílias tradicionais e do Estado no crescimento e no desenvolvimento da cidade.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, foi desenvolvida com o intuito de fortalecer a argumentação em torno do nosso objeto de estudo e dos seus conceitos centrais. Destacamos autores como Serge Moscovici, Claude Raffestin, Pierre Bourdieu e Henri Lefebvre.

Este trabalho de pesquisa está dividido em cinco capítulos. Após a Introdução, no segundo capítulo, trabalhamos com a pesquisa bibliográfica baseada, principalmente, em João Bosco Feres e Hermógenes Lazier, onde fizemos uma contextualização histórica da formação do Sudoeste Paranaense e apresentamos a cidade de Francisco Beltrão inserida no seu contexto regional, resgatando aspectos históricos que marcaram o seu processo de crescimento e desenvolvimento.

No terceiro capítulo, desenvolvemos uma discussão teórica sobre as representações sociais com o intuito de apresentá-las como uma possibilidade metodológica de análise para os estudos de Geografia e sobre o espaço de representação, procurando fazer o elo entre as representações sociais e o espaço, que é o objeto de estudo da ciência geográfica. Para tanto, usamos, principalmente, o referencial bibliográfico oferecido por Serge Moscovici e Henri Lefebvre.

No quarto capítulo, apresentamos as famílias tradicionais e o Estado como estruturas de poder capazes de proporcionar transformações no espaço urbano. Depois de uma breve discussão dos seus conceitos, baseados em Friedrich Engels, Eric J. Hobsbawn e Henri Lefebvre, analisamos as entrevistas realizadas com pessoas pertencentes às famílias tradicionais de Francisco Beltrão e com pessoas que possuem cargos eletivos na Assembléia Legislativa do Paraná e/ou no Congresso Nacional, a fim de averiguar as suas participações na construção do espaço urbano de Francisco Beltrão.

¹ O gentílico “beltronense” foi criado pela população de Francisco Beltrão; refere-se ao natural ou habitante de Francisco Beltrão.(FERREIRA, 1999)

Por fim, no quinto capítulo, discutimos os conceitos de território, territorialidade e poder para embasar a análise política desenvolvida a partir das três entrevistas com os últimos prefeitos municipais de Francisco Beltrão, eleitos em 1992, 1996, 2000 e 2004, das quais extraímos as prioridades de cada um deles no que se refere aos investimentos públicos para a melhoria das estruturas urbanas de Francisco Beltrão, destacando a industrialização como um eixo de desenvolvimento considerado importante para todas as gestões administrativas analisadas. Além das entrevistas, utilizamos reportagens publicadas no Jornal de Beltrão e na Revista Gente do Sul, e as referências bibliográficas de Claude Rafestin e Pierre Bourdieu, principalmente.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL DO SUDOESTE PARANAENSE E DE FRANCISCO BELTRÃO

Francisco Beltrão é um município recente no contexto paranaense. Possui uma área territorial de 757,21 km² dos quais apenas 5,28%, ou seja, 40 km² são ocupados pela área urbana, abrangendo a sede do município e os seus distritos urbanos. Sua população é de 67.132 habitantes, dos quais 54.831 residem na área urbana do município, alcançando uma taxa de urbanização de 92% (IBGE, 2000).

O município foi criado em 1952, a partir de uma decisão política que emancipou 39 municípios em todo o Paraná, dentre eles Francisco Beltrão. Tal decisão político-administrativa teve o objetivo de direcionar para o interior do Estado do Paraná parte do fluxo populacional e do desenvolvimento que o Estado havia alcançado na região litorânea, a princípio, e, mais tarde, na região de Curitiba e dos Campos Gerais, além do interesse implícito de garantir por meio do uso das terras a sua posse no interior do Paraná, pois as relações sociais, políticas e econômicas que desenharam o território do Sudoeste foram historicamente instáveis.

Os municípios do Sudoeste do Paraná possuem características físicas, sócio-culturais e econômicas que se assemelham, permitindo, num primeiro olhar, formar opiniões generalizadas sobre eles. Observando, entretanto, mais atentamente cada um dos municípios da região, notamos que há uma diversidade de fatores que dá a cada lugar uma especificidade. Neste momento, com o intuito de apresentar a área em estudo, vamos privilegiar o aspecto singular do Sudoeste Paranaense, que compreende a sua formação histórica, para depois especificar a cidade de Francisco Beltrão como o nosso objeto de estudo, enfatizando que ela não é o retrato de sua região, simplesmente é uma parte dela, dinâmica e voltada para a sua própria realidade, sem se afastar, no entanto, do seu eixo de origem.

O Sudoeste Paranaense limita-se, ao norte e a leste com as Mesorregiões Oeste e Centro-Sul do Paraná, respectivamente, ao sul com o Oeste Catarinense e à oeste com a Argentina. O limite interestadual é representado pela Serra da Fartura que constitui um importante divisor de águas entre os estados do Paraná e Santa Catarina, e o limite internacional se dá numa faixa com 25 km de fronteira seca entre os municípios de Barracão, no Paraná, e Bernardo de Irigoyen, na Argentina, seguindo com a nascente do rio Santo Antônio até o seu deságüe no rio Iguaçu. (CARTOGRAMA 1)

CARTOGRAMA 1 – REGIÃO SUDOESTE COM DESTAQUE PARA O MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO



FONTE: IBGE (2000).
ORG.: BALTOKOSKI, V. (2005).

O processo de construção dos limites² do Sudoeste Paranaense deu-se paralelamente à ocupação desta área pelos caboclos. As terras pertenciam, oficialmente, ao Governo Federal, mas os caboclos tomaram posse de pequenas áreas, demarcaram suas propriedades com árvores e facões, e desenvolveram nas terras do Sudoeste algumas atividades que, segundo Boneti (2005), possibilitaram a

² No século XIX, o Sudoeste foi motivo de disputa entre o Brasil e a Argentina. Conforme escreve Lazier (1997); as alegações dos dois países eram favoráveis aos seus próprios interesses e a fronteira, segundo a Argentina, deveria ser definida pelos rios Chapecó e Chopim e, neste caso, o Brasil perderia para o país vizinho parte do que constitui hoje o Sudoeste do Paraná e o Oeste de Santa Catarina. A decisão, arbitrada pelo então Presidente Cleveland dos Estados Unidos da América em 1889, foi favorável ao Brasil, quando ficou estabelecido o limite a partir dos rios Peperiguaçu e Santo Antônio. Mais tarde, as províncias de Santa Catarina e do Paraná também confrontaram interesses pela área durante a Guerra do Contestado. A área em litígio compreendia parte do Sudoeste do Paraná, ao sul do rio Iguaçu e parte do Oeste Catarinense, ao norte do rio Uruguai. Em 1916, os dois Estados assinaram o acordo de fronteira, definindo-a a partir de outro elemento natural, a Serra da Fartura.

formação de uma pequena capitalização dos caboclos, decorrente da comercialização da erva-mate e do couro de animais silvestres. Dessa maneira, o caboclo passou a investir em suínos para fazer a engorda no mato ou em mangueirões, utilizando-se de roças de milho, e, como consequência, intensificou a movimentação nas rotas que ligavam o Sudoeste às demais regiões do Paraná, pelas quais saíam os suínos e entravam outras mercadorias necessárias para a sua subsistência bem como o dinheiro para a continuidade dos investimentos iniciados. Assim, o território do Sudoeste foi definido pelas relações de poder iniciadas pelos caboclos e, ao longo das décadas seguintes, pelos migrantes que ocuparam a região.

O Sudoeste do Paraná é uma mesorregião relativamente nova no contexto paranaense. A área territorial, que o compreende na atualidade, teve uma pequena contribuição para a economia do Estado até a década de 1940, quando a região litorânea, o Planalto de Curitiba e os Campos Gerais já compunham uma estrutura econômica que se assemelhava à estrutura brasileira de exploração do território, partindo lentamente do litoral para o interior.

A influência da política de Getúlio Vargas para a ocupação do oeste, segundo Feres (s/d)³, motivou as companhias de colonização a trabalharem no Oeste e no Sudoeste do Paraná, do mesmo modo que em inúmeras outras áreas interioranas do Brasil. Até aquele momento, o Sudoeste era uma área com pouco mais de seis mil habitantes, na sua maioria caboclos refugiados ou peões vindos da região de Palmas e Clevelândia, insatisfeitos com o trabalho nas fazendas de gado, onde não recebiam incentivos para o plantio de alimentos e o custo de vida era muito elevado. A existência da mata de araucária e de erva-mate associada a outros elementos como o clima e o relevo⁴, por exemplo, a presença de uma importante

³ João Bosco Feres, formado em Filosofia, trabalhou no Departamento de Geografia Social de Países em Desenvolvimento da Universidade Católica de Nijmegen (Países Baixos), de 1985 a 1988, tendo, neste período, a tarefa de realizar uma pesquisa financiada pelo Fundo de Pesquisas desta universidade sobre a questão agrária no Brasil, da qual resultou esta obra.

⁴ O Sudoeste está sobre o Terceiro Planalto Paranaense, e por esta razão, apresenta um aspecto geológico definido pelos derrames basálticos da Era Mesozóica, com um relevo levemente ondulado e altitudes médias variando de 500m a 1.000m acima do nível do mar (Maack, 1981). O solo, predominantemente do tipo Latossolo Roxo oriundo de rochas basálticas, é originalmente fértil e ainda apresenta boa produtividade. O clima na região é do tipo Subtropical Úmido, que juntamente com o relevo e o solo propiciaram a formação de uma vegetação original que foi descrita por Maack (1981) como composta por espécies subtropicais, com destaque para a Mata de Araucária nas regiões mais elevadas e com zonas de erva-mate nas regiões abertas de araucárias ou parcialmente devastadas.

rede de drenagem⁵, foram referenciais econômicos importantes para as famílias que tomavam posse⁶ nesta área, onde se destacava, até 1930, a extração da erva-mate e a criação de suínos como as principais atividades econômicas, que colocaram o Sudoeste numa rota comercial para além dos seus limites internos. A erva-mate era extraída e enviada para a Argentina e a criação do gado suíno estreitava as relações comerciais com a região dos Campos Gerais, para onde o rebanho era tocado a pé e vendido em açougues.

Até 1940, existiam poucos povoados no Sudoeste do Paraná, que permanecia uma região quase desligada do resto do Brasil. O povoamento foi intensificado a partir de 1943, com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO). A criação desta companhia fazia parte de uma política de colonização do presidente Vargas que pretendia povoar uma área correspondente a 300 mil hectares que compreendia uma faixa de 60 km entre Barracão e Santo Antônio, junto à fronteira com a Argentina, para garantir a posse das terras. Para Lazier (1997), a criação da CANGO (FIGURA 1) foi o motivo para a forte migração de famílias de gaúchos e catarinenses para o Sudoeste até a década de 1950, quando o crescimento demográfico e a excessiva fragmentação das terras marcaram uma crise no sistema migratório do sul. A CANGO fazia a distribuição gratuita dos lotes de terra e realizava obras de infra-estrutura e atendimento à população, cumprindo facilmente com o propósito de povoar o Sudoeste, pois, segundo Feres (s/d), em 1956 já se contava 230.379 habitantes.

⁵ A Região Sudoeste do Paraná encontra-se na grande bacia hidrográfica do rio Iguaçu, comprimida entre a Serra da Fartura ao sul e o talvegue do rio Iguaçu ao norte, na sua margem esquerda. O afluente do rio Iguaçu no Sudoeste é o rio Chopim, que recebe as águas da maioria dos rios e riachos que cortam a região e abastecem os seus municípios. O rio Marrecas atravessa as áreas rural e urbana de Francisco Beltrão, percorrendo aproximadamente 90 km neste município, depois deságua no rio Santana, afluente do rio Chopim. O rio Marrecas tem uma relação muito próxima com a cidade de Francisco Beltrão, pois a Vila Marrecas formou-se às suas margens na década de 40, mais tarde transformando-se na sede do município de Francisco Beltrão. Este rio abastece a cidade até hoje e recebe as águas de outros rios que cortam o município: Urutago e Lonqueador na margem direita e Santa Rosa, Quatorze, Rio Tuna e Rio do Mato na margem esquerda.

⁶ O sistema de posse da terra era caracterizado pela chegada do *posseiro* e pela sua instalação numa área que ainda não fosse “cuidada” por ninguém, a partir da qual se estabelecia a extensão até onde *ele* pudesse cuidá-la. A constituição das *posses* fragmentou as terras do Sudoeste, com exceção daquelas localizadas nas proximidades de Clevelândia e Palmas, cujo relevo e clima possibilitaram a existência de campos de pastagens onde prosperaram muitas fazendas de gado, constituídas por propriedades médias. (FERES, s/d)

FIGURA 1 – A SEDE DA CANGO EM FRANCISCO BELTRÃO, NA DÉCADA DE 1950



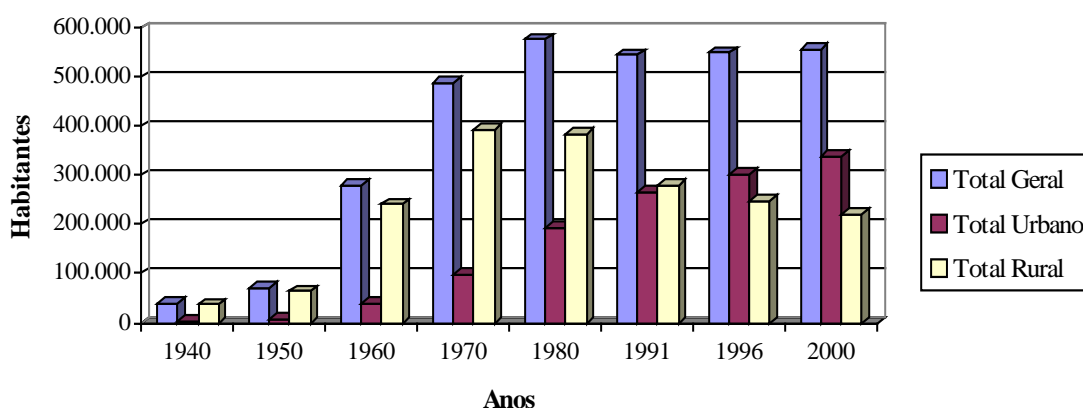
FONTE: Departamento Municipal da Cultura (2006).

NOTA: Este local servia para acomodar os colonos que chegavam a Francisco Beltrão até que suas casas fossem construídas e também como Escritório da CANGO.

Esse registro do crescimento da população do Sudoeste a partir da atuação da CANGO torna evidente a sua importância na definição espacial, social e estrutural do uso da terra no Sudoeste do Paraná. Os migrantes gaúchos e catarinenses descendentes, principalmente de italianos e alemães, reproduziram nas novas fronteiras agrícolas do Oeste Catarinense e do Sudoeste Paranaense os seus costumes. Segundo Feres (s/d), a princípio, a prática para o uso do solo consistia na agricultura extensiva com a rotação de culturas precedida de queimadas, o que danificava e empobrecia o solo rapidamente. Com o aumento da população e o surgimento de povoados que faziam aumentar o número de pessoas envolvidas com atividades atacadistas, varejistas, industriais e de transporte, os pequenos proprietários agrícolas perceberam a necessidade de produzir em maior quantidade, acarretando o uso intensivo do solo, inclusive com a ajuda de adubos animal e químico, na concentração da terra “em mãos de poucos”, e refletindo também no crescimento das áreas urbanas dos municípios do Sudoeste.

No Gráfico 1 é possível acompanhar o rápido crescimento demográfico do Sudoeste no período da atuação da CANGO.

GRÁFICO 1 – POPULAÇÃO DO SUDOESTE PARANAENSE NO SÉCULO XX



FONTE: IBGE (2000).

ORG.: ORTOLAN, A. (2005).

A população registrada no Gráfico 1, de acordo com os censos demográficos de 1940 e 1950, somava a população dos únicos dois municípios que compunham a “Região Sudoeste” naquela época: Clevelândia e Palmas. O censo de 1960 registrou um crescimento demográfico de aproximadamente 390% em relação a 1950, além de apresentar oito novos municípios desmembrados dos primeiros: Santo Antônio do Sudoeste, Pato Branco, Barracão, Capanema, Francisco Beltrão, Coronel Vivida, Chopinzinho e Manguaerinha. O Censo de 1996 incluiu oito novos municípios criados na década de 1990 para o Sudoeste e excluiu Manguaerinha, Palmas e Clevelândia, que passaram a pertencer ao Centro-Sul paranaense.

A intervenção do Estado na formação dos novos municípios no Sudoeste - somada à presença e atuação das companhias colonizadoras - culminou num movimento político pela liberalização da posse da terra denominada “Revolta de 57”, que se originou de uma disputa política pela apropriação das terras das Glebas Missões e Chopim, no atual Sudoeste do Paraná, colonizadas pela CANGO desde 1943. Essa história tem dois momentos importantes que precisam ser analisados de maneira interdependente.

No primeiro momento, no início do século XX, o advogado José Rupp obteve do governo catarinense a autorização para extrair erva-mate e madeira no

planalto catarinense, mas, como as fronteiras entre Santa Catarina e Paraná ainda não estavam definidas, esta exploração dava-se também no planalto paranaense até as proximidades do rio Chopim, área correspondente à região Sudoeste na atualidade. A Cia. de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande (CEFSPRG), no entanto, recebeu do governo catarinense uma autorização de uso daquelas mesmas terras para a construção de uma estrada de ferro. Após dezoito anos de brigas judiciais, em 1938, José Rupp foi beneficiado, mas recorreu à justiça novamente para reaver os prejuízos tidos em função do longo período em que não pode desenvolver suas atividades econômicas na área. Como todos os bens da CEFSPRG foram confiscados pelo governo federal em 1940, coube ao Poder Público Federal o pagamento da indenização a José Rupp. Após inúmeras cobranças judiciais e tentativas de acordo indeferidas, em 1950, José Rupp vendeu o seu crédito a Clevelândia Industrial Territorial Ltda (CITLA), empresa colonizadora, que tinha como sócio o, então, governador do Estado do Paraná Moisés Lupion, do Partido Social Democrata (PSD) e amigo do presidente Dutra. Lazier (1997) comenta que, rapidamente, a mesma superintendência que negava os acordos com José Rupp aceitou pagar para a CITLA uma indenização maior do que os próprios acordos negados anteriormente e que incluíam as Glebas Missões e Chopim no pagamento. Na prática, esse acordo político dava à CITLA, uma empresa particular, a permissão de atuar numa área de fronteira que era considerada de segurança nacional, além de ser uma área rica em recursos naturais, com grande reserva de pinheiros e rios com importante potencial hidrelétrico. Como se não bastasse, segundo Feres (s/d), nesta área já estava sendo implantado pela CANGO um projeto de colonização mantido pelo próprio Governo Federal para defender os interesses da nação na fronteira com a Argentina, que já contava com mais de três mil colonos assentados no momento da entrega da escritura para as companhias colonizadoras⁷, em novembro de 1950.

O segundo momento refere-se à Revolta propriamente dita que não pode ser compreendida sem o seu contexto político e as infinitas disputas pela posse das terras do Sudoeste que a precederam. Na década de 1950, os proprietários das terras doadas pelo Poder Público Federal durante o trabalho de colonização do

⁷ Além da CITLA havia a “Comercial” e a “Apucarana”, todas empresas colonizadoras pertencentes ao Grupo Lupion. (LAZIER, 1997)

Sudoeste do Paraná pela CANGO passaram a ser cobrados pelas companhias colonizadoras. A ilegalidade da questão fazia com que estas companhias tivessem pressa em arrecadar o máximo que pudesse dos posseiros, e para conseguir isso, as cobranças eram feitas por jagunços. A insatisfação era geral e os questionamentos também, principalmente quanto à legalidade das cobranças e os altos preços cobrados, o que forçavam os colonos a assinarem inúmeras promissórias para pagamentos futuros.

Segundo Feres (s/d), as eleições de 1955 marcaram a volta do PSD no cenário político, tanto a nível municipal com a vitória do partido em todas as prefeituras da região em disputa, quanto a nível estadual, com o ex-governador Moisés Lupion e a nível nacional, com Juscelino Kubitschek. As promessas eram de que com Lupion o impasse seria definitivamente resolvido; pelo contrário, a sua primeira decisão como governador foi revogar a medida que impedia a ação agressiva das companhias no Sudoeste, demonstrando claramente seus interesses eleitoreiros. Usando o poder político que lhe foi concedido, e também o dos prefeitos do Sudoeste, seus aliados, as companhias colonizadoras incomodavam os que se manifestavam contra e que buscavam os seus direitos junto à Polícia e aos Juizados que simplesmente nada faziam para defendê-los.

Diante de tais acontecimentos, nos meses de agosto a outubro de 1957, os posseiros fizeram um levante contra a CITLA, a Comercial e o Governo do Estado do Paraná, favorecidos com as cobranças ilegais. Os choques entre os posseiros do Sudoeste e os jagunços mobilizaram todo o Estado e foram notícia no Brasil. Apesar da unidade partidária entre Lupion e Kubitschek, havia pontos políticos divergentes, o que pode ser uma explicação para a repercussão jornalística do fato em todo o país. A solução sugerida pelo governo federal foi a desapropriação das terras do Sudoeste, o que não se efetivou devido à forte pressão dos políticos do PSD paranaense. Neste sentido, Feres (s/d) comenta que mais de 80% dos votos do Sudoeste paranaense na eleição para Presidente da República e para Governador do Estado do Paraná, no ano de 1960, foram para os candidatos da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os quais faziam oposição na Revolta de 57. Os interesses partidários foram definitivos para a questão e, em 1962, o Presidente João Goulart deu andamento à execução de desapropriação, proporcionando aos colonos a possibilidade de legalizarem as suas propriedades. A criação do Grupo Executivo das Terras do Sudoeste do Paraná

(GETSOP) pelo Governo Federal, em 1961, tinha como objetivo programar e executar os trabalhos de desapropriação das terras e organizar a colonização.

A atuação do GETSOP durou até 1973 e, segundo Lazier (1997, p.74), foi “uma verdadeira medida de reforma agrária”, pois distribuiu terras, deu assistência aos colonos, construiu escolas, melhorou as estradas para o escoamento da produção agrícola, prestou assistência para a agricultura incentivando a mecanização, enfim, conseguiu concluir com sucesso o trabalho iniciado pela CANGO e interrompido pelas companhias colonizadoras.

Para Feres (s/d), os acontecimentos anteriores e a própria atuação do GETSOP, durante a década de 1960, foram influentes na definição de um perfil socioeconômico para o Sudoeste do Paraná. A legalização das propriedades foi a grande responsável pela chegada constante de novos migrantes ao longo dessa década, levando à saturação da fragmentação e do uso das terras. A partir dessa época, configurou-se o caráter minifundista⁸ do Sudoeste, baseado na subdivisão das terras em pequenas propriedades para o trabalho familiar, o que resultou na dificuldade de escoamento da produção e o conseqüente empobrecimento dos produtores, gerando um círculo vicioso perigoso não apenas para a produção agrícola da região como para todas as demais atividades que se desenvolviam dependentes deste sistema, como a comercialização local e externa, as atividades urbanas, a instalação de infra-estrutura, os investimentos para a saúde e para a educação, entre outros. O estímulo ao associativismo camponês e a criação da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), em 1964, foram algumas das medidas adotadas pelo GETSOP para o desenvolvimento social e econômico da Região Sudoeste, numa tentativa de diminuir o isolamento regional e de ampliar a importância da região diante do Estado e do País.

Em relação à atuação da ASSESOAR no Sudoeste, vale para este estudo destacar dois pontos importantes, de acordo com Feres (s/d). Em primeiro lugar, o seu caráter religioso, com o objetivo de iniciar a reflexão pastoral e a produção de cursos para as paróquias e capelas, em que participavam alguns colonos, alguns “católicos notáveis” da cidade e os missionários belgas da Congregação dos Missionários do Sagrado Coração, desenvolvendo trabalhos que vinham ao encontro

⁸ O termo minifúndio é usado pelo autor para caracterizar a predominância da pequena propriedade rural no Sudoeste, dedicada à produção de subsistência e para pequena comercialização em contraposição ao conceito de latifúndio, caracterizado como grande propriedade monocultora.

da preocupação do GETSOP de fortalecer a capacidade de intervenção dos colonos frente aos poderes políticos locais e estaduais, a fim de melhorarem as suas condições de vida. Por último, o seu caráter político que, em plena Ditadura Militar, na década de 1960, desempenhou o papel de dinamizador dos movimentos para a formação de Sindicatos Rurais assim como projetou alguns dos participantes na política, principalmente através da inserção do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no cenário político regional.

O crescente envolvimento da ASSESOAR com a política fez diminuir, concomitantemente, o seu papel religioso. Em 1978, houve uma redefinição da proposta de atuação da ASSESOAR no Sudoeste, agora majoritariamente política e tradicionalmente envolvida com as propostas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), mas dividindo-se internamente com a chegada de novas tendências políticas ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir do que se iniciou no Sudoeste um trabalho de fortalecimento das bases eleitorais do PT, que possui hoje uma considerável representação na política local, estadual e federal.

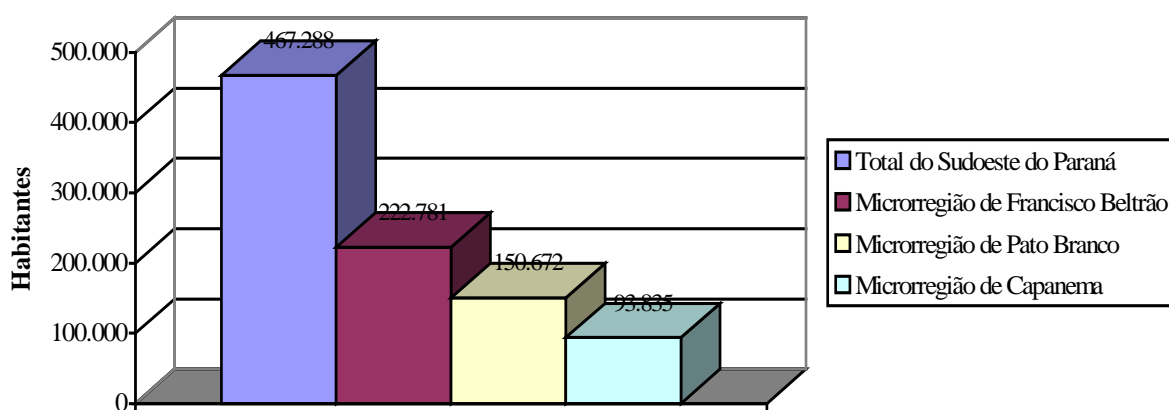
O caráter estritamente agrícola do Sudoeste do Paraná (que vem sendo discutido até o momento) passa por algumas mudanças estruturais na década de 1970. Feres (s/d) comenta alguns acontecimentos que marcaram a região nesse período, dos quais destacamos dois: o fechamento da fronteira agrícola no Sudoeste e a modernização dos moldes agrícolas mundiais. Para esse autor, na década de 1970 houve uma redução das áreas de matas e de terras em descanso, aumentando as terras cultivadas, levando-a ao esgotamento da disponibilidade de terras para os novos migrantes, já que o esfacelamento das propriedades tornara-se uma característica local. Com a modernização da agricultura, foram introduzidos na rotina de trabalho do agricultor os usos da adubação química e da mecanização, entre outros. Essa revolução agrícola introduziu os agricultores da região na divisão internacional do trabalho, em que o sistema de crédito envolve o comprometimento do agricultor com o chamado “pacote tecnológico”, que define os rumos da produção. O agricultor necessitava de crédito, mas para tê-lo, era preciso mudar as suas práticas e adaptar-se às exigências que vinham embutidas no crédito.

Para Feres (s/d), no entanto, o Sudoeste paranaense conseguiu superar tais imposições mantendo a sua estrutura fundiária original, baseada nas pequenas

propriedades⁹, ao contrário de outras áreas do Paraná e do Brasil, onde a concentração de terras foi maior. A manutenção dos minifúndios foi, por outro lado, um problema que se agravou lentamente nas décadas seguintes. O fortalecimento da nova política agrícola baseada em mercados internacionais e a escassez de crédito para os pequenos produtores empobreceu a economia regional e ocasionou mudanças estruturais importantes, principalmente no que se refere ao aumento do êxodo rural e, conseqüentemente, o aumento da população urbana de algumas cidades do Sudoeste como também reduziu o número de proprietários de terras agricultáveis não organizadas em grandes propriedades, e que quando fragmentadas, em alguns casos, pertenciam a poucas pessoas.

Atualmente, o Sudoeste é uma mesorregião composta por 37 municípios subdivididos nas microrregiões de Capanema, Pato Branco e Francisco Beltrão. Na microrregião de Francisco Beltrão estão dezenove municípios que representam, aproximadamente, 48% da população total da Região Sudoeste, conforme o Gráfico 2. Na seqüência, o Cartograma 2 apresenta as microrregiões do Sudoeste paranaense.

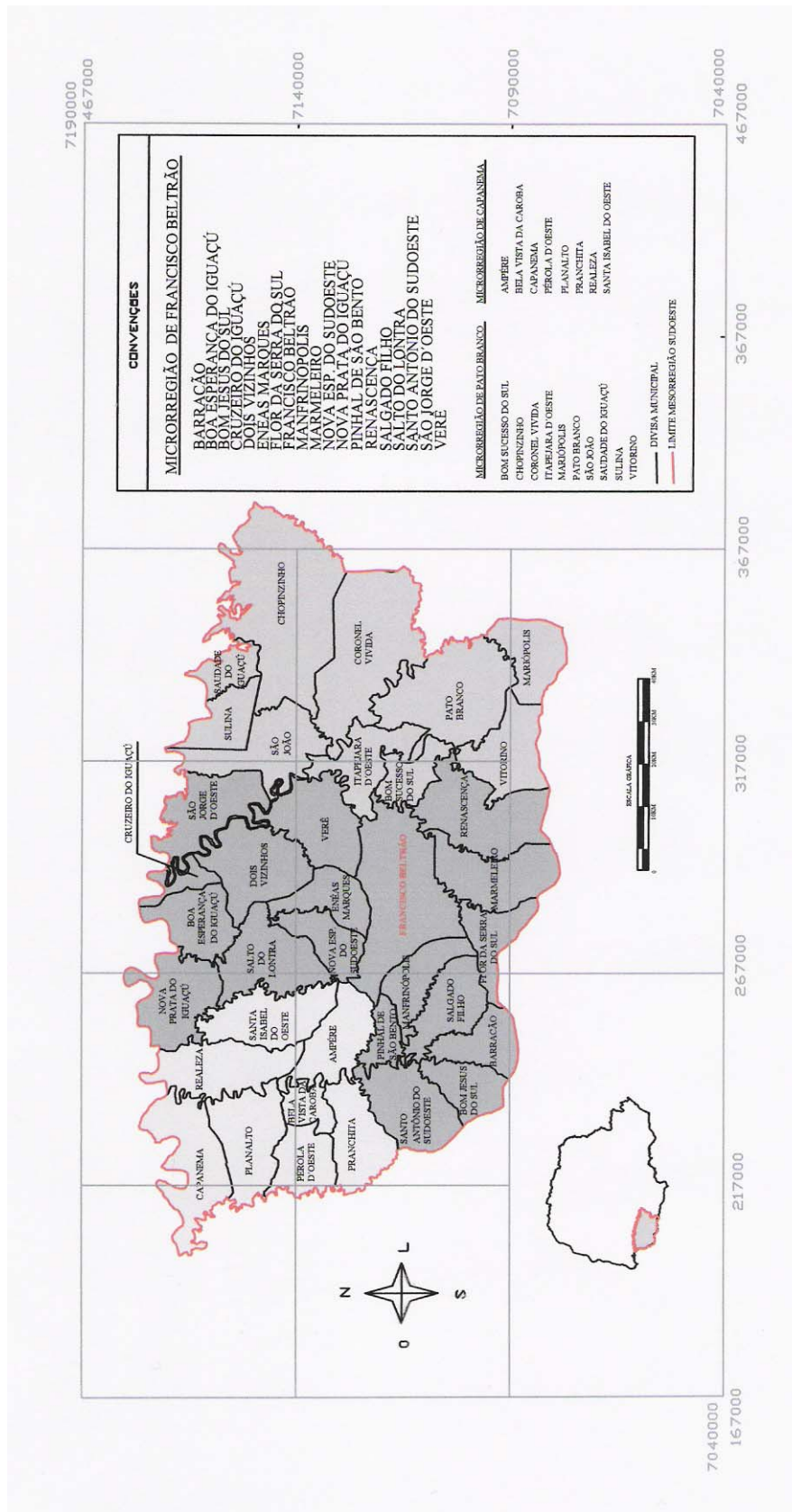
GRÁFICO 2 – POPULAÇÃO TOTAL DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E DAS SUAS MICRORREGIÕES



FONTE: IBGE (2000).
ORG.: ORTOLAN, A. (2005).

⁹ O termo é usado pelo autor para se referir às propriedades rurais do Sudoeste paranaense, tipicamente pequenas em função da fragmentação das terras realizada pelos migrantes gaúchos e catarinenses, o que não caracteriza, obrigatoriamente, uma pequena produção.

CARTOGRAMA 2 – MICRORREGIÕES DO SUDOESTE PARANAENSE



FONTE: IBGE (2000).
ORG.: SPILLER, A. (2006).

Dos dezenove municípios que compõem a Microrregião de Francisco Beltrão, apenas sete possuem população urbana superior à sua população rural. Alguns são municípios formados recentemente, com um pequeno núcleo urbano, como Nova Esperança do Sudoeste e Flor da Serra do Sul, por exemplo; entre os municípios urbanizados, é possível notar uma pequena superioridade da população urbana sobre a rural, o que caracteriza, de qualquer maneira, uma microrregião composta por municípios com população inferior a vinte mil habitantes e pouco urbanizada, com exceção de Dois Vizinhos, que tem uma população total de 31.986 habitantes (IBGE, 2000) e Francisco Beltrão.

É compreensível, no referido contexto, a centralização de serviços urbanos em Francisco Beltrão, no sentido de atender a demanda da sua Microrregião em saúde, educação, comércio e lazer. Devido à localização da Região Sudoeste, não há maior proximidade com nenhuma outra região mais desenvolvida do que a própria cidade pólo de cada Microrregião; outras opções seriam a cidade de Cascavel, no Oeste paranaense, e a cidade de Chapecó, no Oeste catarinense, ambas com distâncias superiores a 150 km. Os serviços públicos, centralizados na cidade de Francisco Beltrão, além da maior diversidade de serviços privados ofertados, movimentam, diariamente, grande número de pessoas que chegam nos ônibus e microônibus das prefeituras das cidades da Microrregião, além daquelas que utilizam carros particulares, aumentando o movimento da cidade.

A cidade de Francisco Beltrão, como todas as outras, pode ser entendida como o resultado concreto de ações e de relações humanas no tempo e no espaço, não como um resultado final que esgota a dinâmica social, mas sim com uma constante parcialidade que compreende o processo de formação da cidade. Este processo constitui-se de várias etapas até a atualidade; e, em cada etapa emergiram agentes sociais, políticos e econômicos que, a partir de suas relações, deixaram marcas no espaço urbano.

2.1A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO

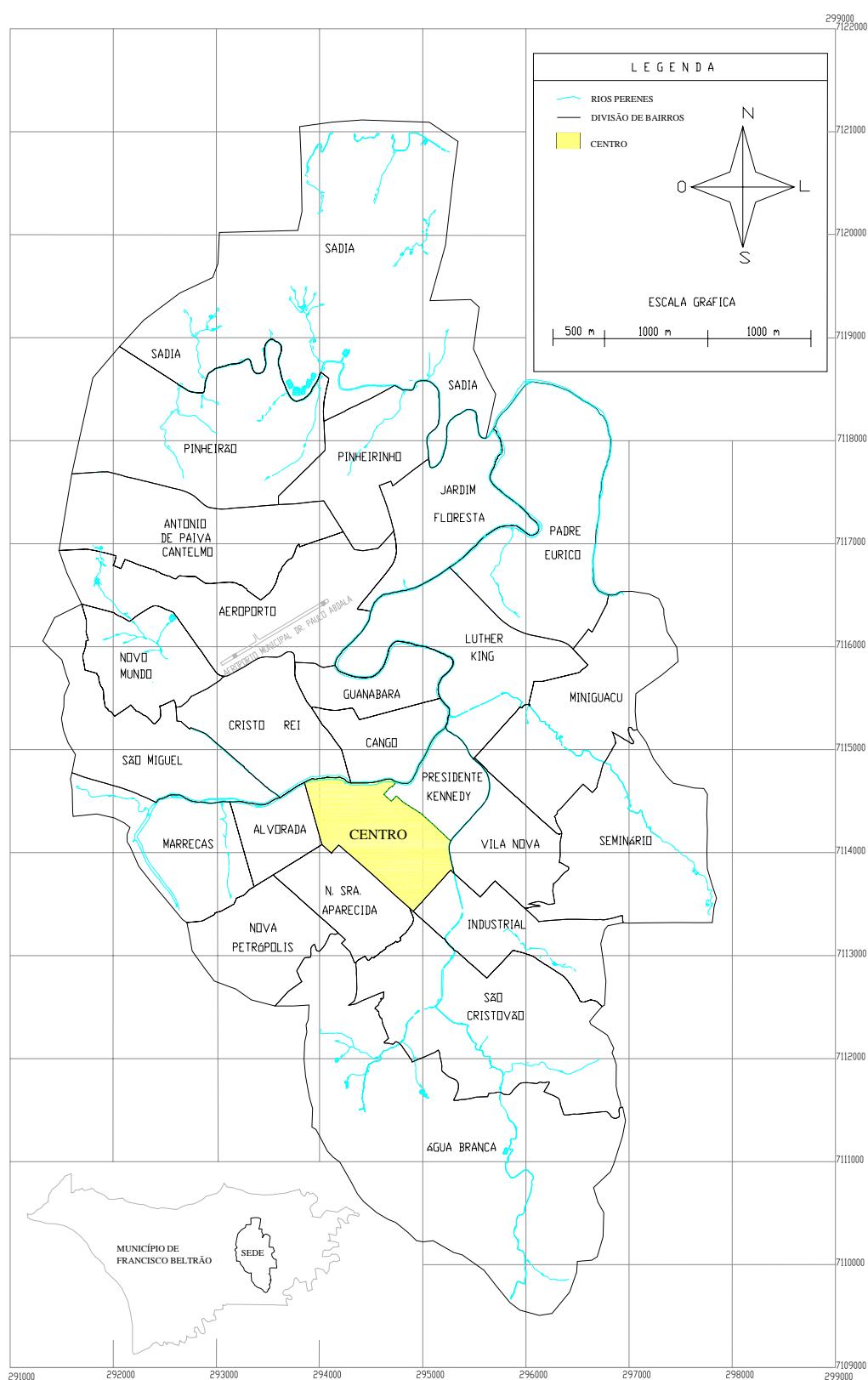
No começo, quando o Sudoeste ainda era constituído de muitos povoados e apenas duas sedes municipais, Palmas e Clevelândia, à medida que os migrantes chegavam, instalavam-se pela região levando em consideração os aspectos naturais

e, principalmente, as características das terras que seriam usadas para a agricultura. Tanto a Vila Marrecas como qualquer outra vila da região oferecia as mesmas condições e vivera o mesmo processo histórico. Hoje, no entanto, é possível observar um desnível no crescimento e no desenvolvimento das cidades do Sudoeste, onde aparecem Francisco Beltrão e Pato Branco como cidades concentradoras de atividades e serviços, rodeadas por pequenas cidades com as quais mantêm relações centrípetas. O nosso objeto de estudo é a cidade de Francisco Beltrão, localizada no centro-sul do Sudoeste paranaense, limitando-se com vários pequenos municípios e distando aproximadamente 500 km de Curitiba, a capital do Estado do Paraná.

O município de Francisco Beltrão possui uma área territorial de 757,21 km² dos quais apenas 40 km², que compreendem 5,28% do total, são ocupados pela área urbana, abrangendo a sede do município de Francisco Beltrão e os distritos de Jacutinga, Nova Concórdia, São Pio X e Secção Jacaré. Conforme podemos observar no Cartograma 3, a cidade está dividida espacialmente em 29 bairros, onde se distribuem 19.070 unidades habitacionais (IBGE, 2000) e 54.831 habitantes, correspondendo a uma taxa de urbanização de 92% do total do município que é 67.132 habitantes.

A expansão da área urbana de Francisco Beltrão e o surgimento dos novos bairros localizados nas suas extremidades são conseqüências das mudanças estruturais e econômicas dos últimos trinta anos em Francisco Beltrão, mas não como um fato isolado e sim como reflexo das transformações econômicas nacionais e internacionais. Conforme Santos e Silveira (2001), o terceiro momento da história e da organização do território brasileiro corresponde à introdução do meio técnico-científico-informacional na década de 1970, superando os momentos anteriores que, inicialmente, eram voltados para a busca de adaptação do homem ao meio natural e, em seguida, para a incorporação das máquinas e do meio técnico de produção, formando ilhas de desenvolvimento no Brasil. Apesar da introdução do meio técnico-científico-informacional ter acentuado as desigualdades no território nacional, ele também foi capaz de proporcionar, ao longo do tempo, o acesso à tecnologia e a informação para aquelas regiões mais afastadas dos grandes centros. Talvez tenha demorado uma década para as primeiras mudanças ocorrerem no Sudoeste do Paraná, mas elas foram desencadeadas num movimento maior que se propagou pelo território, com intensidades variadas para cada uma das regiões brasileiras.

CARTOGRAMA 3 – SEDE DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO DIVIDIDA EM BAIRROS



FONTE: Secretaria Municipal de Urbanismo (2004).
 ORG.: BALTOKOSKI, V. (2005).

2.1.1 A Relação Espaço/Tempo entre Francisco Beltrão e o Território Brasileiro

A compreensão da dinâmica política, econômica e social do crescimento e do desenvolvimento de Francisco Beltrão pode-se dar, sob o contexto espaço-temporal, pelos seguintes períodos:

- a) O primeiro período compreende da emancipação política do município, em 14 de dezembro de 1952, até meados da década de 1970 e foi marcado pela caracterização da cidade de Francisco Beltrão através dos primeiros investimentos públicos e privados e, posteriormente, com o Golpe de Estado de 1964, com a centralização política delimitando posturas distintas para o planejamento das cidades brasileiras.
- b) O segundo período compreende as décadas de 1970 e 1980, marcadas pela intensificação da migração campo-cidade e o conseqüente crescimento populacional da cidade de Francisco Beltrão, paralelamente aos últimos anos do chamado “milagre econômico” e com a redemocratização da política nacional.
- c) Por fim, o terceiro período iniciou na década de 1990 e segue até a atualidade, caracterizado pela redefinição da cidade nos moldes da política econômica descentralizadora e globalizada.

Observamos que entre esses períodos supracitados não existem limites definidos, mas uma série de acontecimentos que tanto podem ser conseqüências do passado como tendências futuras.

No primeiro período, quando emancipado politicamente em 1952, o município de Francisco Beltrão possuía uma população incipiente e uma pequena área urbana pertencente, até então, ao município de Clevelândia. Segundo consta no Legislativo Beltronense (2002), em 14 de novembro de 1951, a Lei nº 790 sancionada pelo governador do Estado do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto, criou muitos novos municípios para o Estado; cinco, dentre eles, localizavam-se no Sudoeste paranaense. Do extenso município de Clevelândia desmembraram-se Pato Branco, Barracão e Santo Antônio, que já eram distritos; Capanema, uma região de mato nas margens do rio Iguaçu, teve o município instalado antes mesmo

da existência de uma vila ou distrito e, por fim, Francisco Beltrão, compreendendo a área nas proximidades da Vila Marrecas. A maioria da sua população era de caboclos e de migrantes gaúchos e catarinenses de descendência européia que aqui se estabeleceram para desenvolver atividades primárias, principalmente a extração da erva-mate e a agricultura; o número de comerciantes e de pessoas ligadas às atividades urbanas era reduzido comparativamente ao número de agricultores.

Em relação à criação do município de Francisco Beltrão, dois pontos nos parecem importantes: em primeiro lugar, o ato político em si, que expressou uma intenção de planejamento espacial por parte do Estado, já que o Sudoeste contava com poucos e extensos municípios, e as distâncias entre as vilas, os distritos e a sede dificultavam a realização de benfeitorias. Mesmo assim, a área de Clevelândia destinada ao município de Francisco Beltrão continuava extensa, pois abrangia parte dos seus atuais municípios limítrofes e vários pequenos povoados que deram origem, posteriormente, a novos municípios. Segundo, a inexpressividade da política local para a sua criação, pois não havia uma demanda social ou cultural que justificasse um movimento emancipatório por parte das lideranças e dos políticos ligados à Vila Marrecas. Assim, a criação de Francisco Beltrão foi parte de um “pacote” executado pelos poderes Legislativo e Executivo do Estado que emancipou, num único ato, 39 municípios no Paraná, com destaque também para Cascavel, na Região Oeste e Maringá, na Região Norte.

De início, apesar do interesse dos políticos locais estar voltado para a melhoria dos acessos aos povoados e as áreas rurais do município onde se encontrava a maioria da sua população, muitos investimentos públicos e privados caracterizaram a cidade, desenvolvendo atividades essenciais para a definição das suas primeiras estruturas urbanas e para a instalação de serviços. A vila virou cidade e, por esta razão, a demanda por investimentos era grande já que estava tudo por fazer; a política urbano-industrial adotada por Getúlio Vargas incentivava a criação de municípios e proporcionava os recursos necessários para os primeiros investimentos em infra-estruturas básicas, para incentivar a penetração da população no interior do país e a fixação de pontos urbanos ao longo do território que servissem de base para a população. Assim, a cidade de Francisco Beltrão

recebeu os primeiros investimentos públicos, como consta no Legislativo Beltronense (2002), para a construção, a instalação de serviços e a contratação de servidores municipais para a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, agência do Correio, cartório, delegacia, cadeia pública, escolas e o Fórum (com a instalação da Comarca de Francisco Beltrão). A década de 1950 foi marcada nacionalmente pela política de desenvolvimento econômico de Juscelino Kubitschek, com a meta de desenvolver “50 anos em 5”, que culminou com a transferência da capital nacional para o interior do país, impulsionando a interligação do interior e do litoral com grandes projetos para a rede rodoviária brasileira, que foram executados ao longo das próximas décadas. Em 1952, a rede rodoviária brasileira possuía 302.147 km e em 1995 1.657.769 km (SANTOS e SILVEIRA, 2001), apresentando o crescimento mais significativo na década de 1970, quando foi finalizado, inclusive, o asfalto de acesso de Francisco Beltrão e Pato Branco até a capital paranaense, fazendo diminuir, ao menos aparentemente, o isolamento do Sudoeste paranaense em relação à sua capital.

Tais iniciativas foram imprescindíveis para que a cidade de Francisco Beltrão tivesse mínimas condições de desenvolvimento e funcionaram, ao mesmo tempo, como um chamariz para os investimentos privados. Segundo o Censo Industrial de 1970 (IBGE, 1970), havia 273 (duzentos e setenta e três) estabelecimentos de comércio varejista e atacadista instalados no município desde a sua criação bem como 80 (oitenta) estabelecimentos industriais, com destaque para o setor madeireiro, mobiliário e de produtos alimentares. Os investidores eram, na sua maioria, pessoas vindas de fora já com alguma experiência nas atividades comerciais e industriais, ou profissionais liberais, principalmente médicos e advogados, que acreditavam no crescimento da cidade e da sua população. Entre eles destacam-se nomes que compõem algumas das famílias tradicionais da cidade e que, muitas vezes, estiveram ligados também à política local. As famílias, e as relações familiares, foram imprescindíveis para a organização da vida social de Francisco Beltrão, a partir da qual foram criadas associações que buscavam atender aos anseios dos vários grupos, resgatando as tradições e aumentando os laços de afinidade entre as pessoas. Para Hobsbawm (2002), a origem da tradição está na repetição de determinados valores e normas de comportamento que permitem aos grupos manter uma continuidade em relação ao passado. Em Francisco Beltrão,

foram criados o Centro de Tradições Gaúchas “Recordando os Pagos”; o Lions Club, que foi extinto alguns anos depois; o Rotary Club e o Rotaract que, atualmente, têm grupos formados em vários bairros da cidade; a Loja Maçônica, além das já extintas associações atléticas que patrocinaram os times de futebol da cidade, como o Real e o União; os clubes sociais e clubes de campo, compostos por salões de festas, piscinas e áreas de lazer e das associações religiosas compostas principalmente por grupos católicos para a realização dos chamados Cursilhos, Lareiras e Jornadas, reunindo jovens e adultos. A participação das famílias tradicionais nessas associações sempre foi significativa em função das próprias tradições, ou seja, das convenções sociais estabelecidas entre os grupos que buscavam a homogeneidade no estilo de vida, na situação econômica, nas opiniões políticas e nas relações sociais, e por essa razão, tinham cunho discriminatório, mesmo que não fosse intencional.

É importante observar que contou positivamente para a cidade de Francisco Beltrão, em relação às demais cidades do Sudoeste paranaense, a presença do Escritório do GETSOP na cidade durante a sua atuação, entre 1961 a 1973, cujo número de títulos de propriedades doados aos municípios favoreceu Francisco Beltrão, que não apenas foi beneficiado com várias pontes construídas por esse órgão sobre os rios do município, como também recebeu o maior número de títulos de propriedade urbanos e suburbanos. Segundo Feres (s/d, p.532), o GETSOP sempre demonstrou preocupação com o fato de o Sudoeste estar recebendo migrantes sem um planejamento regional capaz de “criar um arcabouço de atividades urbanas produtivas e de serviços básicos, estabelecendo-se um equilíbrio entre os produtores da colônia e o prolongamento de sua economia nos centros urbanos regionais”.

Nesse sentido, o GETSOP buscou parcerias para promover a mobilização social em torno de objetivos comuns. A presença da Igreja Católica nos trabalhos comunitários da região foi, por algum tempo, um ponto favorável aos interesses do GETSOP, desempenhando um papel importante na definição das estruturas urbanas da cidade e na sua formação social, pois a grande maioria da população de Francisco Beltrão, ao longo de sua história, é católica. Os migrantes que colonizaram o Sudoeste paranaense, de maneira geral, trouxeram suas crenças e religiosidade, tanto gaúchos e catarinenses como os migrantes procedentes da Argentina e de outras regiões, em cuja descendência o catolicismo europeu

predominou¹⁰. Essa religiosidade interferiu nas relações estabelecidas entre as pessoas, influenciando na formação da sociedade de Francisco Beltrão e na sua relação com o espaço urbano.

Na Figura 2, a seguir, podemos observar a Concatedral¹¹ Nossa Senhora da Glória, localizada em frente a Praça da Matriz, na área central da cidade.

FIGURA 2 – CONCATEDRAL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA



FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

¹⁰ Segundo Viana (2004), isso pode ser comprovado pelo grande número de ruas, bairros, estabelecimentos comerciais, de saúde e de educação que levam os nomes de santos ligados à religião, além da espacialidade das estruturas do Catolicismo, composta pela casa do Bispado, a Coordenação Diocesana de Pastoral, o Secretariado de Pastoral, Seminário Propedêutico Jesus de Nazaré, Centro Diocesano de Formação, Seminário Bom Pastor, Comunidade Nossa Senhora da Glória, Comunidade São José, Mosteiro Mãe da Divina Graça, Irmãs Oblatas de Jesus e Maria, Irmãs de Nossa Senhora de Lourdes, Concatedral Diocesana Nossa Senhora da Glória, Paróquia Cristo Rei, Paróquia Nossa Senhora da Salette, Paróquia São José, Igreja Reitora da Nossa Senhora Aparecida e o Cristo Redentor, localizado no Morro do Calvário.

¹¹ De acordo com o Pe. Lizandro Poletto (informação oral), o termo “Concatedral” aplica-se para o caso de uma Diocese ter duas Catedrais. A Diocese de Palmas-Francisco Beltrão possui a Catedral do Senhor Bom Jesus, em Palmas, e a Concatedral Nossa Senhora da Glória, em Francisco Beltrão.

O poder público municipal, compartilhando da mesma preocupação do GETSOP, em 1967, aprovou a Lei 245/67, que dava incentivo à instalação de indústrias no município, objetivando possibilitar a criação de empregos e renda para as famílias que se instalassem na cidade. Ao mesmo tempo em que se registrava um crescimento da população urbana de Francisco Beltrão, o poder público tomava algumas providências no sentido de ordenar a ocupação da área urbana. Na época, o planejamento urbano, no país, acontecia com mais intensidade nas grandes cidades, mormente nas capitais estaduais, já que a maioria da população brasileira ainda estava vivendo no campo, e, por esta razão, o debate em torno das questões urbanas era praticamente desconhecido. As pequenas e médias cidades desenvolviam planos de ação locais isentos de maiores discussões. Em Francisco Beltrão, muitos documentos municipais, anteriores a 1966, desapareceram num incêndio que destruiu o prédio da Prefeitura nesse ano, dificultando o acesso às leis criadas para o planejamento do município em sua fase inicial, quando foram abertas e calçadas ruas e avenidas. A partir de 1965, é possível observar na Súmula das Leis Municipais, algumas leis que regulamentam os nomes de ruas e avenidas e o serviço de medição e demarcação dos lotes urbanos, por exemplo; em 1966, foi aprovado pelo Legislativo Municipal o Código de Obras do Município de Francisco Beltrão, que diz respeito à concessão de alvarás de licença e dos respectivos projetos de engenharia bem como das penalidades e embargos quando da indisposição da lei e da normatização de passeios públicos, muros, fachadas e demais detalhes técnicos das construções.

Desde 1964, quando o Golpe de Estado iniciou um período de vinte anos de ditadura militar no Brasil, o planejamento urbano passou a ser construído de maneira centralizada na escala federal, que dispunha de todo o poder de decisão técnica e de uso dos recursos para investimentos, inibindo o poder de decisão local e regional e deixando-o sem autonomia para as intervenções na cidade. O planejamento urbano fazia parte do discurso para cumprir a meta de integrar o território nacional, porém, segundo Rolnik (1990), a sociedade civil e o poder do Legislativo local foram desarticulados, e o planejamento ficou cada vez mais técnico e isolado, padronizando os planos de ação de acordo com modelos e diretrizes de uma cidade racionalmente produzida, enquanto, antagonicamente, a cidade era

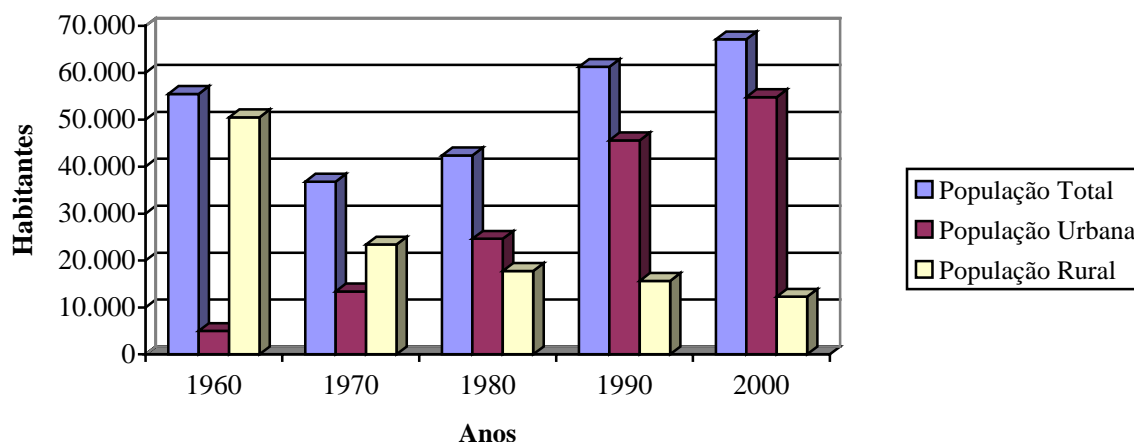
negociada pelos interesses econômicos dos grupos que tinham acesso às discussões.

Ao longo da década de 1960, no Brasil, a população urbana superou a população rural, iniciando-se um processo de urbanização que iria acelerar-se nas duas décadas seguintes. Para Francisco Beltrão, a questão agrária foi decisiva para a reorganização espacial ocorrida nas décadas de 1970 e 1980. Como já tratamos neste texto, Feres (s/d) faz referência aos financiamentos agrícolas que introduziram as novas necessidades do mercado mundial como condição: o aumento da produção, a adoção de novas técnicas, o uso de fertilizantes e adubação química, o enquadramento da produção no tempo e no espaço de acordo com as necessidades do mercado consumidor, entre outras coisas. A institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1966, e a renovação dos meios técnicos em todos os setores, difundidos por uma facilitada disponibilidade de informações, fizeram-se sentir de maneira importante na agricultura do Sudoeste do Paraná atingindo diretamente os pequenos produtores rurais. A falta de recursos para os investimentos necessários em suas propriedades obrigou-os a abandonarem suas atividades e buscarem novas alternativas nas grandes cidades do Estado do Paraná e nas cidades da região, fazendo crescer o número de assalariados rurais temporários e permanentes.

Segundo Feres (s/d), 95% dos proprietários de terras da região eram donos de pequenas propriedades; e o processo de concentração de terras no Sudoeste favoreceu médios e grandes proprietários. Estes acontecimentos ajudaram a formação de grupos ligados ao movimento dos trabalhadores sem terra no Sudoeste, conforme assegura o autor, e também para o crescimento da população de algumas das suas cidades devido à migração dos ex-agricultores e das suas famílias, pressionando o poder público local a realizar ajustes na demanda urbana.

Vivendo um segundo período, Francisco Beltrão teve um acréscimo significativo na sua população urbana no binômio 1970-1980, registrando concomitantemente o decréscimo da sua população rural, conforme pode ser observado no Gráfico 3.

GRÁFICO 3 – POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE FRANCISCO BELTRÃO, NO PERÍODO DE 1960 a 2004



FONTE: IBGE (2000).

ORG.: ORTOLAN, A. (2005).

NOTA: Durante a década de 1960 o município de Francisco Beltrão perdeu área e população devido aos novos municípios desmembrados: Enéas Marques, Marmeleiro, Salto do Lontra e Salgado Filho. (IBGE, 1970)

O registro da urbanização de Francisco Beltrão remete-nos a uma troca de paradigmas: agora é o urbano que se sobrepõe ao rural e a cidade justifica a prioridade na ação do poder público, para que seja possível adequar as suas estruturas urbanas às novas necessidades. Nesse contexto, durante as décadas de 1970 e 1980, foram aprovados vários projetos e leis que fortaleceram o desenvolvimento da cidade de Francisco Beltrão como consta na Súmula das Leis Municipais. A seguir, alguns que são de maior interesse para a compreensão da nossa pesquisa.

Inicialmente, destacamos a importância dos projetos de implantação e ampliação dos serviços prestados pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Companhia de Telecomunicações do Paraná (TELEPAR) e Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL). A TELEPAR e a COPEL também estenderam os seus serviços para os recém-formados distritos municipais e para a área rural.

Em 1973, a Lei nº 458/73, Art. 2º, definiu a área urbana de Francisco Beltrão constituindo-a da “área considerada pelo Grupo Executivo das Terras do

Sudoeste do Paraná (GETSOP) como a destinada ao Patrimônio de Francisco Beltrão e em área de expansão urbana”, através da delimitação do seu perímetro urbano, o qual sofreu algumas alterações posteriores.

Ainda com o objetivo de organizar a ocupação do espaço urbano, a Lei 458/73 estabeleceu o regime de loteamentos das terras localizadas no perímetro urbano, incluindo como condição a apresentação prévia de plantas e projetos, além de doação à Prefeitura Municipal de 40% da respectiva área para as vias públicas e o comprometimento dos proprietários com a abertura de ruas e abastecimento de água, energia elétrica e iluminação pública bem como os demais detalhes técnicos e de parcelamento do solo.

Em 1975, as Leis nº 503/75 e nº 504/75 estabelecem, respectivamente, as normas para a construção de prédios na Zona Central da cidade e proíbe o fracionamento de terrenos urbanos em Francisco Beltrão. Fica definido, a partir delas, que as construções nos principais trechos das avenidas deveriam ser de alvenaria e ter, no mínimo, dois pavimentos, enquanto os lotes urbanos deviam respeitar a área superior mínima de trezentos metros quadrados com frente para a rua principal de onze metros lineares.

A implantação dessas Leis e as alterações estruturais, econômicas e sociais ocorridas ao longo da década de 1970 apontaram para uma nova realidade urbana em Francisco Beltrão, culminando na aprovação da Lei nº 779/80, que regulamenta o loteamento urbano, o arruamento e o remembramento de terrenos no município de Francisco Beltrão. Esta lei, por sua vez, é composta de oito capítulos e prevê detalhadamente as questões ligadas à organização do espaço urbano, expressando preocupações que estavam ausentes nas leis anteriores, como o segundo capítulo que trata das normas urbanísticas para os loteamentos, resguardando atenção expressiva para os casos de loteamentos em terrenos irregulares como aqueles sujeitos a inundações, aqueles localizados em áreas que possam prejudicar o escoamento natural das águas ou cortados por cursos d'água que necessitem retificações, destacando também a obrigatoriedade da faixa de preservação às margens dos rios, variando de acordo com a largura do mesmo, preocupação esta que vem ao encontro da intensificação dos movimentos

ambientais internacionais na década de 1970 que passaram a pensar a bacia hidrográfica como referência para o planejamento e a gestão. (MARICATO, 2001)

Tais medidas inibiram os loteamentos clandestinos e exigiram a regulamentação dos loteamentos existentes. A súmula das Leis Municipais de Francisco Beltrão registrou, na década de 1980, um grande número de doações de terras para a Prefeitura para fins de loteamento, mas, na prática, ainda é possível identificar graves problemas de infra-estrutura e atendimento básico à população que reside nos loteamentos particulares e públicos da cidade de Francisco Beltrão.

A partir da década de 1970, o poder público local fez contatos com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) para a construção de conjuntos habitacionais. Nesse contexto, destacamos as décadas de 1980 e 1990, quando foi construída a grande maioria dos conjuntos habitacionais de Francisco Beltrão, coincidindo com o período de maior crescimento da população urbana e, também, quando foram realizadas obras que visaram a expansão do tecido urbano, com o intuito de transferir para as novas áreas as populações ribeirinhas da área central e as residentes próximas das rodovias de acesso à cidade. Na Súmula das Leis Municipais constam várias parcerias realizadas entre a Prefeitura Municipal e a COHAPAR para a construção desses conjuntos, sendo o poder público responsável pela doação do terreno, enquanto a COHAPAR comercializava os imóveis. Ainda assim, a partir de 1980, o número de loteamentos privados na cidade é muito superior ao número de Conjuntos Habitacionais construídos pelo Estado em parceria com a COHAPAR e a Caixa Econômica Federal ou mesmo em sistema de mutirão.

Para exemplificar a atuação do Estado na construção de moradias populares na cidade de Francisco Beltrão, a Figura 3 apresenta o Conjunto Habitacional Romano Zanchett, que está sendo construído numa área próxima aos Distritos Industriais Romano Zanchett e Ulderico Sabadin, com o intuito de atender, principalmente, os trabalhadores assalariados das empresas que se instalam nesses distritos industriais, facilitando-lhes o deslocamento diário.

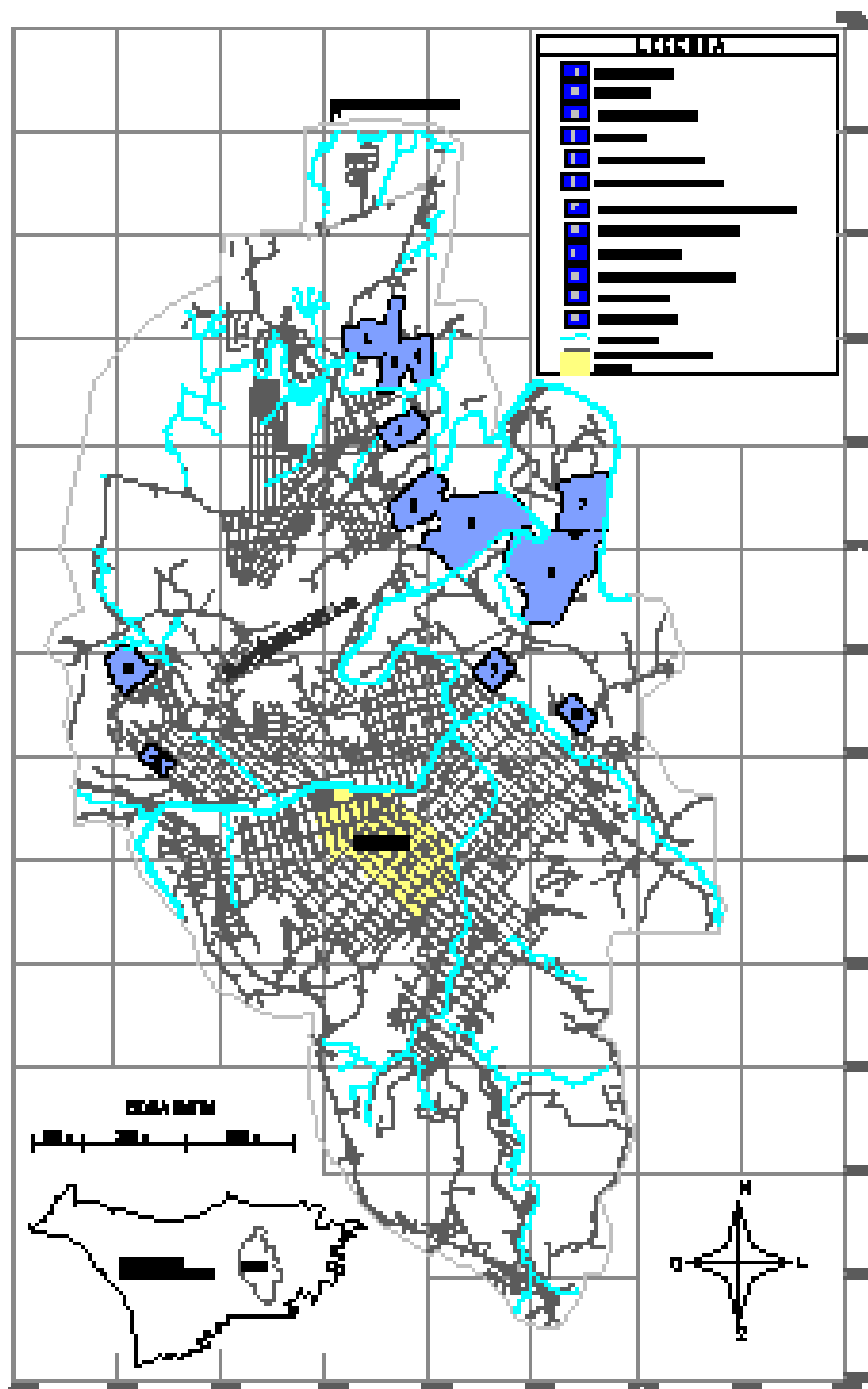
FIGURA 3 – CONJUNTO HABITACIONAL ROMANO ZANCHETT



FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

No Cartograma 4, observamos que a construção dos conjuntos habitacional do Estado segue, conforme Maricato (2001), o propósito implícito de levar a população mais carente para as áreas desvalorizadas da cidade, elevando o preço dos vazios ocasionados pela expansão urbana, alimentando a especulação imobiliária e reservando as áreas mais valorizadas para o mercado privado.

CARTOGRAMA 4 – CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS PELA COHAPAR EM PARCERIA COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL



FONTE: COHAPAR (2004); Departamento Municipal de Urbanismo (2004).
ORG.: BALTOKOSKI, V. (2005).

Durante o segundo período, constituído pelas décadas de 1970 e 1980, coincidindo com a Ditadura Militar no Brasil, observamos que, de modo geral, as cidades brasileiras passaram pelo processo de urbanização, e o aumento da população urbana fez aumentar também a demanda dos municípios pela infraestrutura básica. Em Francisco Beltrão, de acordo com o Legislativo Beltronense (2002), a maior preocupação do poder político local, durante esse período, era a implantação da infra-estrutura necessária para melhorar os acessos à cidade, permitindo assim a instalação de diversos órgãos públicos e empresas privadas que promoveram o desenvolvimento do município e da região. Em 1987, a aprovação da Lei nº 1303/87 estabeleceu novos critérios para a aprovação de loteamentos urbanos, arruamento e remembramento de terrenos no município de Francisco Beltrão. Baseada na lei anterior, a 779/80, ela trata com maior especificidade cada um dos artigos, dando atenção maior para os casos de loteamentos na área de expansão urbana, haja vista que o perímetro urbano de Francisco Beltrão havia sido alterado e novas áreas anexadas à cidade faziam crescer o número de loteamentos particulares para fins residenciais e industriais.

Para conseguir as melhorias necessárias junto ao Governo Federal, que centralizou as decisões político-administrativas durante o período de 1964 a 1984, os projetos técnicos desenvolvidos pelas prefeituras passaram a ter uma importância fundamental, já que eram a chave de acesso aos recursos necessários. Para Rolnik (1990), a esfera federal exerceu, nesse período, a função de um banco, cujos clientes eram as prefeituras municipais em busca de empréstimos para a realização dos seus projetos, pesando muito, ainda, as relações político-partidárias. Os custos dessas transações, muitas vezes, comprometiam os municípios economicamente e terminavam por incentivar a especulação imobiliária e por promover, em consequência, a marginalização de grupos sociais menos favorecidos.

A década de 1980 foi marcada, principalmente, pela instabilidade econômica e política que representou para o país o fim dos governos militares e a transição para a democracia. Nos últimos anos da década de 1970, já era sentida a crise do chamado “milagre econômico” propagado pela ditadura militar e o crescimento com desenvolvimento já não era mais uma certeza. As grandes cidades sentiram o inchaço urbano com o surgimento de inúmeras favelas e faltava-lhes condições para lidar com a população que se encontrava nas cidades sem ser

atendida pelos projetos públicos de habitação, transporte, escola e saúde, entre outras coisas.

A mudança de rumos da política econômica nacional fez refletir em Francisco Beltrão, e em todas as outras cidades brasileiras, a fragilidade das secretarias municipais de planejamento urbano. Em 1988, a promulgação da nova Constituição Federal estabeleceu o Plano Diretor como um instrumento básico para a política de desenvolvimento e expansão urbana, com o objetivo de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, servindo de referência normatizadora das relações entre o cidadão, o seu meio físico e as instituições.

Na prática, com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, a disponibilidade de recursos e as responsabilidades dos municípios aumentaram porque as cidades passaram a demandar ações sociais em função do crescimento da sua população e, além disso, recaiu sobre a esfera municipal a responsabilidade de promover o bem estar social e o desenvolvimento econômico local, obrigando-a a redesenhar a sua atuação política.

Nesse contexto, emergem dois pontos de discussão, os quais nos põem em sintonia com a realidade predominante no terceiro período, apresentado anteriormente, iniciado na década de 1990.

Primeiramente, temos a descentralização política e a participação popular nas decisões locais. A Constituição Federal de 1988 firmou definitivamente o limite entre o período de pós-estatização vivido na década de 1980, quando se fazia a transição do modelo completamente centrado na esfera federal em que os estados e municípios apenas executavam obras sem ter o poder de decidir sobre elas, e o período da descentralização do poder, em que os estados e os municípios ganharam o direito de assumir a decisão de interferir no espaço urbano e rural, mas, em contrapartida, ganharam também uma série de responsabilidades e deveres. O município passou a ter o *status* de palco principal da atuação do poder público: a relação entre ele e a sociedade dá-se de maneira muito mais direta do que até então, não apenas em termos de escala e proximidade mas também porque a sociedade – pelo menos teoricamente – passou a assumir um papel ativo nas discussões, deixando a passividade que a caracterizou em outros tempos.

A participação da sociedade em projetos municipais que promovem melhorias públicas e de bem estar, segundo Farah (1999), pode ser exemplificada com o surgimento de programas que atendem desde interesses sociais como

crianças carentes, até interesses específicos, como a construção da casa própria ou, ainda, interesses ecológicos como a questão do lixo ou da água nas cidades. Além da participação da sociedade local, os programas assumem dimensões maiores e fazem interagir, num mesmo programa, pessoas (que se identifiquem) em torno de uma causa comum em escala nacional e até internacional, com o diferencial de que cada município faz a sua adaptação local, de acordo com suas necessidades mais urgentes.

No entanto, ao mesmo tempo em que o município ganha autonomia e poder de decisão, pesa sobre ele a responsabilidade de gerenciar os recursos para cada uma das estruturas de ação pública criadas pela Constituição Federal de 1988, como a secretaria de Saúde, de Educação, de Planejamento Urbano, de Comércio, de Indústria, de Desenvolvimento Rural. Os recursos municipais resultam fundamentalmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da participação destes na receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), os quais, segundo Abrucio e Couto (1996), foram consideravelmente aumentados depois da descentralização política estabelecida na Constituição, além do aumento do volume de recursos obtidos pela arrecadação de tributos municipais, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Serviços (ISS). A questão é que a distribuição e a captação dos recursos não se dão da mesma forma em todos os municípios, o que impede a descentralização de poderes e de recursos que visa diminuir as desigualdades sociais.

O segundo ponto a ser analisado refere-se às parcerias realizadas entre o setor público e o privado. Tanto a redução do poder de decisão do Estado, na esfera federal, quanto o fortalecimento do poder econômico de algumas empresas que se tornaram globais conduziram para a política neoliberal dos anos 90, e o setor privado passou a desempenhar papéis que antes eram atribuídos exclusivamente ao poder público federal ou estadual.

A descentralização/democratização da política e a participação das empresas privadas em cenários tradicionalmente públicos são instrumentos para realizar, em nível local, a promoção do bem estar social e do desenvolvimento econômico previstas na Constituição Federal de 1988. Por esta razão, houve um importante aumento nos gastos dos municípios com saúde, educação, habitação, planejamento urbano e ambiental, entre outros setores, visando atingir melhores índices de qualidade de vida e qualidade ambiental. Paralelamente, aumentaram os

investimentos nos setores de geração de emprego e renda, no sentido de proporcionar o desenvolvimento da economia local. Abrucio e Couto (1996) comentam que as ações relacionadas à criação de emprego e renda passaram a dar atenção especial no planejamento urbano, a partir da vigência desta Constituição, justamente para tentar abranger tanto o desenvolvimento econômico como também, a partir da criação de empregos, melhorar a qualidade de vida da população urbana.

Como a Constituição Federal de 1988 tornou obrigatório o Plano Diretor para as cidades que possuem mais de vinte mil habitantes, estabelecendo um prazo de até dez anos para a sua aprovação, o poder público de Francisco Beltrão elaborou o seu Plano Diretor contando com a assessoria jurídica de uma empresa particular que foi contratada com o intuito de auxiliar na sua elaboração, haja vista que a Secretaria de Planejamento da cidade mostrava-se despreparada para assumir sozinha tal responsabilidade. Para o ano de 2006, estão previstas novas discussões envolvendo os diversos setores sociais para a reelaboração do Plano Diretor de Francisco Beltrão.

Segundo Villaça (1999, p. 238), o Plano Diretor deve “partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e da sua região” para resultar num “conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e a futura organização espacial”, devendo abranger todos os problemas do município, localizados tanto no meio urbano como no rural.

A partir do modelo político-administrativo introduzido pela Constituição Federal de 1988, passou a ser prioridade para os municípios promover um desenvolvimento econômico que seja capaz de movimentar a economia local e gerar os tributos necessários para a sua manutenção. Nesse sentido, os investimentos em infra-estrutura básica permanecem primordiais, mas são seguidos por investimentos diversos que incluem desde a ampliação do atendimento de saúde e educação pública, criação de empregos e renda, melhoria no setor imobiliário e rodoviário até a criação de espaços de lazer público, por exemplo, dando ao poder público local a missão de (crescer) desenvolver e atrair constantemente novos investimentos para o município.

Alguns dos investimentos realizados desde a década de 1990 até a atualidade, pelo poder público de Francisco Beltrão serão discutidos no Capítulo V, que apresentará a cidade e suas estruturas urbanas a partir de entrevistas

realizadas com o Prefeito Municipal e alguns ex-prefeitos do período. No entanto, muitos desses investimentos realizados com o intuito de proporcionar melhorias na cidade foram possíveis através da Política para o Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná (PDU) e do PARANACIDADE, que é um plano de ação vinculado à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDU), cujo objetivo é promover as ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios paranaenses; financiar as intervenções envolvendo despesas correntes e de capital e aplicar os recursos com eficiência e eficácia no fortalecimento técnico, administrativo e financeiro dos municípios. (PARANÁ, 2003)

Tal proposta para a gestão do espaço urbano no Paraná, assim como também a fizeram os outros Estados brasileiros, introduz os municípios num novo momento da história do planejamento urbano no Brasil. Na década de 1990, passado o período de bipolarização mundial, inicia-se o desafio da globalização e há necessidade dos municípios se adequarem à nova realidade mundial, cujo foco global atinge os interesses locais. O Consenso de Washington, realizado em 1989, atribuiu aos países em desenvolvimento necessidades como disciplina fiscal, reforma tributária, priorização dos gastos públicos, privatização, liberalização financeira e comercial, regime cambial, investimento direto estrangeiro, desregulamentação e propriedade intelectual, as quais foram inseridas no discurso da globalização, segundo Maricato (2002), que se tornou imensamente popular mesmo sem ser compreendido pela maioria das pessoas e refletiu diretamente nas políticas públicas.

Ao mesmo tempo e com a mesma intensidade que se fala em globalização, aparece em contraponto o termo local, que passa a expressar o palco de ação das estratégias globais. Para Pacheco (1999, p.40), sob o efeito da globalização, “a mundialização dos fluxos é acompanhada pela emergência da localidade” e este paradoxo impõe aos municípios novas metas de ação, cujas estratégias sejam capazes de torná-los mais competitivos. A cidade ganha *status* diante de um discurso que ultrapassa as fronteiras nacionais e torna-se o centro das atenções para a proposta do planejamento urbano do início do século XXI: o planejamento estratégico.

Segundo Vainer (2000), o planejamento estratégico remete ao planejamento empresarial, pois ambos estão submetidos às mesmas condições e desafios, que dão às cidades um ponto central, maior do que todas as problemáticas

urbanas já discutidas por diversos autores, que é a competitividade urbana. A competitividade entre cidades faz com que elas disputem entre si os recursos, a gestão dos recursos, a atração de novas empresas, a tecnologia, a qualidade dos serviços, os preços, a oferta de mão-de-obra qualificada, os investimentos paisagísticos, a infra-estrutura hoteleira, dentre outras. O município assume um papel de país e, conseqüentemente, assume responsabilidades e compromissos na captação de investimentos que comprometem perigosamente as suas estruturas municipais, fortalecidas pelo contexto, mas essencialmente frágeis.

Ainda, de acordo com Vainer (2000, p. 78), como o produto de uma empresa, a cidade está suscetível às leis do mercado e necessita da exposição dos seus aspectos mais positivos para a elaboração do “marketing urbano”, através do qual, tendenciosamente, a cidade disfarça os seus problemas usando “slogans” promocionais que, inúmeras vezes, encobrem a sua verdadeira realidade. Resumidamente, o aspecto subdesenvolvido não agrega valor à “cidade-mercadoria” e, portanto, deve ser escondido. O planejamento estratégico assume a fragmentação da cidade e, talvez, essa sinceridade escancarada seja, segundo Maricato (2001), a sua grande qualidade, ao contrário dos planos funcionalistas que prevaleceram ao longo do século XX, com discursos holísticos seguidos pela prática tendenciosa a privilégios de alguns grupos sociais. Ao fragmentar a cidade, privilegiam-se as áreas centrais, próximas a grandes investimentos imobiliários ou às áreas com carga simbólica e valor histórico, tornando-os lugares globalizados, cujas imagens são vendidas para a promoção da cidade.

O planejamento estratégico, entretanto, tem um ponto extremamente favorável, não no sentido de torná-lo melhor, e sim no sentido de reforçar os argumentos daqueles que o defendem: a participação democrática. Maricato (2001, p.51) demonstra preocupação com o uso do termo *participação democrática* pelo planejamento estratégico, argumentando que a estrutura administrativa e o modelo sócio-cultural brasileiro remetem-nos sempre à desigualdade, pois “é impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características”. O fato de o plano estratégico possuir diretrizes que priorizem a participação popular na tomada de decisões sobre o futuro da cidade não significa, simplesmente, que ela será democrática. A participação popular necessita de uma ampla discussão para ser bem definida e a sua definição perpassa

a base da sociedade brasileira, facilmente manipulável, atingindo as classes mais instruídas, comumente desinteressadas pela discussão dos problemas urbanos, até atingir a classe diretamente interessada no assunto, os representantes do capital imobiliário, cujos interesses são evidentes, embora no contexto, muitas vezes, representem a parcela popular no planejamento estratégico. De acordo com Vainer (2002), a cidade não apenas herda desigualdades da estrutura social como também são aprofundadas através das suas relações sociais, econômicas e de poder. O impasse entre a dificuldade de organização para o planejamento democrático e a demanda urgente de planejamento e gestão urbana faz esta uma discussão primordial para os novos tempos, mas comumente confundidas com a proposta do planejamento estratégico.

Neste início de século, as principais características do planejamento e gestão das grandes cidades brasileiras têm seguido o modelo estratégico. Seja pela sua importância econômica, social, ecológica, cultural, turística, política ou religiosa, algumas cidades brasileiras fazem parte de um grupo que, juntamente com as demais capitais mundiais, têm a sua imagem associada a um determinado produto que pode ser consumido pelos cidadãos do mundo.

Em tempos de globalização e de planejamento estratégico, modelo adotado principalmente pelas grandes cidades, e possíveis no Brasil a partir da descentralização política proposta pela Constituição Federal de 1988, os municípios brasileiros vivenciam uma situação conflitante, pois, ao mesmo tempo em que ganharam uma maior autonomia política, perderam recursos, e, ao mesmo tempo em que deixaram de estar centralizados na esfera federal, passaram a estar dependentes de questões internacionais, assumindo um importante papel na discussão *global x local*. Nesse contexto, as pequenas e médias cidades do país vivem dilemas quanto ao planejamento e a gestão urbana, cada qual buscando encontrar a sua função no competitivo comércio estratégico das cidades, mesmo que em escalas menores.

A cidade de Francisco Beltrão tem 54.831 habitantes (IBGE, 2000) e não possui nenhum atributo turístico, econômico, religioso ou histórico que a coloque no rol das cidades requisitadas e reconhecidas no país e no exterior, para muitos nem mesmo dentro do Estado do Paraná. Mesmo assim, a expectativa dos seus habitantes e do poder público local é a de elevar a sua dinâmica econômica para poder proporcionar maior crescimento e desenvolvimento urbano, e com isso,

manter-se bem diante dos seus concorrentes mais próximos, do mesmo nível e do mesmo porte, e que fazem parte da mesma disputa por investimentos públicos e privados, capazes de proporcionar grandes diferenças para a cidade e para a sua região de atuação. Este desejo de ver as coisas acontecerem na sua cidade está contido nos discursos de alguns dos moradores de Francisco Beltrão que foram por nós entrevistados para a realização desta pesquisa, sejam pertencentes às famílias tradicionais da cidade, sejam pertencentes ao poder político local.

3 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO METODOLOGIA PARA UMA ANÁLISE URBANA

É possível reconhecer a importância das representações sociais em muitos campos científicos, fornecendo elementos de análise que não têm o intuito de explicar, mas de apresentar novas possibilidades de análise dos fenômenos sociais. A cidade de Francisco Beltrão, como objeto de estudo, fornece-nos elementos fundamentais para a execução de um exercício teórico com alguns dos agentes envolvidos na construção das suas estruturas urbanas. No entanto, para que tal análise baseada nas representações sociais possa ser compreendida, é preciso reconhecer que existem muitas relações por trás daquilo que se vê, das quais é possível extrair as informações referentes às representações.

Esta proposta metodológica é baseada na compreensão do psicólogo social Serge Moscovici, que propõe, a partir da década de 1960, uma nova conceituação das representações sociais, dando ao termo uma ênfase psicossociológica¹².

As representações sociais nascem da necessidade das pessoas interiorizarem os acontecimentos que lhes provocam estranheza, gerando desconforto em função do desconhecimento sobre o assunto. Moscovici (2003) explica que as pessoas possuem marcos referenciais em função das suas experiências desde a infância, dos acontecimentos passados e dos ensinamentos familiares e escolares, através dos quais tentam dar sentido aos novos acontecimentos, enquadrando-os aos seus velhos conceitos para dar continuidade àquilo que já sabe. O desconhecido apresenta-se como um desafio para elas, que, ao mesmo tempo, atrai e intriga, obrigando-as a emitirem os seus argumentos repletos de pressupostos básicos consensuais. Assim, os indivíduos vão sendo modificados à medida que assumem novos acréscimos aos seus universos familiares.

Sá (1993) comenta que há uma extrema diversidade de assuntos que, nas relações interpessoais do cotidiano, demandam a compreensão e o pronunciamento

¹² O conceito de Moscovici fez frente à perspectiva individualista que havia se instalado na Psicologia Social, desde o século XIX, pelos ingleses e norte-americanos, representados principalmente por Emile Durkheim. A forte influência sociológica de Durkheim sobre o conceito de representação, que ele chamou de representações coletivas, deu ao termo algumas limitações para as sociedades contemporâneas explicarem os novos fatos e acontecimentos, vistos como complexos se comparados com os povos primitivos em cujo conceito foi embasado.

das pessoas. As suas explicações, no entanto, não são simples opiniões sobre os assuntos e sim combinações e articulações de diferentes questões e objetos com informações e julgamentos valorativos colhidos em variadas fontes e experiências pessoais e grupais. São as teorias do senso comum, que são expressas a todo o momento, em todos os lugares, e terminam por constituir o pensamento do ambiente onde se desenvolve a vida cotidiana.

Nesse sentido, ao nos referirmos à existência oficial de Francisco Beltrão, a partir de sua emancipação política em 1952, temos uma cidade constituída basicamente de caboclos, que eram os moradores mais antigos, e de migrantes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, cuja convivência, entre si e com o novo lugar, resultava num mundo cheio de incertezas que impunha aos colonos algumas situações de desconforto perante os obstáculos diários como a mudança da residência e do local de trabalho, as distâncias, as dificuldades de adaptação, a saudade e as diversas relações que emergiram e que resultaram na construção de uma nova cidade. Com o crescimento e o desenvolvimento de Francisco Beltrão, novas situações foram incrementando as suas relações internas e com o seu entorno regional, demandando uma constante preocupação com o planejamento, buscando atender as reivindicações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Questões como estas, colocadas aos indivíduos cotidianamente, são chamadas por Moscovici (2003, p.52) de universos reificados, ou seja, a imposição do novo e do desconhecido através das ciências e do pensamento erudito em geral. O objeto que motiva a representação social pode ser uma pessoa, uma idéia, um fenômeno, um acontecimento, entre outros, mas é ele que dará condições ao sujeito de elaborar a sua representação.

Ao entrar em contato com o universo reificado, a realidade passa por um processo de distorção, que é a leitura dos indivíduos e a sua representação, compondo os universos consensuais, em que cada indivíduo faz a sua leitura e a sua interpretação, expressando as suas idéias a partir da informação recebida pelo universo reificado, a “matéria-prima” das realidades consensuais. Nesse sentido, temos os discursos políticos, os contos, as histórias familiares e as próprias construções públicas e privadas como exemplos de representações sociais. O mundo reificado apresenta-se como o que deveria ser, enquanto o mundo consensual apresenta-se como uma realidade construída a partir da interpretação individual e da representação social dos indivíduos. Diferentemente da formalidade

dos universos reificados, nos consensuais as pessoas são livres para opinar sobre todas as coisas mesmo não sendo, provavelmente, especialistas em nenhuma delas.

A maioria das pessoas do mundo está inserida numa sociedade que está em pleno fervor científico e tecnológico, e mesmo que não desfrutem de todas as possibilidades e não sejam beneficiadas por elas diretamente, acabam mudando seus hábitos e costumes lentamente em função dos acontecimentos. O mundo contemporâneo proporciona grande quantidade de eventos com frequência muito maior do que já se viu no passado e muitas delas acabam espirrando em toda a sociedade, através dos meios de comunicação, pressionando os indivíduos a pensarem sobre elas e buscarem, de alguma maneira, um suporte intelectual que lhes permita compreender as novidades e, num momento seguinte, repassar para outras pessoas as suas opiniões nos bate-papos informais do cotidiano. Na medida em que encontram, em algum acontecimento passado, o suporte para compreender o novo, os indivíduos sentem-se como se fossem especialistas naquilo que estão falando e emitem suas opiniões livremente porque estão *ancorados* por alguma experiência anterior que, mesmo podendo não ser a melhor explicação para o fato, tira-os da angústia de estar diante do desconhecido.

Ninguém fala sobre o que não sabe absolutamente nada. O mundo reificado, muitas vezes, é construído por pessoas que se especializam e dedicam a ele parte significativa de suas vidas. O conhecimento advindo deste universo pode chegar ao universo consensual e, então, pessoas que vivem outras rotinas acabam vivenciando a experiência de falar sobre algo que não conhecem (tanto quanto os cientistas, por exemplo), mas que podem ser enquadradas em algum lugar do passado e, de alguma maneira, passam a representar o entendimento popular para o fato científico, ou seja, o senso comum.

Nesse universo, os membros da sociedade são desiguais e ocupam diferentes papéis e classes, decorrentes das suas especialidades e competências adquiridas, que vão definir quem pode falar sobre o quê. As leis, as normas, as informações, os estilos, os conceitos, dentre outros, funcionam como um nível de qualificação, estabelecendo comportamentos adequados para cada uma das circunstâncias e incentivando a formação de um “conhecimento de segunda mão”, conforme Sá (1993, p. 29), que se dá a partir da contínua apropriação do mundo reificado pelas pessoas comuns.

Para facilitar a compreensão do conceito, Moscovici (2003) aponta para a necessidade de dar familiaridade ao desconhecido como o principal propósito das representações sociais, as quais possuem a característica de construir uma nova realidade a partir das formas habituais de pensamento enraizadas no passado, enquadrando o fato novo à nossa realidade consensual, que já é conhecida e dominada. É importante destacar o fato de a cidade de Francisco Beltrão apresentar, em vários aspectos, semelhanças com outras cidades do Sul do Brasil, de onde vieram os seus fundadores e demais moradores. Numa análise mais criteriosa, talvez fosse possível observar, inclusive, semelhanças no modo de vida, no desempenho do trabalho, nos projetos das residências, no estilo das construções.

As representações são historicamente construídas e possuem vínculos importantes com os grupos aos quais elas estão relacionadas, de modo que acabam refletindo, nas práticas sociais, um pouco do contexto a partir do qual elas foram elaboradas; é preciso considerar, também, a importância da tradição e dos costumes sociais e familiares.

O universo consensual em que se desenvolve a vida cotidiana, no entanto, não está finalizado, pois ele ainda pode receber novos elementos que provoquem mudanças no sistema de pensamento social. Isso poderia explicar porque alguns costumes que eram incompreendidos no passado são, atualmente, aceitos e até mesmo tornados familiares. Por outro lado, muitos comportamentos ainda são vistos negativamente, pois a sociedade apresenta preconceitos que ainda não foram superados.

Moscovici (2003) usa dois mecanismos para explicar a passagem de um conceito não-familiar em familiar: a ancoragem e a objetivação.

O universo reificado é ameaçador, portanto a primeira reação que as pessoas têm ao entrar em contato com o novo é tentar torná-lo conhecido de alguma maneira. O mecanismo da ancoragem usa uma classificação para tentar enquadrar o novo nos universos já conhecidos. Este processo de classificar a realidade tanto pode ser tranquilo como pode, também, forçar alguma característica em detrimento de outras para permitir a generalização. Moscovici (2003, p.65) afirma que isso ocorre porque há um desejo de defini-la como “normal ou aberrante” quando em comparação com o universo consensual. É uma espécie de julgamento, em que os preceitos morais e éticos de cada indivíduo bem como os seus valores individuais,

sociais e religiosos podem interferir no ajustamento do conceito, a partir do qual as pessoas emitem representações negativas ou positivas sobre o objeto.

Após a classificação, segue-se para a nomenclatura, implicando um enquadramento automático do objeto em questão, que passa a ser citado, chamado e reconhecido pelo nome. Significa que ele foi tirado do anonimato para pertencer a um determinado grupo, com características que podem ser observadas, vividas e descritas e que as distinguem de outros conceitos e outros grupos, além de poder ser aceita ou não. Segundo Moscovici (2003), o nome dá ao objeto em questão uma identidade social em que o conceito científico torna-se parte da linguagem comum, com um sentido para o mundo consensual que antes era exclusividade do mundo científico, e, a partir de então, ele já pode ser representado.

A classificação e a nomeação não existem apenas para rotular pessoas e objetos, possuem a intenção de facilitar a compreensão do novo e de formar opiniões, na medida em que, para serem enquadrados no consenso social, elas não apenas sofrem pequenas alterações como também modificam os conceitos existentes.

O segundo mecanismo para tornar familiar o universo reificado é a objetivação. Diferentemente da ancoragem, que é um mecanismo interno para a assimilação e a rotulação do desconhecido a partir daquilo que já se conhece, a objetivação é um mecanismo externo, que procura dar materialidade ao conceito.

Moscovici (2003) afirma que as pessoas ligam as palavras a um equivalente não-verbal, a imagens que dão às palavras (abstratas) uma existência quase física. Porém, não há imagens para todas as palavras, então as imagens são selecionadas de acordo com a sua capacidade de serem representadas num padrão chamado pelo autor de *núcleo figurativo*, a partir do qual as imagens passam a ter um significado, que não é mais o sentido único e individual, mas aquilo que significam de fato. Essas imagens fazem parte do ambiente e os indivíduos estão continuamente modificando-as, de acordo com a sua cultura e com os instrumentos de que essa cultura se utiliza para realizar a objetivação daquilo que encontram no seu cotidiano.

Apesar da objetivação acontecer com bases num referencial já existente, isso não significa que não possa ser modificado; ao contrário, muda com a transmissão de referenciais familiares, cujos conceitos menos usados acabam sendo

esquecidos e substituídos por outros mais atuais e que correspondam mais adequadamente aos acontecimentos recentes.

Para Schopenhauer (2001), o espaço e o tempo dão forma ao objeto, que é variado e ilimitado. O sujeito, ao contrário, é único em cada ser que percebe, e estes dois elementos – objeto e sujeito – são interdependentes e um não pode existir sem o outro num mundo de representação. Jodelet (2001) explica que o ato de representar corresponde ao pensamento pelo qual um sujeito se refere a um objeto, mas a representação social vai possuir tanto as características do objeto que é apresentado ao sujeito como do próprio sujeito que vai representá-lo, pois ela sempre será representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito).

As representações resultam, em primeiro lugar, de um processo interno, a partir do qual o indivíduo busca na sua memória uma similaridade para o objeto que se apresenta, como se quisesse imediatamente sair da incerteza e da angústia de lidar com algo que não conhece. Esse primeiro processo é muito dependente da memória do indivíduo e das suas vivências anteriores, as quais vão proporcionar-lhe um “estoque” de referenciais que permitirão a classificação e a nomenclatura do objeto, de onde são retiradas as imagens, linguagens e gestos necessários para superar aquilo que não é familiar, constituindo o processo externo das representações. A ancoragem e a objetivação são, conforme Moscovici (2003), maneiras de lidar com a memória.

As representações sociais estão presentes na vida cotidiana e são verdadeiras ferramentas que podem auxiliar na compreensão dos vários aspectos da realidade diária. Para Jodelet (2001), é uma forma de conhecimento elaborada e partilhada socialmente, contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social, fortemente enraizada na pertença afetiva, normativa e social dos indivíduos. A comunicação tem uma crucial importância para as representações sociais por ser ela o meio pelo qual as opiniões são emitidas pelas pessoas sobre os mais variados assuntos, tanto de interesse pessoal ou do grupo a que pertencem como podem ser novidades que os indivíduos sintam curiosidade e vontade de compreender melhor. A representação social partilhada através da comunicação não é, conforme Sá (1993), no entanto, uma reprodução da realidade e sim uma nova realidade que é construída pela ancoragem e objetivação e expressa como uma *nova realidade social*.

São esses aspectos das representações que nos motivam a fazer uma pesquisa científica em Geografia, utilizando as representações sociais como uma metodologia para a análise da realidade estudada.

Segundo Moscovici (2003), os trabalhos realizados compartilharam, até o momento, quatro princípios metodológicos, os quais são fundamentais para a compreensão da nossa pesquisa.

Em primeiro lugar, trata-se de “obter o material de amostras de conversações normalmente usadas na sociedade” (MOSCOVICI, 2003, p. 89), ou seja, colocar a conversação no centro dos nossos universos consensuais, a partir da qual serão criadas opiniões e representações. Ao realizarmos entrevistas qualitativas semi-estruturadas, permitimos, antes de tudo, que os entrevistados falassem livremente sobre o assunto. Para Jodelet (2001), este repasse de informações é decorrente da interpretação individual e da criação de um universo consensual.

Depois, é preciso “considerar as representações sociais como meios de re-criar a realidade” (MOSCOVICI, 2003, p. 90). Os nossos entrevistados, ao emitirem as suas representações, fizeram isso baseados em referenciais criados individualmente e, conseqüentemente, diferentes uns dos outros, o que resulta, em última análise, numa versão parcial da realidade, justamente por considerar apenas a opinião de algumas pessoas da sociedade, e não da totalidade. A realidade apresentada foi estruturada pelas gerações passadas ou por outros grupos e a sua reprodução é, inevitavelmente, uma representação distorcida da realidade anterior, que já era distorcida também por ter sido uma representação, e assim sucessivamente. Complementando essa idéia, Jodelet (2001) explica que não há partilha social das representações, ou seja, a representação de um indivíduo não pode ser partilhada com outros, porque a partir do momento em que ele interiorizou a informação, a sua manifestação já será a sua representação da realidade posta. Porém, se o indivíduo pertencer a uma classe específica, pode haver uma representação que seja condizente com as formas de pensamento da classe a que pertença, como forma de afirmar um vínculo social e uma identidade.

É preciso considerar também “que o caráter das representações sociais é revelado especialmente em tempos de crise e insurreição” (MOSCOVICI, 2003, p. 91). No momento em que vivenciaram dificuldades, nossos entrevistados, enquanto cidadãos submetidos às questões impostas pelo cotidiano, ou enquanto pessoas

públicas ligadas ao poder político local, depararam-se com um novo universo e foram motivados a falar e a emitir suas representações.

Por fim, considerar “que as pessoas que elaboram tais representações sejam vistas como algo parecido a ‘professores amadores’ (...)” (MOSCOVICI, 2003, p. 92), pois mesmo não possuindo o conhecimento exato daquilo que se apresenta e de qual seria a melhor solução, agem de acordo com o referencial de conhecimento que possuem. Os nossos entrevistados são pessoas que, de alguma maneira, participaram da construção e do desenvolvimento da cidade de Francisco Beltrão, e, por esta razão, é possível considerar que as suas representações acerca dos acontecimentos históricos registrados na cidade foram emitidas em discursos formais e informais bem como nas práticas desenvolvidas socialmente, e continuam sendo emitidos até os dias atuais.

Moscovici (2003) comenta sobre a importância das representações a partir dos encontros entre as pessoas, as “reuniões não-oficiais” que ocorrem em bares, nos pontos dos ônibus, nas ruas e onde mais as pessoas possam encontrar-se e conversar por alguns minutos que sejam suficientes para elas elaborarem suas representações do mundo, emitir suas opiniões sobre a economia, a nova epidemia, a guerra, o furacão, entre outros, misturando *realidade* e *ficção*, tentando dar explicações “científicas” para um fato que se tornou conhecido por todos através dos meios de comunicação e que não está ainda bem explicado e entendido. Pode surgir daí as mais esdrúxulas versões para o fato. Isso é pura representação social e perpassa pelas quatro etapas citadas anteriormente, ou seja, a conversação onde as pessoas emitem as suas opiniões, re-criam a realidade através da ancoragem e da objetivação, são estimuladas pela crise ocasionada pelo universo reificado que apresenta um novo objeto ao sujeito e, por fim, agem como professores amadores emitindo suas opiniões.

De acordo com o mesmo autor, as representações são sociais porque são simbólicas e possuem elementos que podem ser entendidos como resultado de linguagens comuns, compartilhadas entre, pelo menos, duas pessoas, e podem diferir de outros grupos ou sociedades. Para estudá-las, necessitamos adotar o método da observação por serem elas criadas em ambiente humano complexo e estarem armazenadas em nossa linguagem. A observação deve ser seguida pela descrição, pois somente uma descrição cuidadosa das representações sociais e a comparação desta com outras descrições possibilitará entendê-las, o que não

significa que devemos descartar a teoria, apenas que devemos calcar a nossa pesquisa em observações adequadas para cada caso.

Por fim, as representações são desenvolvidas da infância à maturidade, o que significa que elas são históricas na sua essência e todos os acontecimentos anteriores são importantes para explicar o presente. As representações mudam a cada geração, alguns valores são associados e outros são excluídos, porém, a representação social sempre terá um conjunto de conceitos e teorias que foram adquiridos ao longo da vida e que serão fundamentais para a compreensão dos fatos estudados.

3.1 AS REPRESENTAÇÕES E A GEOGRAFIA

O estudo das representações sociais na Geografia coincide com uma reflexão epistemológica realizada pelos geógrafos a partir da década de 1970, quando se formalizou uma insatisfação com a Geografia com raízes positivistas que estava sendo produzida. Segundo Mello (1990), alguns movimentos emergiram nesse momento com linhas de pensamento e propostas epistemológicas que diferem entre si numa perspectiva mais radical como as geografias marxista e humanista. As divergências entre elas iniciam com o enfoque epistemológico e seguem nas discussões metodológicas, perfazendo caminhos opostos de análise e compreensão do mundo.

O movimento marxista teve uma repercussão maior nos trabalhos científicos dos geógrafos, nas décadas seguintes, incluindo os de autores de outras áreas do conhecimento como a Sociologia e a Filosofia. Para os geógrafos, o espaço foi desvinculado do seu aspecto meramente natural e passou a ser compreendido como o produto da relação do homem com a natureza. Usando o materialismo histórico como método de análise, ancorada na dialética das relações de classes, dos conflitos e dos interesses, principalmente os econômicos, os geógrafos críticos consideravam o homem como o sujeito da produção do espaço. Para Diniz Filho (2002), muitos autores clássicos (para a leitura dos geógrafos) usaram conceitos e teorias de extração marxista em suas análises, além de partilharem de uma concepção crítica da sociedade capitalista. Já nas décadas de 1970 e 1980, muitos autores perceberam que o uso das teorias marxistas nas análises espaciais era mais complexo do que se pensava a princípio, causando uma

insatisfação que acabou direcionando muitos deles para a busca de outros métodos que pudessem preencher as lacunas existentes.

O movimento humanista resgata o homem e põe-no no centro de todas as coisas, produzindo uma ciência reflexiva sobre o pensamento humano. O mundo contemporâneo, devido a sua multiplicidade, necessita ser analisado de maneira a não perder sua riqueza de detalhes e a não subestimar a sua diversidade em nome de uma ciência reducionista. Elevando a importância do homem para a compreensão do mundo, a proposta humanista lança um novo olhar sobre todas as coisas e tenta entendê-las a partir da relação do homem com o meio ambiente, com a cidade, com a produção, com a economia e com os demais aspectos geográficos. De acordo com Mello (1990, p.96), os geógrafos passaram a buscar, na filosofia dos significados, as respostas para as suas angústias não respondidas pelo positivismo e o neopositivismo, predominantes na Geografia até então. É na filosofia dos significados que os geógrafos buscam entender os valores e sentimentos dos seres humanos, passando a compreender o espaço como um lugar com influência do homem e da sua cultura, como um lugar definido a partir da vivência do homem em sociedade e da sua expressão cultural, que vai refletir no espaço as marcas de um determinado grupo ou sociedade. Dessa forma, o homem passa a ser “produtor e produto de seu próprio mundo”.

Alguns conceitos são apresentados pelos geógrafos à Geografia no momento que a visão humanista é incorporada, como o de mundo vivido e de lugar.

Para a proposta humanista, o espaço ganha características subjetivas, dinamizadas pela vivência do homem em sociedade e pelas necessidades intrínsecas baseadas nos valores e nos significados culturais. O espaço físico, concreto passa a ser entendido como um espaço vivido, onde se desenvolvem experiências sociais no cotidiano, onde são manifestadas as expressões que dão um sentido único ao espaço e, por conseguinte, onde as pessoas encontram uma identidade que lhes proporciona a sensação de segurança e de pertencimento. Para Buttner (1982), o “espaço representacional” positivista parte de uma rede tridimensional, onde se entrecruzam as coordenadas igualmente distribuídas e cujos pontos possuem, todos, o mesmo conteúdo simbólico, enquanto o “*espaço vivido*” é aquele resultante da experiência do experimentador, onde as pessoas e as coisas são percebidas e valorizadas. A relação entre o espaço em si e a experiência interior dos indivíduos em relação ao espaço ganha uma conotação de intersubjetividade,

baseada no diálogo entre cada indivíduo e a subjetividade do seu mundo. Nesta concepção, segundo a autora, misturam-se um pouco da característica generalizante do modo objetivo do conhecimento e um pouco da experiência individual única, característica do modo subjetivo do conhecimento, resultando numa abordagem metodológica que valoriza sobremaneira a experiência do indivíduo na sua relação com o seu corpo e com o mundo.

Nesse contexto, Gomes (1996, p.325) comenta que a abordagem do espaço vivido necessita de um método próprio de estudo para o geógrafo, no qual há dois sujeitos, o pesquisador e a região a ser pesquisada. O primeiro sujeito precisa penetrar na realidade do segundo, buscar os detalhes e evitar as generalizações, com a consciência de que não vai chegar a lugar nenhum, apenas vai conhecer e interpretar os códigos de expressão dos seus universos simbólicos, únicos e particulares, que não podem ser encaixados em nenhum modelo geral. Pelo contrário, o autor afirma que “quanto mais o conhecimento humano se desenvolve, mais ele se aproxima da inexatidão e da incerteza”.

Enquanto o espaço vivido é compartilhado entre os grupos sociais, o lugar representa o ponto de maior significância no espaço vivido para cada pessoa. Independente de um rigor de escala, o lugar pode ser o país de origem para o estrangeiro ou a própria casa. O lugar é um espaço carregado de significados pessoais, e, justamente por isto, todos os espaços podem ser lugares, pois as pessoas terão experiências particulares que farão com que o lugar para uma delas não coincida com os lugares das demais.

Espaço vivido e lugar são dois conceitos importantes para a Geografia humanista, usados principalmente pela fenomenologia, isto é, uma das tendências filosóficas que busca entender a relação do homem com o meio. Para Johnston (1986), a fenomenologia é uma metodologia alternativa baseada no mundo vivido da experiência humana; e todo conhecimento é resultante das experiências, ou seja, a atribuição de significados aos seres resulta da existência da consciência. Por esta razão, ao invés de explicarem os fatos, os fenomenologistas apenas descrevem como os significados são definidos, não podendo expor as suas idéias no momento da análise e deixando a subjetividade exclusivamente para o foco de estudo. A fenomenologia estuda as avaliações que o homem faz, mas ao nível do indivíduo.

Além da fenomenologia, Mello (1990) destaca outras três tendências filosóficas para a Geografia humanista – o existencialismo, o idealismo e a

hermenêutica – que, mesmo não tendo fronteiras rígidas entre si, apresentam alguns pontos de divergência que podem ser destacados.

Para Johnston (1986), o existencialismo diferencia-se da fenomenologia por acreditar que o ser vem antes da essência, ou seja, os ambientes são como biografias e representações do homem criando-se a si mesmo. Os símbolos resultantes desse processo são as expressões particulares que conduzirão aos símbolos coletivos e, para investigá-los, não pode haver um método universal, mas sim métodos apropriados para cada sociedade e para cada investigação.

O idealismo procura compreender o significado da atividade do homem inserido em seu contexto cultural, condenando a prática de descrições baseadas em leis prontas. Segundo Mello (1986), esta filosofia capacita o pesquisador a ser crítico, a explicar as ações humanas sem o uso das teorias que estão prontas e que rotulam os acontecimentos de maneira generalizada, pois as idéias dos seres humanos é que são teorias desenvolvidas a partir de dados observáveis e são elas que devem ser analisadas.

A hermenêutica tem a qualidade de ler as entrelinhas, ou seja, interpretar aquilo que é dito ou que está escrito de acordo com um contexto histórico e um referencial capaz de explicar os acontecimentos. Gadamer (2003) explica que para a hermenêutica, o intérprete participa do sentido do texto, seja ele oral ou escrito. No caso das traduções de textos, por exemplo, o tradutor tem a missão de transferir o texto da sua língua original para uma outra língua, e, nesta transferência dos significados contidos no texto, o tradutor passa a ser um intérprete do que está escrito dando ao texto conotações e esclarecimentos pessoais para poder efetivar o seu trabalho de tradução, já que nem tudo pode ser traduzido com os mesmos sentidos que foram escritos, originalmente. Nas conversas isso também ocorre, e, quando pensamos que estamos entendendo o texto, este nosso entendimento já implica os nossos próprios pensamentos como intérprete.

A hermenêutica é uma importante ferramenta de análise de textos e, para a realização da nossa pesquisa, ela ganha uma importância metodológica vital para a análise das entrevistas e a compreensão do contexto descrito pelos entrevistados, pois “compreender e interpretar são uma e a mesma coisa”. (GADAMER, 2003, p. 505)

Toda a discussão em torno da Geografia humanista não apenas apresenta e torna mais acessível aos geógrafos o ponto de vista desta corrente, como também

inaugura uma nova polêmica, referente aos seus pressupostos metodológicos e epistemológicos. Desta divergência nascem as diferentes críticas lançadas à visão humanista em contraponto à visão positivista em geografia.

Johnston (1986) refere-se à Geografia humanista como uma crítica necessária para contrabalançar as tendências exageradamente objetivas, elevando a importância do homem no meio ambiente e as noções de subjetividade e individualidade, não dando muita importância às críticas negativas que a avaliam como uma Geografia trivial e despreocupada com o desenvolvimento do mundo. Gomes (1996), por sua vez, diz que os geógrafos humanistas estão de acordo em refutar o modelo científico anterior, mas não apresentam um consenso em torno de um novo modelo a adotar. A aparência eclética da corrente de pensamento perde-se nas análises mais profundas, em que surgem vários humanismos fundados sobre pressupostos, às vezes, inconciliáveis.

É importante destacar que tanto a Geografia marxista quanto a humanista mostraram-se capazes de produzir reflexões importantes para a compreensão da realidade e do espaço (principal objeto de estudo da ciência geográfica) a partir de um ponto de análise em comum – a crítica ao capitalismo – mesmo que sob enfoques diferentes. Nenhuma destas correntes, porém, obteve uma coesão suficientemente capaz de emergir e posicionar-se como a melhor proposta, dando à Geografia a característica da diversidade, na qual várias correntes de pensamento se apresentam como possíveis e viáveis para cada caso. Ela não é eclética, na medida em que a diversidade produz muitas críticas entre as correntes, mas é uma ciência capaz de reconhecer os ganhos obtidos a partir dos vários enfoques de análise adotados.

Para muitos geógrafos, já no final do século XX, evidenciou-se a possibilidade de trabalhar a Geografia juntamente com outras ciências, principalmente as ciências sociais, que dispõem de boas discussões teóricas produzidas por sociólogos, antropólogos, filósofos, psicólogos, entre outros, que, assim como os geógrafos, procuram entender a dinâmica social nos espaços. Nesse sentido, destacamos o uso das representações sociais pela Geografia, com o intuito de esclarecer que tal proposta metodológica não encerra a discussão em torno do objeto estudado, pelo contrário, usa uma metodologia da psicologia social para auxiliar na compreensão do fenômeno geográfico em questão, colocando o homem

no centro das discussões sociais e tratando-as com a subjetividade que lhe é peculiar.

A busca de uma alternativa metodológica nas ciências sociais, como é o caso do uso das representações sociais para a análise das entrevistas que compõem esta pesquisa, é uma opção viável e adequada à proposta de realizar um trabalho com um caráter mais centrado nas relações humanas do que nas relações econômicas. No entanto, trata-se de uma pesquisa em Geografia e toda a sua essência precisa ser mantida.

Os geógrafos consideram o espaço como o conceito-chave de seus estudos, principalmente a partir da segunda metade do século XX. A Geografia quantitativa definiu-se como uma ciência espacial generalizante, pois o emprego de métodos positivistas não possibilitava a valorização das particularidades. Da crise desta Geografia surgiram as geografias radicais; o espaço passou a ser entendido como espaço social pelos geógrafos críticos, que buscavam nas relações dialéticas a compreensão da organização espacial; por outro lado, para os geógrafos humanistas, o espaço ainda foi considerado como um espaço concreto, resultante de um processo histórico, mas também, e principalmente, como uma construção simbólica que associa sentimentos e idéias, e nesse sentido, um espaço vivido. Para a nossa pesquisa, utilizamos o conceito de espaço de representação de Henri Lefebvre, que entende o espaço como sendo dinâmico e vivido cotidianamente, cuja natureza simbólica é exercida na esfera consensual.

Contudo, é imprescindível fazer uma ressalva quanto a esta opção metodológica que envolve as representações sociais e o espaço de representação. Serge Moscovici escreve sobre as representações sociais baseado numa matriz metodológica da Sociologia, a partir da obra de Emile Durkheim, enquanto Henri Lefebvre, de inspiração marxista, faz uma distinção do espaço lançando a idéia da “dialética do espaço”. (LEFEBVRE, 1991)

Para ele, o espaço de representação existe a partir da soma dos aspectos de dois outros espaços já conhecidos dos estudos de Geografia, sendo, por essa razão, um espaço mais complexo por possuir características do espaço construído (percebido) e do espaço representado (concebido); e por fornecer informações importantes relacionadas com a vida cotidiana desenvolvida sobre o espaço, a partir das relações sociais, políticas e de poder. O espaço de representação entrelaça-se com as representações sociais num mesmo nível de análise, apesar das suas

diferenças epistemológicas, que é o espaço vivido¹³ cotidianamente, dado a partir da convivência entre as pessoas, das suas rotinas e das suas relações, das quais nascem o senso comum e as representações.

Com a intenção de exemplificar a concepção do espaço, de acordo com Lefebvre (1991), vamos comentar sobre o nosso objeto de estudo, que é a cidade de Francisco Beltrão. O espaço concreto, as estruturas urbanas, a distribuição espacial e a ocupação desigual do seu espaço urbano podem ser analisados de acordo com o que o autor chama de prática espacial¹⁴, em que o espaço é produzido e reproduzido em lugares diferentes de acordo com as diferentes formações sociais correspondentes. Na interpretação de Soja (1996), é um espaço percebido que se revela pela sua decifração, variando de acordo com o tempo e com as mudanças estruturais que se processam, no espaço, a partir da história, fazendo do espaço um meio e um resultado da atividade humana.

A representação do espaço¹⁵ é explicada pelas relações estabelecidas sobre ele, que imprimem uma ordem de conhecimentos, significados e códigos. Para Soja (1996), o espaço concebido está amarrado às relações de produção e, especialmente, à ordem que elas impõem. É um espaço de utopia que se encontra muito ligado ao sistema verbal escrito e falado, transformando-se num espaço dominado pelo discurso regulador representando o poder e a ideologia implícitos nas relações. Para a Geografia, é um espaço descritivo que, para ser concebido, perpassa pela imaginação criativa dos seus autores.

O espaço de representação, que nos interessa neste momento, é comentado por Gil Filho (2002) como um espaço vivido, ou seja, um espaço simbólico, resultante da interação entre os dois espaços anteriores, o real e o imaginário, e da sua reconstrução heurística que possibilita um avanço na articulação das dimensões que estruturam a existência humana.

Na cidade de Francisco Beltrão, por exemplo, é possível desenvolver uma análise que vai além da sua aparência física e da sua descrição, que, muitas vezes, é simplista e generalizante. Esta análise leva em consideração alguns simbolismos complexos que estão ligados à cotidianidade da vida social, como descreve Lefebvre

¹³ Não se trata, no entanto, do espaço vivido da Fenomenologia, mas daquele adotado por Henri Lefebvre para explicar a Triálética do Espaço.

¹⁴ Do original "spatial practice" (LEFEBVRE, 1991, p. 38), traduzido por Gil Filho (2003).

¹⁵ "Representations of space" (Id.).

(1991) quando se refere ao espaço de representação¹⁶, sem deixar de considerar o espaço percebido e o espaço concebido, porque inclui o conhecimento de ambos para a compreensão do espaço de representação, acrescentando novos elementos de análise. Para Gil Filho (2003, p. 3), “trata-se de um espaço simbólico que perpassa o espaço visível e nos projeta no mundo”.

Segundo Soja (1996), o espaço de representação descrito por Lefebvre é um espaço que vai além das imagens e símbolos, é também um espaço cheio de vitalidade política e ideológica e de outras práticas espaciais que concretizam as relações de produção, reprodução, exploração, dominação e submissão típicas do mundo subdesenvolvido. É um espaço vivo, qualitativo, fluído e dinâmico; é o espaço dos habitantes e dos usuários, que são personagens ativos formadores de um espaço de resistência para a ordem dominante; um espaço que foge do planejamento, que se exclui dos objetivos de qualquer *designer*, um espaço que é criado no desenrolar da vida cotidiana, sem previsões.

¹⁶ “Representational space” (Id.)

4 A ATUAÇÃO DAS FAMÍLIAS TRADICIONAIS E DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE FRANCISCO BELTRÃO-PR

4.1 AS FAMÍLIAS TRADICIONAIS

Num primeiro momento, de acordo com Hoebel e Frost (1976), poderíamos dizer que a família é composta a partir da instituição do casamento, que prevê *status* e função para cada uma das pessoas do grupo que a constitui: pai, mãe, filhos, irmãos, avós, tios e primos. A união entre duas pessoas de sexos opostos através do casamento teria, a princípio, uma influência sexual e, por conseqüência, uma necessidade de legitimar a atividade sexual contra uma possibilidade de promiscuidade perante a sociedade. A família, então, constituiria o padrão da normalidade entre a promiscuidade e o celibato, ganhando interpretações e valores diferentes de acordo com as tradições de cada sociedade, e fazendo surgir uma gama de conceitos para tentar explicar, sob o ponto de vista antropológico, as funções da família e as próprias anormalidades.

Independente do tipo de estrutura familiar, existem algumas premissas que perpassam diferenças estabelecidas socialmente e tornam-se comuns à quase todos os tipos de família, como comentam Hoebel e Frost (1976); primeiro, pela noção de coabitação, em que os cônjuges convivem e assumem os filhos como naturalmente seus; segundo, pela formação de uma atmosfera de intimidade recíproca entre os pais e destes com os seus filhos; terceiro, pela divisão de funções e deveres recíprocos, bem como pela legalização dos bens e da participação de cada um no processo de guardar e usar; e, por último, o estabelecimento de relações de descendência e afinidade da família mínima com os outros membros do mesmo grupo familiar, mais amplo. Essas noções ultrapassam o interesse primário ou sexual, para dar ao casamento uma série de outros laços ligados à reprodução e, com ela, os cuidados com a prole e as responsabilidades motivadas pela consangüinidade, economia e educação, visando ao bem estar e ao desenvolvimento familiar estável.

O padrão ocidental está teoricamente embasado nas relações matrimoniais monogâmicas, em que os cônjuges correspondem a um único marido e uma única esposa. Talvez isso ocorra por variadas questões culturais, mas a presença do cristianismo católico é, sem dúvida, um fator que deve ser considerado.

Desde o discurso religioso dos Dez Mandamentos até os rituais de casamento, comunhão, crisma, entre outros, encontra-se a retórica do casamento único e eterno, retomado pelas comemorações das bodas, cuja fidelidade dos cônjuges é destacada diante da autoridade religiosa e de todos. Na prática, no entanto, toda a sociedade ocidental reconhece que há, desde muito tempo, a predominância da monogamia atrelada à poliginia, em que o homem, tendo condições de sustentar outras mulheres, acaba por fazê-lo mesmo sem a autorização oficial da esposa, mas sob a vigilância silenciosa da mesma que, embora não permita, tende a aceitar.

Em seu tempo, Engels em Canevacci (1981) comparou o casamento ocidental à relação existente entre o patrão e o proletário que, em teoria, também priorizava um contrato livre entre as partes, mas havia uma dominação do patrão sobre o empregado em função do poder que lhe foi historicamente atribuído. O marido sobre a esposa também detinha esse poder social e historicamente aceito, principalmente pelo fato de que normalmente era o homem que saía para trabalhar e ganhar o sustento de toda a família. Por essa razão, o casamento moderno, tal como consta na legislação, sempre teve várias contradições.

Por outro lado, Engels (2002) reconheceu que a monogamia foi a única das formas de família que permitiu o desenvolvimento do amor sexual moderno, em que os casamentos não eram exclusivamente arranjados, embora isso não signifique que os arranjos, baseados nos interesses familiares principalmente, não fossem ainda presentes. Tanto estavam presentes, que o próprio autor descreveu uma importante variedade de casos que exemplificam muito bem.

O fato é que para a sociedade ocidental, especialmente a latina, que é predominantemente monogâmica e poligínica, o transcorrer do século XX permitiu a abertura de alguns cenários alternativos ocasionados pela mudança do paradigma marido/esposa, em que as mulheres conseguiram igualdade em relação aos homens sob alguns aspectos. O próprio Engels (2002) cita a possibilidade de isso acontecer um dia, quando a família monogâmica não conseguisse mais atender às exigências sociais, embora ele não tenha dado indicativos de como seria a natureza do tipo de família que a sucederia.

Em fins do século XX, e na atualidade, desenvolvem-se novos conceitos ligados às ciências sociais, movidos pela urgência em se estabelecer um contato mínimo entre a teoria e os acontecimentos mais recentes. A família não foge à regra, e apresenta-se para a Sociologia e a Antropologia como um ponto polêmico em que

o consenso em torno de um conceito parece ser tão difícil quanto emergencial. A nossa sociedade está convivendo com a inclusão constante de novos elementos no grupo familiar, e isso pode significar, por exemplo, que cada um dos irmãos pode ter um pai ou uma mãe diferente, ou ainda avós, tios e primos diferentes, enfim, as possibilidades são tantas que, por vezes, assustam. Não é possível sabermos definir com precisão se a família deixou de ser monogâmica ou se passou a ser efetivamente monogâmica, partindo do princípio de que, num momento, uma pessoa pode pertencer a uma família, ter um cônjuge e filhos, mas, em seguida, pode ter outro cônjuge substituindo o primeiro, outros filhos complementando a família, e conseqüentemente, ter outros parentes em seus laços familiares.

Além do mais, a família atual pode ter outras especificidades decorrentes principalmente da ascensão da mulher em mercados de trabalho tradicionalmente masculinos e da liberalização sexual. Atualmente, na grande maioria dos casos, a mulher não tem mais que se casar com aquele homem que o seu pai achou conveniente em função de acordos econômicos ou interesses familiares, embora algumas famílias ainda insistam em manter tradição semelhante quanto à obrigatoriedade de união entre pessoas da mesma classe social, por exemplo. A mulher tampouco precisa casar-se nos tempos atuais, pois ela já não precisa mais do homem para mantê-la (em substituição ao pai), assim como a maternidade tornou-se apenas uma possibilidade para ela. Mesmo sendo incompatível com as tradições religiosas cristãs, o casamento passou a ter outra conotação, em que a mulher já não assume, com a mesma freqüência que antes, a responsabilidade de cuidar da casa, do marido e dos filhos bem como de aceitar certos vícios masculinos.

Enfim, homens e mulheres mudaram suas concepções de mundo e suas necessidades em relação ao outro, e dessas mudanças surgiram vários tipos de famílias. O desafio está na compreensão desses novos elementos pelas ciências sociais. Beck (2003, p.14) classifica a família como uma “categoria zumbi” que ele define como “categorias mortas-vivas que nos assombram a mente e determinam a nossa visão da realidade as quais desaparecem cada vez mais”, e complementa dizendo que qualquer análise que envolva a instituição familiar precisa ser revista, pois as análises existentes consideram a “família normal”, mas esta deixou de existir.

Em meio a esta discussão, parece-nos emergencial compreender um outro conceito, o da família tradicional. Imediatamente, ao falarmos de família

tradicional, invocamos idéias ligadas à repetição histórica de gerações com hábitos culturais e ideológicos, capazes de facilitar a compreensão do conceito.

No início do século XX, Tönnies em Canevacci (1981) destacou algumas relações familiares que foram transmitidas de pais para filhos e que poderiam constituir uma tradição familiar. Para ele, a relação entre mãe e filhos era a mais forte das relações familiares, passando de uma relação física para uma relação espiritual para a vida toda, pois que a mãe alimentava, protegia e guiava os seus filhos, enquanto o pai, provido do poder que o casamento lhe atribuía, precisava ser ágil para obter o sustento de toda a família. A audácia e a coragem faziam parte do cotidiano de um pai de família para que ele conseguisse cumprir com suas obrigações familiares, e isso se refletia na relação homem/mulher estabelecida com a mãe dos seus filhos, considerada mais fraca por natureza. Para tanto, era preciso haver mútua habitação, e conseqüentemente, uma relação mútua com os filhos comuns e com os bens comuns. Entre os filhos, afirmou existir uma relação fraternal que, mesmo sendo uma relação consangüínea, tinha a característica de ser menos intensa do que a relação maternal. Destacava-se o primogênito, do qual se esperava a mesma capacidade que o pai teve em manter a família, dando seqüência aos negócios do pai, ao poder familiar exercido pelo pai e à manutenção das tradições familiares, como o nome, o sobrenome, a moral e a ética, assumidas como diferenciais em relação às outras famílias. Dessa maneira, de acordo com o autor acima podemos perceber que as relações familiares têm seus jogos de interesses, que podem ser inconscientes, mas expressos na vida cotidiana.

A instituição familiar, com o passar do tempo, foi reforçada por um arcabouço de valores morais, éticos, culturais e religiosos, que passaram a definir os padrões de comportamentos familiares em cada época da História. Talvez, essa seja a explicação mais coerente que se possa dar às famílias tradicionais, ou seja, àquelas famílias que, mesmo diante das mudanças históricas que influenciaram no desenvolvimento econômico e político mundial, e por conseqüência, influenciaram também no modo de vida das pessoas em sociedade, conseguiram manter ao menos alguns daqueles costumes e valores que as suas gerações anteriores cultuaram como tradicionais. Isso é o que Hobsbawm (2002, p. 9) denomina de “tradições inventadas”, ou seja, “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas” através das quais se procura “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica,

automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. Elas são chamadas de tradições inventadas porque permitem uma retrospectiva que explique a sua origem, diferentemente daquelas tradições que surgiram em momentos que são difíceis de identificar. Portanto, a família tradicional que conhecemos, atualmente, no mundo ocidental, poderia ter a sua tradição inventada a partir da confluência da família monogâmica influenciada pelo cristianismo e pelas guerras e disputas mundiais. Assim, elas têm fortes alicerces firmados na constituição a partir de um pai, uma mãe e seus filhos, seguindo os padrões de comportamento já comentados neste texto, com uma coesão familiar impulsionada pelos próprios discursos da fé cristã e norteadas pelos modelos econômicos vigentes a partir das revoluções socialismo-capitalismo e das mudanças estruturais decorrentes. Hobsbawm (2002) resume as tradições inventadas, a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, classificando-as em três categorias superpostas:

a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento. (HOBBSAWM, 2002, p.17)

Destas, o referido autor diz que prevaleceu a primeira, principalmente por simbolizar a coesão social de determinados grupos e da necessidade de identidade entre os seus elementos, para que possam ser admitidos ou não. Apesar disso, as duas categorias seguintes estão superpostas na primeira e formam um conceito mais elaborado das tradições, permitindo que se tirem delas muitas possibilidades de análise. A família tradicional é um bom exemplo, faz parte do grupo com que cujos integrantes compartilha alguma tradição, e, por isto mesmo, não tem o mesmo tipo de relação com os outros grupos. Dessa distinção entre os grupos sociais nasce a noção de *status* ligada ao estilo de vida do grupo tradicional ou mesmo pela relação de autoridade que exercem sobre as instituições públicas e privadas, seja ocupando cargos políticos importantes, seja ocupando cargos de chefia de um grande número de pessoas ou ainda, como dono de empresas privadas cujo *status*, pela própria tradição, permita-lhe livre acesso a vários escalões que não são acessíveis a outros grupos.

O que nos parece, portanto, é que existe uma capa protetora em torno da entidade família tradicional, um tratamento diferente e um respeito de que não se sabe bem o porquê; há algo que, inconscientemente, separa o cidadão daquela pessoa pertencente à família tradicional, fator esse que pode ser explicado pela própria noção da tradição. Hobsbawm (2002) diz que houve, no período correspondente às duas últimas décadas do século XIX e o início do século XX, a produção em massa de tradições nos países europeus; não apenas tradições oficiais, criadas pelos Estados-Nação, mas também tradições não-oficiais criadas pela própria sociedade que sofria transformações decorrentes da necessidade de auto-afirmação da identidade e da coesão social das suas nacionalidades. A necessidade de invenção de tradições ou a sua manutenção fizeram com que o universo consensual reproduzisse realidades ao longo do tempo, mantendo vivos, em alguns discursos, valores pertencentes aos séculos passados. Por outro lado, o rompimento das tradições pode ser o responsável pelo fato de que o universo consensual não é acabado, e está sempre se transformando.

Se, em meados do século XX, havia a preocupação em diferenciar a velha aristocracia da nova classe média que tentava obter uma ascensão social em função das condições econômicas favorecidas pelo momento histórico e, em função disso, buscou-se o estabelecimento de inúmeras tradições às quais os novos-ricos não poderiam pertencer “por tradição”; agora, após um século durante o qual as tradições foram repassadas e reinterpretadas pelas famílias européias ou de descendência européia pelo mundo, e principalmente na América, as famílias tradicionais e as não-tradicionais vivem um novo momento de crise.

Segundo Adorno e Horkheimer em Canevacci (1981), a crise da família de nossos tempos é uma crise de natureza social, nascida da adição de tecnologias e do desenvolvimento de capacidades técnicas e de habilidades que passam a ser decisivas para a formação individual; a família como instituição protetora de seus membros, a partir do enfraquecimento da autoridade familiar passa a ter uma importância menor na vida do indivíduo. O amor existente entre os seus membros permanece inalterado, ao que parece, mas a interdependência entre eles diminuiu de tal forma que os filhos já não precisam pensar na continuidade dos negócios do pai ou do cultivo da terra, por exemplo, e adquirem estilos de vida, muitas vezes, divergentes sob o ponto de vista da tradição da família, desestruturando as tradições e a própria família, em muitos casos. Enfim, não está claro quais foram os

precedentes para as transformações que estão ocorrendo no seio da família ocidental na atualidade, mas as mudanças podem ser sentidas, por exemplo, pela banalização do divórcio. Ao desistir das velhas tradições familiares, os pais perderam também a própria noção de como educar os seus filhos, pois não sabem quais modelos devem ser seguidos. Adorno e Horkheimer em Canevacci (1981, p.221) dizem que “a sociedade atual não é capaz de substituir de modo satisfatório a ação econômica e educacional do pai” que, adocicada pela presença materna, constituía o elemento norteador do caráter dos filhos.

Um pouco de tudo isso se perdeu. A família moderna tem outros valores e as tradições estão sendo reinventadas novamente. Mas, mesmo desfigurada a sua função tradicional e indefinida a sua função atual e futura, a família continua uma instituição de poder importante para a sociedade.

Neste sentido, podemos observar alguns pontos comuns nas quatro entrevistas realizadas com pessoas pertencentes a algumas das famílias tradicionais de Francisco Beltrão acerca da participação de seus grupos familiares na construção do espaço urbano e da participação na história da cidade.

Os entrevistados demonstraram preocupação em exaltar os feitos de suas famílias, emitindo discursos norteados por atitudes corretas e íntegras, numa tentativa quase explícita de manter os vínculos com algumas tradições do passado. Em todos os casos, as famílias tradicionais entrevistadas são designadas como famílias pioneiras do município. Oriundos do Rio Grande do Sul, estes pioneiros chegaram à Vila Marrecas, atual Francisco Beltrão, para desenvolver atividades que já desempenhavam anteriormente nos municípios de origem, possuindo certa experiência profissional e, em alguns casos, uma situação financeira estável. Para exemplificar, usamos alguns trechos da entrevista do Sr. Ângelo Camilotti¹⁷, um dos pioneiros da cidade, em que ele diz “eu deixei tudo lá no Rio Grande do Sul e vim para cá” para trabalhar com a extração de madeira, já que “lá o negócio de madeira de pinheiro ia terminando; então, é por isso que eu me estabeleci aqui; porque eu comprei uma gleba de terra, a fazenda Marrecas e a Dambros e Piva, que era uma gleba de 600 (seiscentos) alqueires de puro pinheiro; instalei a indústria serra-fita, serrava tábua; e, depois, instalei a indústria de beneficiado, fabricava caixa e vendia em todo o Brasil, como também exportava a madeira”.

¹⁷ CAMILOTTI, A. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 07 abr. 2005.

É inegável que estas famílias enfrentaram inúmeras dificuldades para se instalarem nas novas residências, num lugar quase inabitado, e para começar a produzir da mesma maneira que antes. As entrevistas dão-nos exemplos das dificuldades a superar, pois todos os entrevistados comentaram, principalmente, sobre a falta de boas estradas de acesso à atual cidade, que transformavam uma simples viagem entre duas vilas próximas numa aventura que poucos gostavam de enfrentar. Instalar-se num lugar onde não havia quase nada, expor a família aos riscos de viverem distantes dos centros urbanos, e praticamente isolados no meio da mata, por falta de infra-estrutura em estradas e em comunicação, são atitudes que dão ao pioneiro a caracterização de homens corajosos e persistentes, que fizeram o papel de preparar o lugar, torná-lo mais acessível para os moradores que vieram depois. Além disso, todas as famílias entrevistadas desenvolveram atividades profissionais que lhes proporcionaram uma situação econômica privilegiada, pois não contribuíram, gratuitamente, para o crescimento da cidade de Francisco Beltrão mas, também, puderam prosperar com ela. Atitudes como essas elevaram as famílias a uma posição de *status* social dentro da comunidade local, *status* que acabou sendo reforçado pela própria história do município e que ainda se mantém.

Parece-nos muito claro que, no momento em que as famílias começaram a desfrutar de certo prestígio na sociedade, houve a reinvenção de muitas tradições familiares e a readaptação à nova situação em que se encontravam, justamente com o objetivo de desfrutar e de manter o *status* adquirido, mesmo inconscientemente. Um exemplo disso é o fato de que, nos anos seguintes, muitas outras pessoas mudaram para a cidade de Francisco Beltrão e contribuíram muito para seu crescimento e desenvolvimento, realizando investimentos e trabalhos que poderiam ser considerados, por exemplo, superiores aos executados pelos pioneiros, mas que não são, na prática, reconhecidos como tal.

Um outro ponto comum nas entrevistas refere-se à participação das famílias entrevistadas sobre a “Revolta de 57”, momento em que emergiram alguns sobrenomes entre os moradores do Sudoeste do Paraná e do município de Francisco Beltrão, os quais também passaram a desfrutar do *status* comentado anteriormente, a partir de então. A Revolta dos Colonos, como foi comumente chamada, envolveu a todos os moradores da região porque tratava da legalização da posse das terras do Sudoeste. Como tantos outros momentos de insurreição registrados na história do Brasil, entretanto, ela teve conotação política e

representou, antes de tudo, um conflito entre os interesses locais, ou dos seus representantes, com interesses econômicos e políticos que chegaram a atingir a escala federal. Por essa razão, é preciso deixar um pouco de lado algumas fantasias criadas em torno da Revolta de 57, que fizeram surgir muitos bandidos e alguns heróis, e tentar compreendê-la como um acontecimento decorrente de uma situação insustentável e que precisava, de alguma maneira, ser resolvida.

A esse respeito, destacamos uma ressalva feita por um dos nossos entrevistados, o Sr. Rosenery Cavalheiro¹⁸, filho de Júlio Assis Cavalheiro, um dos fundadores da cidade de Francisco Beltrão. Em sua fala, ele faz menção de que a história da Revolta de 57 não está bem contada, porque não se deu igual importância para todas as versões do acontecimento, privilegiando-se algumas delas. Segundo seu depoimento, além da CITLA, havia uma outra companhia atuando no Sudoeste, chamada Comercial Agrícola Paraná Ltda, a qual adquiriu da CITLA cerca de 40% das terras que cabiam a esta no Sudoeste paranaense; a atuação destas duas companhias na região deu-se de maneiras diferentes: a Comercial “fazia barbaridades por aí, eles massacravam as pessoas, assassinavam e perseguiam, então era tudo na marra (...)”, e o que repercutiu é que as duas companhias agiam da mesma maneira, o que, segundo ele, não era verdade. Outra entrevistada, Sra. Lourdes Alice Fregonese¹⁹, viúva de um dos pioneiros da cidade, reforça esse argumento dizendo que não tem lembranças de uma atuação incorreta por parte da CITLA que, segundo ela, atuava nas cobranças das terras da cidade, enquanto que os funcionários da Comercial eram perigosos e agiam no interior do município. Como seu marido, na época, produzia carrocerias para reboque utilizadas pelas pessoas do interior, a Revolta de 57 foi particularmente ruim porque, em função dos acertos de contas que eram feitos entre os jagunços da Comercial e os colonos, estes ficavam descapitalizados e não podiam pagar as contas que tinham com a empresa da família. Segundo ela (id.), “a Comercial era perigosa, Deus me livre, no interior eles fizeram horrores, mas pra gente (da cidade) que só dependia da CITLA não teve problema”.

Para cada um dos moradores de Francisco Beltrão, na época da Revolta de 57, vão existir momentos que precisam ser esquecidos e momentos que deveriam ser enaltecidos por todos. A grande dificuldade em lidar com esse

¹⁸ CAVALHEIRO, R. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 12 abr. 2005.

¹⁹ FREGONESE, L. A. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 15 abr. 2005.

acontecimento está no fato de não haver um consenso em torno desses momentos. O que podemos perceber com as entrevistas é que, de alguma maneira, cada entrevistado comentou livremente sobre aquilo que considerou importante mencionar sobre o episódio, num exercício inconsciente de fazer valer a sua versão dos fatos, a versão que, muitas vezes, é mais coerente para cada um deles, não no sentido de persuasão da verdade, mas coerente no sentido de fazer a manutenção daquele conhecimento familiar que lhe foi repassado, ou que é repetido por eles aos filhos e netos. Além disso, notamos que todos os entrevistados citaram os mesmos nomes, dando a impressão de que a Revolta de 57 foi um acontecimento que envolveu poucas pessoas, o que não é verdade. É claro que a Revolta teve seus líderes, mas a luta e até mesmo a coragem são características dos colonos envolvidos de maneira geral na questão. Nas Figuras 4 e 5, vemos muitas pessoas envolvidas no movimento contra a ação das companhias colonizadoras, em Francisco Beltrão, reforçando o argumento de que a Revolta de 57 foi um momento coletivo e não individual.

FIGURA 4 – REVOLTA DE 57 – FRANCISCO BELTRÃO



FONTE: Departamento Municipal da Cultura (2006).

FIGURA 5 – AVENIDA JÚLIO ASSIS CAVALHEIRO DURANTE A REVOLTA DE 57



FONTE: Departamento Municipal da Cultura (2006).

Depois de averiguar as similaridades encontradas nas entrevistas, buscamos identificar nos discursos de cada um a participação deles na construção e no desenvolvimento da cidade de Francisco Beltrão. A partir disso, os entrevistados foram analisados em três grupos, conforme segue.

Primeiramente, destacamos as famílias Camilotti e Fregonese, que vieram para Francisco Beltrão no ano de 1953 e instalaram aqui suas indústrias de beneficiamento de madeira, uma matéria-prima abundante na região. Estas empresas tiveram papel importante na expansão urbana de Francisco Beltrão e no crescimento populacional, na medida em que ofereciam empregos e foram responsáveis pela vinda de muitas famílias de trabalhadores para morar nas proximidades das empresas. De acordo com a Sra. Lourdes Alice Fregonese (op. cit.), “ali no Bairro Industrial era tudo mato, por tudo, só tinha a Avenida (...)”, mas aos poucos foram aparecendo novos moradores, novos serviços, e a cidade foi crescendo, tanto que as fábricas foram incorporadas pela cidade, ocasionando problemas.

A empresa da família Fregonese mudou as suas instalações para o Bairro Pinheirinho, bairro afastado do centro da cidade, e os seus antigos galpões foram reformados e são utilizados, atualmente, para novos tipos de serviços urbanos, como podemos observar na Figura 6. A sua revitalização deu-se a partir do uso de terrenos localizados próximos aos galpões para a construção da Universidade Paranaense (UNIPAR), que impulsionou o movimento e o interesse por uma área da cidade que estava um pouco esquecida pelos projetos urbanos.

FIGURA 6 – ANTIGAS INSTALAÇÕES DA INDÚSTRIA DE MADEIRA FREGONESE – BAIRRO INDUSTRIAL



FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

A empresa da família Camilotti permanece no mesmo lugar, ocupando uma área considerável a três quadras da avenida principal. Na Figura 7, podemos observar as suas instalações no plano central da foto, rodeada pelo Bairro da Cango no plano inferior e pelos bairros Centro e Presidente Kennedy, no plano superior.

A transferência desta indústria para uma das áreas industriais da cidade poderia disponibilizar para outros tipos de uso o solo urbano de uma área

significativa muito próxima do centro e que, aparentemente, apresenta um desenvolvimento menor que as outras localizadas no seu entorno. Como a cidade é dinâmica no tempo e no espaço, é preciso considerar que a mesma indústria que ajudou a impulsionar o crescimento e o desenvolvimento da cidade de Francisco Beltrão, nas décadas de 1950 a 1980, atualmente apresenta-se como um entrave para a horizontalização da malha urbana em sua direção, estando, inclusive, em desacordo com o Plano Diretor.

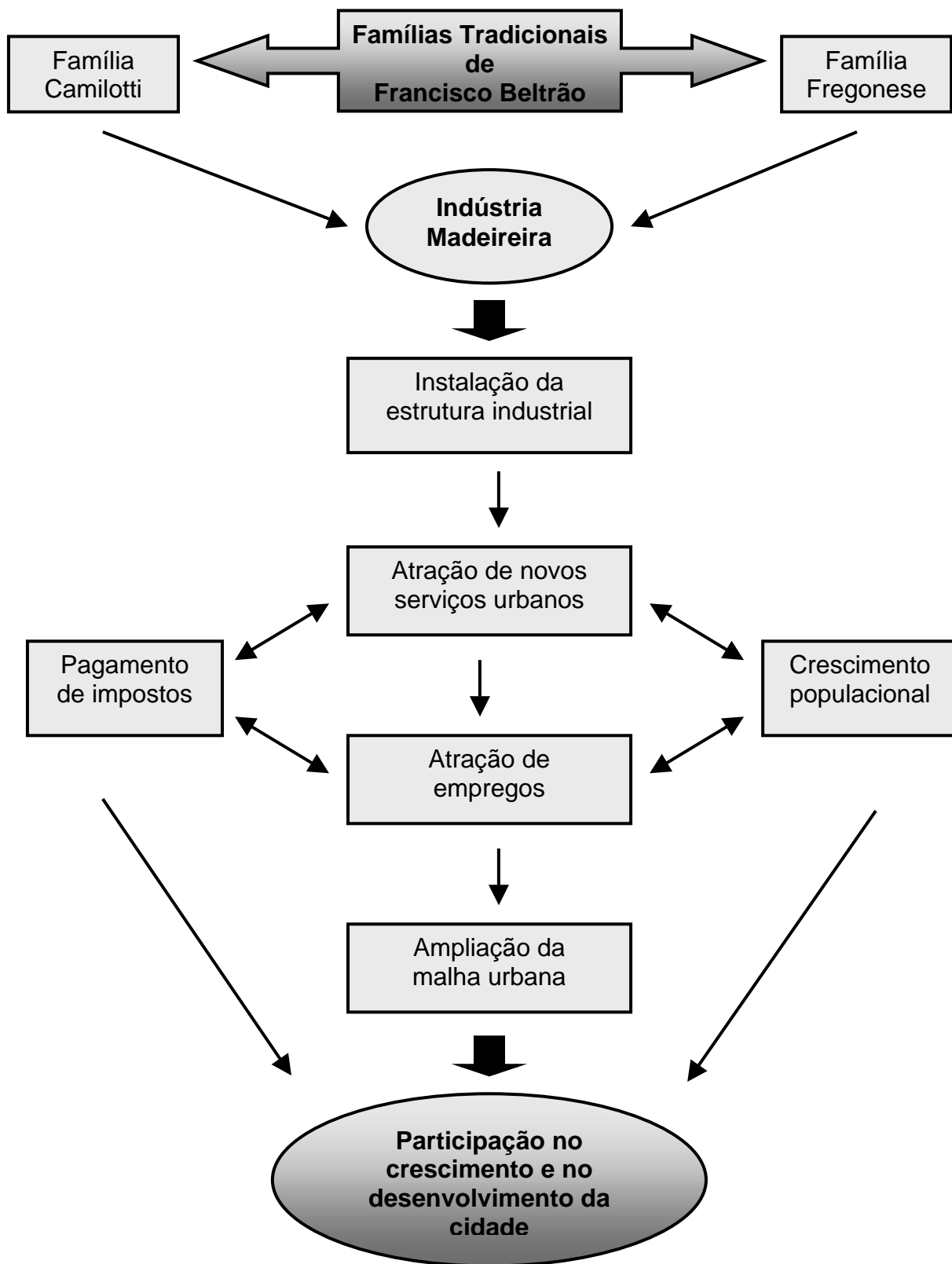
FIGURA 7 – ÁREA OCUPADA PELA INDÚSTRIA CAMILOTTI – PRÓXIMA AO CENTRO DA CIDADE



FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

Na Figura 8, a seguir, apresentamos uma síntese da contribuição das famílias Camilotti e Fregonese para a formação da cidade de Francisco Beltrão a partir de 1952, para o seu desenvolvimento, para o seu crescimento populacional e espacial nas décadas seguintes.

FIGURA 8 – PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS CAMILOTTI E FREGONESE NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE FRANCISCO BELTRÃO



FONTE: Pesquisa de Campo (2005).
 ORG.: ORTOLAN, A. (2006).

No que se refere à participação das famílias entrevistadas na política local, podemos destacar as famílias Camilotti e Folador. Participações com diferenças ideológicas e práticas, tiveram também alguns pontos comuns, principalmente quanto aos objetivos centrais.

Em 1956, o Sr. Ângelo Camilotti (op. cit.) foi candidato único nas eleições para prefeito do município de Francisco Beltrão, exercendo a sua gestão de 1956 a 1960. Ele comenta que esta foi a época em que mais trabalhou na vida, “porque além de administrar a indústria, tinha que administrar a prefeitura, numa época que não havia nem estrada para eu fazer a exportação de madeira (...)”.

Como prefeito, conseguiu trazer para a recente cidade algumas melhorias como o início das obras de algumas estradas e a instalação da primeira usina hidrelétrica do município, no rio Santana, passando a fornecer energia elétrica para as residências e indústrias que, até então, utilizavam energia de fontes particulares através de um “locomóvel” trazido do Rio Grande do Sul pelo Sr. Dorival Fregonese, de acordo com entrevista realizada com a Sra. Lourdes Alice Fregonese (op. cit.).

Para o Sr. Ângelo Camilotti (op. cit.), o seu mandato como um dos primeiros prefeitos de Francisco Beltrão foi administrativo e não político. Ele não tinha pretensões políticas, tanto que nunca voltou a ser candidato, mas desejava administrar a cidade e “fazer as coisas, porque não tinha nada”. A cidade era muito pequena, mas já despertava o interesse de outras pessoas para instalar novas casas de comércio, hotéis e indústrias, e ele, como um homem empreendedor, tinha a vontade de trazer a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de seu próprio negócio, mas também para incentivar a instalação de outros negócios na cidade e, por fim, favorecer a todos. Nesse sentido, ele também se diz o responsável pela primeira organização oficial das quadras e das ruas da cidade, pois “a prefeitura não tinha nenhum planejamento da cidade, eu que fiz o planejamento da cidade de Francisco Beltrão”. Segundo consta na entrevista do Sr. Rosenery Cavalheiro (op. cit.), já na década de 1940 o seu pai, Júlio Assis Cavalheiro, tinha tentado organizar a cidade fazendo medições e ordenando a transferência de algumas casas (eram carregadas inteiras) que foram construídas aleatoriamente e que estariam atrapalhando a organização das quadras.

Em entrevista, o Sr. Gelindo Folador²⁰, advogado e pertencente a uma família tradicional da cidade, conta que sua família chegou a Francisco Beltrão em 1952, mas ele, por ter tido a oportunidade de estudar, chegou apenas em 1968, formado em Direito e militante de esquerda. A sua participação na política local iniciou logo em seguida, atuando no setor público como assessor jurídico de todos os prefeitos do seu partido, tanto em Francisco Beltrão como em várias prefeituras de pequenos municípios do Sudoeste. Ele afirma que teve participação importante na conquista de muitos órgãos públicos para Francisco Beltrão, “mas tudo no anonimato”, sem requerer “nome nem porcentagem de nada”, pois a cidade ficou muito tempo desprovida de estradas asfaltadas que melhorassem o acesso até ela, deixando-a isolada. Contra esse isolamento, o seu grupo político tentou trazer na cidade órgãos públicos como a Secretaria da Agricultura, a Agência do Instituto Nacional de Serviço Social (INSS), a Junta de Conciliação de Julgamento, duas Varas da Justiça Federal, entre outros. “No governo Richa, nós trouxemos para cá catorze órgãos públicos (...) claro que não foi mérito meu, mas de uma sociedade que se mobilizou, principalmente os políticos, entre eles alguns de meus adversários políticos” (op. cit.).

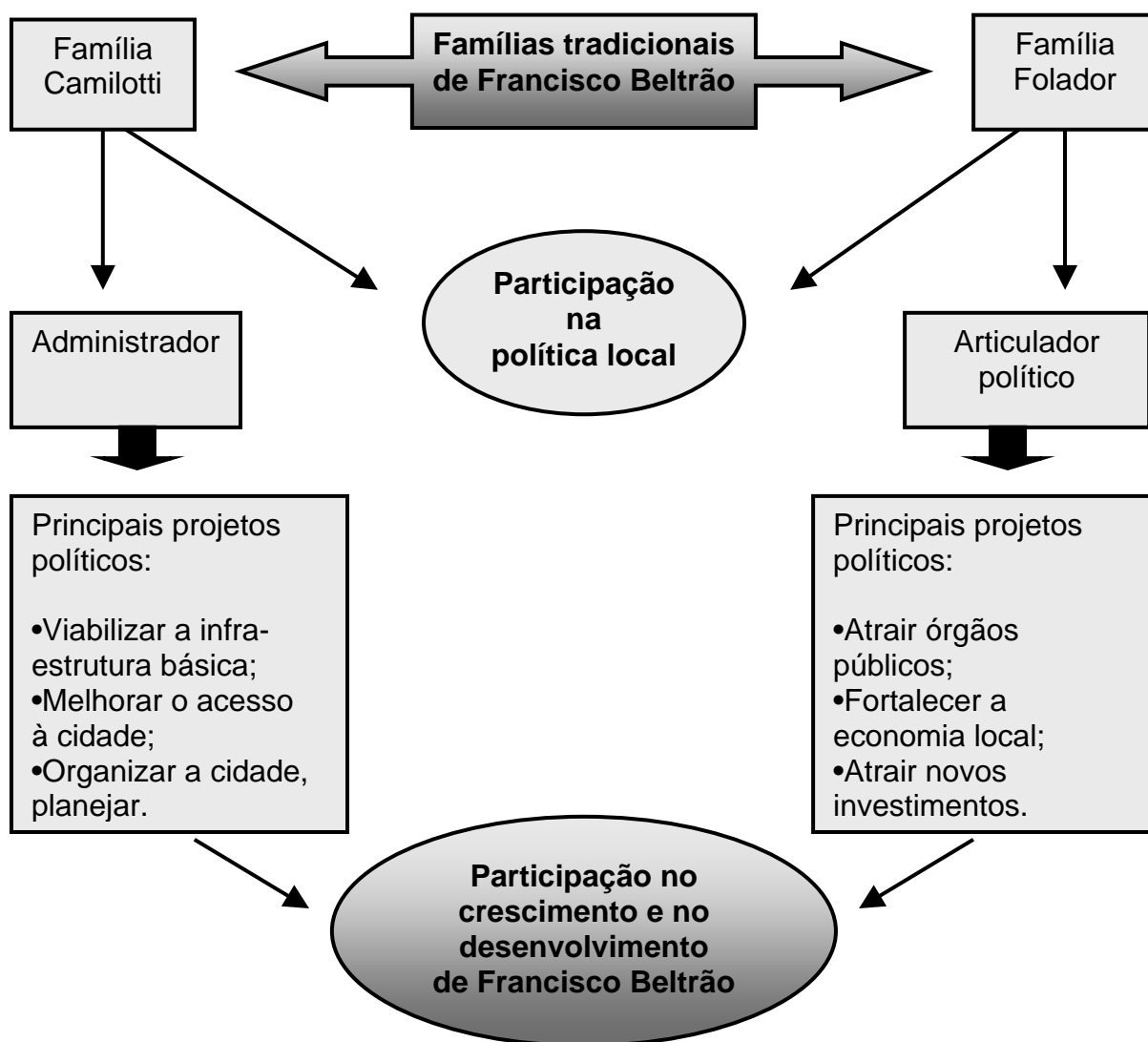
Em seu discurso, o Sr. Gelindo Folador (op. cit.) deu ênfase à necessidade de fortalecer a política local e de fazer os políticos atuarem no sentido de dar a Francisco Beltrão a possibilidade de desenvolver tanto ou até mais do que a vizinha cidade de Pato Branco que, desde o início, é a sua maior concorrente. Nesse sentido, trabalhou para fortalecer os serviços públicos e, em consequência, proporcionar o desenvolvimento da cidade e atrair novos investimentos privados.

Apesar de ambos atuarem na política com o intuito de melhorar a cidade, os dois entrevistados mostraram participação distinta (FIGURA 9). Em primeiro lugar, temos uma diferença temporal, pois o Sr. Ângelo foi “político” na década de 1950, com o município recém criado, enquanto o Sr. Gelindo atuou a partir de 1968, quando chegou à cidade definitivamente. O Sr. Ângelo declarou (op. cit.) ter sido candidato a prefeito “por insistência de todos”, sendo ele um administrador e não um político. Depois de uma gestão de quatro anos, não foi mais candidato a nada, tendo apenas participado indiretamente da política local, dando apoio aos candidatos, inclusive ao seu filho, que concorreu a vice-prefeito do Sr. João Arruda, sendo eleito

²⁰ FOLADOR, G. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 03 maio 2005.

em 1976. O Sr. Gelindo, por sua vez, é um articulador político por opção. Nunca foi candidato, mas sua convicção política sempre o deixou muito próximo das disputas eleitorais que ocorreram em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense. Assumiu, sempre, uma postura bem definida ideologicamente e, embora tenha sido um dos primeiros advogados de Francisco Beltrão, dedicou boa parte de sua vida ao poder público, assessorando as prefeituras.

FIGURA 9 – PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS CAMILOTTI E FOLADOR NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE FRANCISCO BELTRÃO



FONTE: Pesquisa de Campo (2005).
ORG.: ORTOLAN, A. (2006).

Por fim, temos que destacar também a participação de um dos mais importantes pioneiros de Francisco Beltrão, o Sr. Júlio Assis Cavalheiro. Um pouco de sua história e de sua contribuição para a formação da cidade foi-nos contado pelo seu filho Rosenery Cavalheiro (op. cit.). Segundo ele, seu pai chegou à antiga Vila Marrecas, atual cidade de Francisco Beltrão, quando não havia quase nada, apenas algumas casas. Trabalhava para a CANGO abrindo a estrada que liga, atualmente, a cidade de Pato Branco a Francisco Beltrão, com mão-de-obra braçal de muitos trabalhadores. A abertura dessa estrada ajudou a entrada de muitos migrantes que mudaram para a Vila Marrecas nos anos seguintes, mesmo sendo uma estrada de terra batida, com grandes atoleiros. Rosenery (op. cit.) conta que, com o dinheiro que seu pai ganhou da CANGO, durante o período em que trabalhou para esta companhia, ele comprou um grande pedaço de terra do Sr. Paulo Cantelmo, que corresponde à parte localizada à esquerda da atual Avenida Júlio Assis Cavalheiro, no centro da cidade. Do lado direito desta avenida, as terras que pertenciam ao primeiro morador da Vila, o Sr. Sebastião Muller, foram compradas pelo Sr. Luiz Antônio Faedo. “Meu pai (...) comprou o lado esquerdo da avenida e fez uma grande plantação de milho e abóbora, criava porcos num sistema de safra, então estes porcos comiam aqui e corriam até Pato Branco (...) naquele tempo era assim”, enquanto que “no outro lado da avenida o Faedo fez lavoura pra plantação de produtos primários, arroz, feijão, milho, e aí começou a aparecer pessoas que vieram de Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (op. cit.).

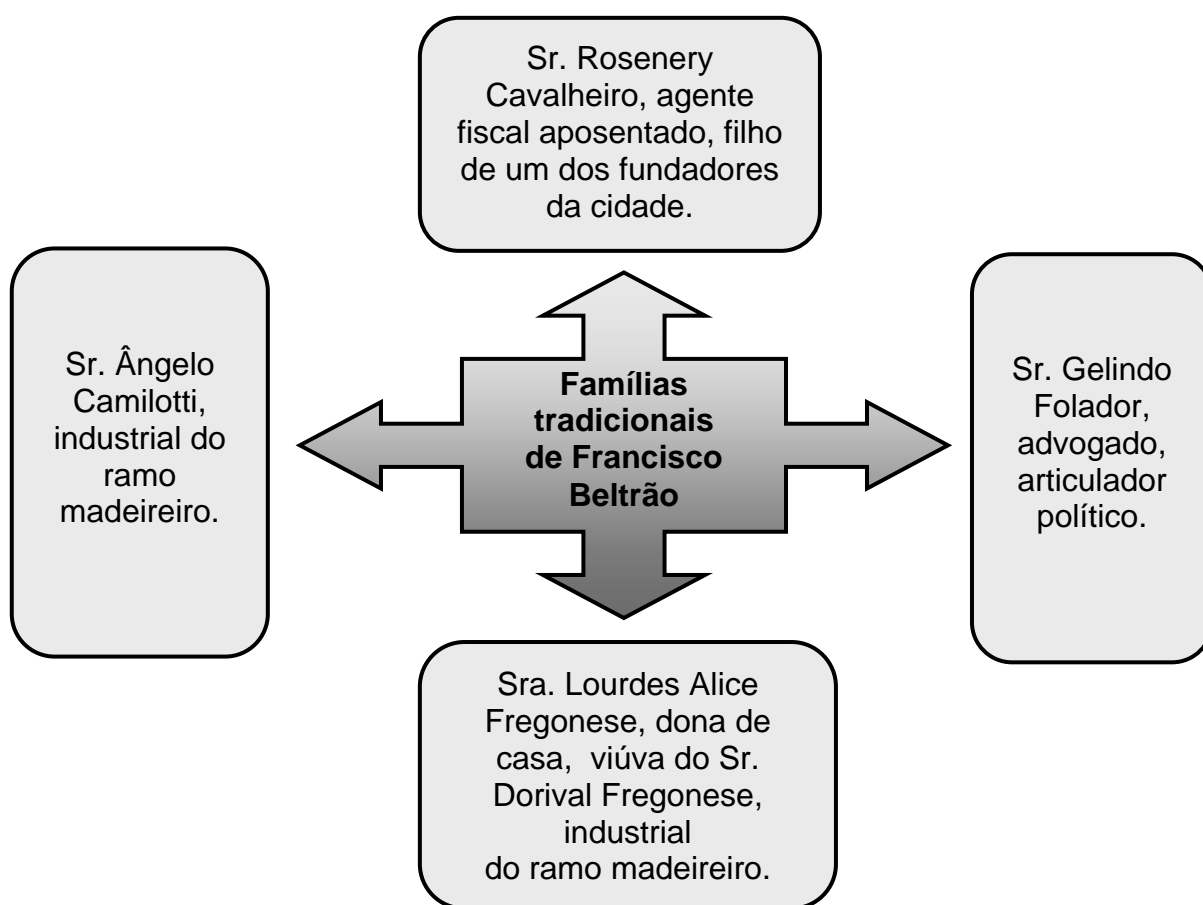
Segundo o Sr. Rosenery Cavalheiro (op. cit.), quando estes novos moradores chegavam à Vila Marrecas, recorriam ao seu pai ou ao Sr. Luiz Antônio Faedo para fazerem a aquisição de lotes e terras para se estabelecerem. De acordo com a sua entrevista, “eles pediam dois ou três alqueires de terra e o pai e o Faedo, a preços bem simbólicos, vendiam as terras (...), conforme a situação da pessoa, ganhavam de presente a terra”. Esses dois proprietários de terras eram, nesse momento da história da cidade, e para os novos moradores que chegavam, os pioneiros. Para muitas pessoas, a História de Francisco Beltrão é contada a partir daí, independente de quem estivesse vivendo nele anteriormente ou que por ele já tivesse passado, de alguma maneira. Então, nesse contexto, a atuação deles como “pioneiros” sempre foi referenciada como uma atuação importante, afinal, a grande

maioria dos que chegaram em seguida negociaram com um deles para a aquisição de terra e para se estabelecer na Vila assim como algumas instituições e órgãos públicos. “Nessa época, o pai doou lotes pra Igreja, aqui onde é o Fórum hoje era o hospital do Dr. Rubens que ele doou também, onde é a prefeitura ele doou o terreno, o Estádio Anilado também. Do outro lado, o Faedo doou também onde é a praça, o cemitério, o ginásio Arrudão (onde era o antigo campo do Real), então cada um foi colaborando com alguma coisa” (op. cit.).

Apesar de ter contribuído de alguma maneira para a ampliação de serviços urbanos na Vila Marrecas e de ter sido uma pessoa conhecida na Vila e em toda a região pelo seu papel como pioneiro, o Sr. Júlio Assis Cavalheiro não atuou na política local. Quando a Vila Marrecas foi emancipada politicamente, em 1952, com a criação do município de Francisco Beltrão, o seu nome foi cogitado para ser o primeiro prefeito do município, de acordo com o Sr. Rosenery Cavalheiro (op. cit.), “mas na hora do acerto político, você sabe, não deu certo ele sair candidato, aí ele apoiou o Dr. Rubens Martins (...)”, que depois de três meses da eleição, conseguiu impugnar a vitória do Sr. Ricieri Cella e tornar-se prefeito.

Na Figura 10, apresentamos um organograma onde constam as quatro pessoas entrevistadas e as suas relações com as famílias tradicionais sugeridas por esta pesquisa.

FIGURA 10 – ENTREVISTAS REALIZADAS COM AS FAMÍLIAS TRADICIONAIS DE FRANCISCO BELTRÃO



FONTE: Pesquisa de Campo (2005).
ORG.: ORTOLAN, A. (2006).

4.2 O ESTADO

Na concepção marxista de Althusser (1992), o Estado é uma superestrutura de poder que se expressa a partir da sua base, o aparelho do Estado (infra-estrutura), que pode ser repressivo ou ideológico. O governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões, entre outros, constituem o aparelho repressivo do Estado porque, em situações limites, pode funcionar pela força, ou usando de violência, pois são inteiramente pertencentes ao domínio público e expressam o poder do Estado institucionalmente representado pela classe que se encontra no poder em nome da coletividade. A razão de existir do Estado é, então, o seu poder, e toda política de classes gira em torno da sua posse. O aparelho do

Estado é a instituição e a sua presença física, enquanto o poder de estado resulta das relações de classes asseguradas por uma organização centralizada que se manifesta por meio de ações que visam garantir as condições políticas para reprodução das relações de produção.

O aparelho ideológico do Estado, por sua vez, não é único e não é visível. As igrejas, os partidos, os sindicatos, as famílias, algumas escolas, os meios de comunicação e as empresas culturais, por exemplo, pertencem atualmente tanto ao domínio público como privado. Suas relações dão-se no campo do poder e se estabelecem como um poder simbólico, fortemente ideológico. Althusser (1992) comenta que o antigo par Igreja-Família funcionou, por muitos séculos, como o mais importante aparelho ideológico do Estado, baseado no poder concentrado nas mãos da Igreja Católica, não apenas como um poder religioso, mas um forte poder político e econômico conquistado através de alianças com a burguesia e, obteve na fé familiar o eco de que precisava para reforçar a sua ideologia dominante.

Nas formações sociais capitalistas mais atuais, no entanto, prevalece o par Escola-Família como instrumento de reprodução das suas relações de exploração. A escola desempenha um papel muito importante e com tamanha sutileza que, segundo o autor, pode parecer silenciosa. Porém, ela prepara as pessoas desde crianças até a idade em que estão prontas para ingressar no mercado de trabalho e assumir uma função de empregado, na maioria das vezes, e este “preparo” dá-se à conta gotas já que a ideologia encontra-se em pequenas porções distribuídas por todo o conteúdo programático de diversas disciplinas da grade curricular. A modéstia, a resignação e a submissão são algumas das virtudes usadas pela Igreja ao longo da história como argumentação para a manutenção da fé e do seu próprio poder, hoje repassadas por todos os aparelhos ideológicos, mas principalmente pela Escola, porque é ela que detém a atenção de um grande número de pessoas por mais tempo.

Gil Filho (2002), ao escrever sobre religião e poder, diz que a religião indica princípios reguladores da vida e aponta para o caminho do bem, usando seu discurso como uma ferramenta de poder; embora aparentemente não use da força, usa a força do discurso ideológico que, sutilmente, impõe um jeito de pensar e um modo de agir conveniente para a religião em questão. A força da comunicação de

massa, em nossos dias, é usada pelas igrejas, pelos partidos políticos, pelos representantes de organizações e sindicatos, pelas escolas, entre outros, para fazer este papel: impor a ideologia pelo uso da força da comunicação e de argumentos visuais de maneira que pareça real, verdadeiro e inquestionável para a grande maioria das pessoas que vêem.

Por não existirem aparelhos puramente ideológicos, os aparelhos assim chamados usam da força da exclusão, da repressão psicológica, da censura, entre outros, para impor a sua ideologia, que normalmente é a ideologia da classe dominante, ou seja, da classe que detém o poder do Estado e que dispõe do aparelho do Estado. Há, portanto, uma intrigante relação entre os aparelhos ideológicos e os repressivos, que servem, inclusive, para justificar o poder e a sua manutenção por um dado tempo.

O marxismo estruturalista de Althusser tem sido criticado até pelos próprios marxistas, como comenta Gottdiener (1993), principalmente em relação à afirmação de que a base constituída pelo modo econômico de produção é determinante para os processos da política e da cultura, chamados de superestrutura. Tal modelo contribui para uma generalização perigosa quando se afirma que o Estado é uma instituição a serviço da classe dominante e dos seus interesses capitalistas e que as classes detentoras do poder do Estado são corruptíveis à medida que precisam trabalhar unicamente de acordo com os interesses da reprodução econômica.

O Estado, de acordo com a abordagem de Lefebvre em Gottdiener (1993, p.146), “é uma estrutura para o exercício do poder”; devem prevalecer os interesses em nome de uma maioria e interesses particulares não podem ser elevados ao primeiro plano. A sua essência está na dominação através do poder político e econômico, baseada numa relação de subordinação-dominação em que o poder encontra-se hierarquicamente distribuído. O Estado não é simplesmente uma estrutura racional que tem o poder de tomar decisões segundo esse autor, mas uma “estrutura espacial” que atinge o mundo concreto através da produção de espaço. Norteado pela sua concepção marxista, o autor enfatiza uma contradição no papel do Estado em relação aos espaços social e abstrato. O espaço social reproduz as relações sociais e encontra sua essência na vida cotidiana e o espaço abstrato

provoca alterações no espaço social na medida em que o Estado intervém, como planejador, construindo um espaço que respeita mais a vida econômica e menos a vida cotidiana.

A partir dessas idéias, o planejamento urbano do Estado também passa a ser questionado pelo autor, que o aponta como um instrumento estratégico do Estado capitalista para a manipulação da realidade e para a produção de espaço abstrato. O Estado tem o poder de arbitrar e mediar as questões relacionadas à cidade e aos seus moradores, indistintamente, mas, na sua opinião, ele não possui a capacidade de agir com neutralidade e de sobrepor interesses comuns aos interesses econômicos manipulados pela política de crescimento e desenvolvimento econômico. Assim, atrás dos interesses sociais manifestados pelo Estado quando da apresentação e implantação de projetos urbanos, mesmo que esses projetos venham a beneficiar uma parcela significativa da população, sempre há uma intenção intrínseca de manutenção da ordem capitalista estabelecida. Nesse sentido, o autor supracitado faz críticas importantes, ressaltando que o espaço e o tempo foram apreendidos pelo modo de produção capitalista, cujo resultado negativo aparece em pelo menos dois momentos: na pulverização do espaço em cidades que representam o espaço abstrato de dominação e hierarquia, fazendo aumentar a competitividade e a abundância de mercadorias e resultando numa crescente escassez de recursos naturais; na suposição de que o espaço produzido destrói a vida cotidiana – principalmente se comparada com a vida nas cidades de antigamente. Por outro lado, Francisconi e Souza (1976) comentam que, em razão de sua natureza específica e de sua importância social, o planejamento urbano é uma atividade essencialmente política, pois somente uma autoridade política pode exercer arbitragens entre os interesses econômicos e os grupos sociais.

De acordo com Lefebvre (2001), as cidades atuais mudaram de especificidade e já não podem mais ser consideradas simplesmente como entidades, organismos ou fenômenos resultantes da história do homem na Terra. Hoje, a cidade tem relações com a sociedade, e sofre transformações a partir das relações diretas entre as pessoas e os grupos que compõem a sociedade. O autor chama de “ordem próxima” as relações dos indivíduos em grupos, e de “ordem distante”, a ordem regida por grandes e poderosas instituições, como a Igreja e o

Estado, que se institui num nível superior dotado de poderes. Para esse autor, a cidade é o local da reprodução desses poderes, pois a ordem próxima os mantém sustentando relações de produção e propriedade, enquanto a ordem distante impõe-se, com seus princípios morais e jurídicos, fazendo-se sentir na realidade prático-sensível, através das construções, dos monumentos, dos vazios, das festas e cerimoniais, o que a torna um “conjunto significante”.

Sob a forma de significações, na forma da simultaneidade e dos encontros, na forma enfim de uma linguagem e de uma escrita “urbana”, são ordens aquilo que a cidade transmite. A ordem distante se projeta na ordem próxima. Esta ordem distante não é nunca, ou quase nunca, unitária. Existe a ordem religiosa, a ordem política, a ordem moral, cada uma remetendo-nos a uma ideologia com suas implicações práticas. Entre essas ordens, a cidade realiza – em seu plano – uma unidade, ou antes, um sincretismo. (LEFEBVRE, 2001, p. 62)

Para melhor compreender a atuação do Estado nos projetos que influenciam, de alguma maneira, no crescimento e no desenvolvimento do espaço urbano de Francisco Beltrão, faremos uma discussão em torno das três entrevistas realizadas com alguns políticos locais que ocupam cargos, atualmente, na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional, mas que já estiveram mais diretamente ligados ao poder local, atuando na Câmara Municipal e no Poder Executivo.

O papel de deputados estaduais e federais, na atual conjuntura política, é extremamente importante para as administrações municipais, buscando recursos junto aos Governos para aplicar diretamente nos municípios. O Fundo de Participação dos Municípios, atualmente, corresponde a 22%, sendo que do montante, 25% deve ser gasto com a educação e 15% com a saúde, ficando os 60% restantes para outros investimentos. O maior problema, no entanto, está no montante, que foi reduzido de tal maneira que não permite às administrações locais assegurar muitos dos projetos propostos. Os deputados, então, acabam assumindo uma função que não condiz com o seu cargo político, pois, segundo Moraes (2003), têm como função específica questionar os atos do poder executivo, analisar a gestão da coisa pública e fiscalizar a União e as entidades administrativas da União

quanto à legalidade e legitimidade, entre outras coisas; entretanto acabam trabalhando no sentido de buscar recursos e financiamentos para as prefeituras que o elegeram, fazendo um trabalho de base, eleitoreiro.

Pires Júnior (2005, p.7) comenta que as emendas orçamentárias individuais do legislativo federal são usadas como “moeda” de troca entre o “Núcleo’ do Poder Executivo Federal”, representado pelos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Casa Civil e os partidos políticos em coalizão com o Governo Federal que ocupam os cargos ligados ao Executivo ou cadeiras do Legislativo. As trocas se baseiam na governança e na governabilidade²¹, ou seja, o Executivo Federal cede parte de sua governança administrativa possibilitando a execução de algumas das emendas individuais sugeridas pelo Legislativo, enquanto eles oferecem, em troca, governabilidade política aos seus partidários no Executivo Federal. Segundo o autor, essas transferências intergovernamentais voluntárias do Executivo Federal aos outros entes da Federação se traduzem em emendas em benefício de seus redutos eleitorais. Isso demonstra uma situação insatisfatória de governabilidade, pois a governança só acontece a partir dela e, portanto, não existiria num cenário de governabilidade satisfatório.

Assim, podemos destacar a participação do Sr. Ademar Traiano²² que, atualmente, exerce seu terceiro mandato como deputado estadual. Ele diz: “Beltrão é o meu berço, a minha cidade natal, eu tenho o maior carinho por ela e com certeza quem nasce aqui sempre teve esse desejo de mostrar pra cidade, mesmo eu estando fora, mostrar que tenho orgulho de ter nascido nela e é por isso que eu sempre abracei a causa de Francisco Beltrão como político, priorizando grandes investimentos da administração local”.

Em seu discurso (id.), ele comenta que o crescimento da cidade de Francisco Beltrão é fruto de uma colonização que trouxe consigo a experiência do trabalho, e, por esta razão, a cidade vem desenvolvendo-se e ganhando um potencial econômico consistente; diz que “esta economia não é sazonal, ela é

²¹ A governança é a capacidade financeira e administrativa em sentido amplo de uma organização de implementar suas políticas; a governabilidade é a capacidade política de governar e deriva da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade. (BRESSER PEREIRA em PIRES JÚNIOR, 2005, p. 7)

²² TRAIANO, A. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. 02 abr. 2005.

permanente, fruto exatamente do crescimento de empresas que nasceram aqui e cresceram (...) o que dá uma certa garantia na economia local”, ao contrário de muitas outras cidades paranaenses. Por essa razão, ele apresenta os seus projetos políticos para a cidade como consequência dos anseios da sociedade por melhorias nos diversos setores. Entre os seus principais projetos, está a estadualização da extinta Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL), que foi incorporada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e o contorno leste, que tem o objetivo de desviar o trânsito de caminhões pesados de uma das ruas de acesso ao centro de Francisco Beltrão, ligando o trevo da Água Branca diretamente ao trevo de Itapejara e, conseqüentemente, impulsionando a expansão urbana para uma das áreas previstas no Plano Diretor da cidade. Segundo o Sr. Ademar Traiano (id.), “a UNIOESTE foi fruto do nosso trabalho. Enquanto os governos anteriores não viam isto como um objetivo, nós entendemos que Francisco Beltrão, como cidade pólo tinha que ter uma universidade estadual para atrair estudantes de outras regiões do país”. O contorno leste, que foi iniciado no final do Governo Lerner e imediatamente interrompido com a entrada no Governador Roberto Requião, do qual o deputado Traiano é oposição, é para ele uma obra “vital para o desenvolvimento econômico de Francisco Beltrão, para oportunizar novos empregos, expansão de negócios no ramo imobiliário (...)”, o qual deverá ser retomado e concluído.

Em outra entrevista, conversamos com o Sr. Nelson Meurer²³, que exerce seu terceiro mandato consecutivo como deputado federal. Ele propõe-se a fazer um “trabalho de resultado, um trabalho junto aos prefeitos, junto aos vereadores, junto aos segmentos produtivos do Sudoeste do Paraná e de Francisco Beltrão”, fazendo com que a região venha “se desenvolvendo com uma diversificação muito grande na geração de emprego e na geração de renda (...) na melhoria da qualidade de vida, mas também no desenvolvimento do Paraná e do nosso país”.

Os principais projetos em que o Sr. Nelson Meurer (id.) diz ter trabalhado com afinco para a cidade de Francisco Beltrão são a instalação da Vara Federal e a criação da Faculdade de Direito de Francisco Beltrão, mantida pelo Centro

²³ MEURER, N. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. 01 abr. 2005.

Sulamericano (CESUL) e do Centro de Excelência em Educação Profissional (TECXEL).

Analisando os discursos dos dois entrevistados supracitados, observamos alguns pontos em comum que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, vimos que os dois são filhos de pioneiros da cidade de Francisco Beltrão, e conheceram desde a Vila Marrecas até a atual Francisco Beltrão, podendo, nesse ínterim, participar da vida social e política da cidade. O Sr. Ademar Traiano nasceu em Francisco Beltrão e iniciou sua carreira política no município de Santo Antônio do Sudoeste, onde foi vereador e prefeito, projetando-se a nível regional para, mais tarde, ser um dos candidatos do Sudoeste à Assembléia Legislativa. O Sr. Nelson Meurer nasceu em Santa Catarina e mudou-se para a Vila Marrecas em 1947, acompanhando sua família. Em 1965, começou a trabalhar numa unidade armazenadora de grãos, a Cibrazem, e dessa maneira, iniciou também sua participação em outros segmentos da sociedade local; foi presidente do Sindicato Patronal por mais de vinte anos, trabalhando junto aos agricultores de toda a região, foi presidente de clubes de esporte e lazer, e, por fim, coordenador de campanhas políticas para a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, até ser candidato a prefeito, em 1988. A sua gestão no poder executivo foi de 1989 a 1992, e a partir de 1994, no poder legislativo, no Congresso Nacional. Nos dois casos, a experiência que obtiveram na administração de municípios do Sudoeste Paranaense foi importante para conhecerem melhor os problemas cotidianos de uma administração pública e, conseqüentemente, fortalecer as relações necessárias para as candidaturas que se sucederam, pois a região tem um número pequeno de eleitores, se comparado a outras regiões do Estado, e precisa estar bem articulada politicamente para poder eleger os seus deputados.

Em função disso e das próprias relações estabelecidas com o poder legislativo estadual e federal, enquanto prefeito, a postura política adotada por eles, atualmente, difere daquela adotada por outros políticos, no passado. Segundo o Sr. Ademar Traiano, os políticos do poder legislativo estadual e federal que representaram a região, há algumas décadas atrás, limitaram-se a pensar no Sudoeste como uma região agrícola, com pequenos produtores rurais, menosprezando a capacidade de desenvolvimento da região e das suas cidades.

Comenta que a região teve poucos investimentos comparativamente à sua representatividade política, pois “nós tivemos do Sudoeste do Paraná ministros de Estado, pessoas que falavam no primeiro escalão do Governo Federal, como tivemos no próprio Governo do Paraná, no passado, a participação influente de políticos da região” e, ainda assim, poucos investimentos foram feitos. (op. cit.)

“Hoje nós temos que agregar valores, pensar que uma pequena propriedade tem que se transformar numa pequena empresa, e que a industrialização é vital e fundamental, até porque a universidade veio, temos que criar oportunidades, criar empregos em todas as áreas, e é essa linha de pensamento que o político deve ter hoje, de criar estas alternativas, tanto de ordem econômica como social e cultural, pensando na geração que está aí (...) temos que colocar esta população que estuda, porque a demanda vai ser muito grande, e eu acho que nós temos que preparar a região para isto (...)”. (TRAIANO, A. op. cit.)

Para o Sr. Nelson Meurer (op. cit.), políticos importantes como Euclides Scalco, Deni Schwartz e Alcení Guerra tiveram uma representação política na região e não trabalharam para aumentar a participação dos municípios do Sudoeste no orçamento da União. Nesse sentido, ele menciona o seu trabalho como “um trabalho de resultado, um trabalho municipalista”, através do qual auxilia os municípios da região, desde os menores até os mais importantes, porque “antigamente, os políticos recebiam votos de toda a população do Sudoeste, mas acabavam representando somente Pato Branco e Francisco Beltrão que eram os municípios maiores, esquecendo dos outros”.

Em nossa terceira entrevista, conversamos com a Sra. Luciana Rafagnin²⁴, que está no seu segundo mandato como deputada estadual. Ela nasceu no Rio Grande do Sul e veio para Francisco Beltrão com a sua família em 1968. Na década de 1980, trabalhou voluntariamente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e depois, efetivamente, com a missão de organizar as mulheres dos agricultores para a discussão preliminar à Constituição de 1988, sobre o direito de aposentadoria e do salário maternidade para a mulher agricultora e, posteriormente, para fazer valer o que havia sido aprovado. Da sua participação na organização dos movimentos do

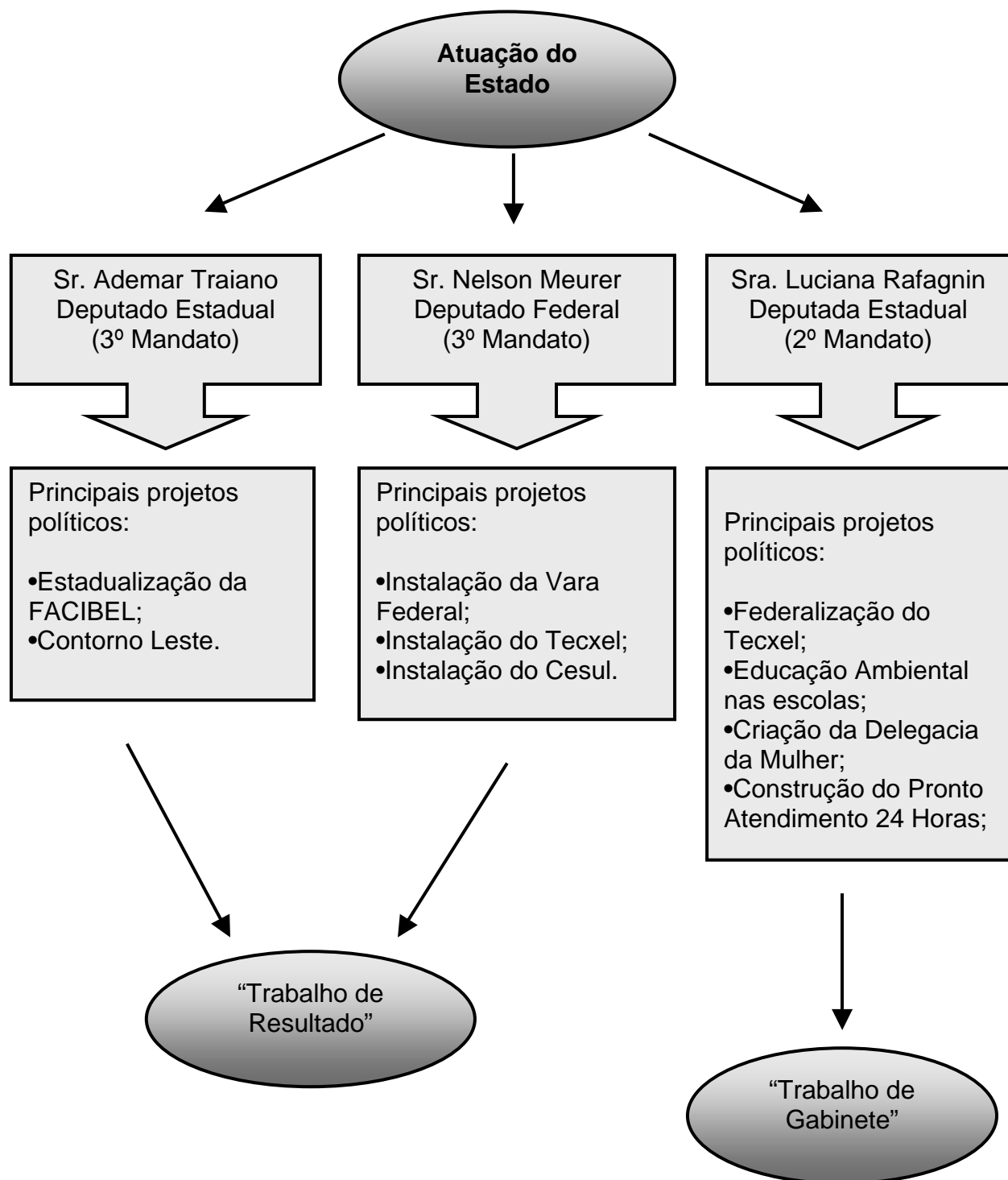
sindicato e do seu partido político, surgiu a oportunidade de ser candidata a ocupar um lugar na Câmara Municipal, fazendo dois mandatos consecutivos. Depois, foi candidata por duas vezes à prefeitura de Francisco Beltrão, não conseguindo eleger-se e, atualmente, está no seu segundo mandato na Assembléia Legislativa.

O seu trabalho político, segundo ela, “não tem muito isto de placas e de obras” (op. cit.), mas é um trabalho de gabinete, onde são pensados e montados vários projetos que, às vezes, acabam sendo colocados em prática por outros políticos, que levam a fama. “A prioridade no meu trabalho, desde que eu comecei, sempre foi a questão da educação, que eu considero muito importante e acho que o nosso país tem que investir muito mais no ensino público e de qualidade (...)” (op. cit.). Desse modo, elaborou um projeto para o Ensino Fundamental e Médio, limitando o número de alunos em sala de aula, apresentou proposta para viabilizar a Educação Ambiental em algumas propriedades rurais e tem trabalhado com a possibilidade de proporcionar, para Francisco Beltrão, um campus de uma universidade federal, a partir da existência do TECXEL, para melhorar o Ensino Superior na cidade e na região. Os outros projetos que a Sra. Luciana Rafagnin (op. cit.) destaca como importantes para Francisco Beltrão, da sua trajetória política, referem-se à construção de casas para os agricultores; a instalação da Delegacia da Mulher e a solicitação do Pronto Atendimento 24 horas na cidade de Francisco Beltrão, o qual já foi implantado e está em funcionamento.

De acordo com a Figura 11, observamos que os três deputados entrevistados apresentaram projetos e realizaram obras que, de alguma maneira, contribuíram para o desenvolvimento da cidade de Francisco Beltrão.

²⁴ RAFAGNIN, L. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. 14 abr. 2005.

FIGURA 11 – A ATUAÇÃO DOS POLÍTICOS LOCAIS NO ESTADO



FONTE: Pesquisa de Campo (2005).
ORG.: ORTOLAN, A. (2006).

5 TERRITORIALIDADE E PODER: UMA ANÁLISE POLÍTICA DE FRANCISCO BELTRÃO

A territorialidade humana expressa, no espaço, o comportamento social, admitindo a existência de variadas escalas, desde o quarto ou a casa até o estado ou o país, evidenciando, sobretudo, o fato de que a territorialidade é sempre construída socialmente, é o resultado das relações sociais de construção cumulativas historicamente. (MACHADO, 1997)

O conceito de territorialidade está imbricado nos conceitos de território e poder, que são amplamente discutidos pelas ciências humanas, sociais e políticas.

Para os geógrafos, a dificuldade de se elaborar um conceito generalizador sobre o território perpassa pelas várias correntes de pensamento em que esta ciência se desenvolve. O resultado disso é que, de acordo com Haesbaert (2004), o território pode ser conceituado a partir do espaço material onde a sociedade se reproduz, numa visão mais materialista; como um conjunto de relações sociais e de poder que se desenvolve sobre um espaço, que não é o território, mas a base necessária para que a sociedade se reproduza, numa visão mais relacional; ou ainda, numa visão mais cultural²⁵, citando apenas as abordagens mais comuns, como um conjunto significativo.

Haesbaert (2004) destaca dois sentidos principais para a palavra território, pelos quais a maioria dos trabalhos acadêmicos perpassa: o primeiro, referindo-se ao território como materialidade; o segundo, aos sentimentos que o território inspira. A vertente predominante é aquela que vê o território sob a ótica materialista, mesmo que não necessariamente do ponto de vista marxista de produção e de relação econômica.

Para Haesbaert (2004), essa visão materialista vem, provavelmente, da forte conotação do espaço físico e da terra à palavra território²⁶.

²⁵ Para Bonnemaïson (2002), a soma dos valores religiosos e morais de um grupo compõe a sua cultura, transmitida pelo discurso e pela expressão espacial. Assim, o espaço é o todo, é a uniformidade, a superfície que é utilizada para a construção do território. O que não é território é espaço. O território, por sua vez, é dominado por uma maneira específica de viver sobre o espaço. Ele é um resultado de uma cultura que inscreve no espaço as suas características, desenvolvendo um cenário que está fortemente relacionado com quem o construiu. O território é uma porção do espaço que possui uma assinatura, assim como uma obra de arte tem o seu criador que, pelos seus métodos, é capaz de explicar a sua criação.

²⁶ Na Ciência Política tradicional, conforme Souza (2001), o território surge como o espaço concreto em si, que é ocupado por um grupo social, gerando raízes e identidade. Com Ratzel citado por Haesbaert (2004), o território passa a ter um referencial político de Estado, o Estado-Nação, com uma conotação de pertencimento a um Estado delimitado por suas relações políticas e de poder.

Apesar da diversidade conceitual, para a finalidade desta pesquisa, o território relacional trabalhado por Claude Raffestin mostra-se mais adequado para auxiliar na compreensão do nosso objeto de estudo. Raffestin (1993) apresenta, ao longo de sua obra, alguns indicativos importantes para a compreensão do território a partir das relações. Ele considera o espaço anterior ao território, passando a ser território apenas quando as pessoas apropriam-se dele e desenvolvem ali inúmeras modificações necessárias para a adaptação da vida social, inserida em relações de convivência, de trabalho e de poder.

Este autor consegue avançar além daquela conceituação clássica de território como Estado-Nação ou território nacional, apresentando o território como um local de relações e produções a partir do espaço. Haesbaert (2004, p.101), analisando a perspectiva relacional adotada por Raffestin, comenta que o território é entendido como um espaço preenchido por “relações social-históricas” e principalmente de “relações de poder”, em que a dimensão política importa muito mais do que a dimensão física ou estabelecida por limites precisos e estáveis como o dos Estados. Para ele, “justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade”.

Complementando, Souza (2001, p.78) afirma que os territórios são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas (ruas, bairros, cidades, países, blocos de países...) e nas mais diversas temporalidades (séculos, décadas, anos...). O seu conceito de território é imaterial e estritamente político, entendendo-o como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. O território não é o espaço, embora o espaço seja a sua base, a partir da qual as relações sociais e de trabalho estabelecem-se criando, construindo, modificando e recriando. Este espaço, que antes poderia ser natural, passa a ser um espaço social, com relações sociais e de poder, portanto, um território. Ao contrário do espaço que é único, pode haver vários territórios, com limites e fronteiras diferentes e, às vezes, sobrepostos.

Neste sentido, Souza (2001, p. 97) faz uma crítica a Raffestin dizendo que este reduz o espaço ao espaço natural, tornando-se o território quase sinônimo de espaço social, o que é um equívoco, pois o território, em sua concepção, não é o “espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”

que pode ser o solo ou uma superfície líquida, por exemplo. Tal conceito reforça a visão relacional na compreensão do território como um campo de forças, mas também dá ao território um espaço definido pelas suas relações, destacando a importância do termo e do conceito para a Geografia.

A importância dada ao poder, na análise do território, pelos vários autores que o definem a partir da concepção política torna necessário, neste momento, uma reflexão sobre o conceito de poder para as ciências sociais e para a Geografia. As relações de poder que interessam para a construção do conceito de território e de territorialidade, partindo de Raffestin, não são unicamente aquelas relacionadas ao poder político do Estado, mas ao poder que se articula com a economia e a cultura dinamizando as relações sociais cotidianas.

Raffestin (1993), ao definir a palavra poder, fá-lo com a certeza de uma ambigüidade no seu significado. Em primeiro lugar, usa a palavra “poder” como algo intrínseco às relações, o que nos leva a entender que ele está em todos os lugares. Não há um ponto central, um centro único de soberania, como afirma Foucault citado por Raffestin (1993), mas uma multiplicidade de manifestações de poder irradiadas pela também múltipla possibilidade de relações existentes. Tal “poder” multiplicado pelas relações não é identificável, pois é subjetivo e está implícito na relação, tornando-se difícil defini-lo e estabelecer critérios de análise, pois ele se expressa e nós podemos senti-lo subjetivamente. Em seguida, Raffestin (1993, p.52) define o “Poder” que “se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos” como um poder visível e representativo por limites e imposições.

Para Lebrun (1994, p.12), são fundamentais para a compreensão do poder os conceitos de potência e força. A potência designa uma virtualidade e uma capacidade para exercer algo. A força é a canalização da potência e a sua determinação. E o poder vai existir, enfim, “quando a potência, determinada por uma certa força, se explicita de uma maneira muito precisa”, como uma ordem que deve ser cumprida. De acordo com a afirmação de Foucault (1993, p.175), “o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce”, ou seja, ele é entendido como uma relação de força e não é, portanto, uma exclusividade para alguns segmentos sociais, políticos ou econômicos. O poder é relacional e estende-se desde aqueles que dispõem do comando até aqueles que lutam por ele e que constituem uma rede que se alastra por toda a sociedade e da qual ninguém escapa. Machado (1993) diz

que, justamente por esta razão, existe uma multiplicidade de relações de força e de poder, em várias escalas e com várias intensidades.

Arendt citada por Souza (2001) afirma que o poder não é propriedade de um indivíduo, mas ele existe apenas enquanto o grupo ao qual pertence se mantiver unido. Por trás de uma pessoa no poder, “investida de poder”, há certo grupo para atuar em seu nome. É a ideologia do grupo que, enquanto estiver em uníssono, mantém o poder para si em detrimento dos outros. Lebrun (1994) diz que ter o poder decorre da confiança delegada a alguém para agir em nome de fins coletivos. Assim, se existe poder e se alguma pessoa ou grupo o possui, há em contrapartida um outro grupo de pessoas que não o possuem e que aceitam as suas regras. A delegação do poder dá autoridade a alguém, e no uso de sua autoridade, este alguém acaba fazendo a coerção, em maior ou menor grau, já que a total liberdade de todos não seria possível ao mesmo tempo em que há alguém com poderes delegados justamente para representá-los. A existência de regras, leis e punições para o não cumprimento das mesmas fazem-se necessárias para a manutenção da ordem social e da hierarquia de poder estabelecida.

O campo da política, conforme afirma Gil Filho (2002, p.3), é por excelência o campo do poder, onde o autor relaciona o poder com a força, a potência ou o domínio, no sentido de que o convencimento para a mudança de comportamento de alguém sugere a imposição de uma vontade particular numa relação social, através do domínio ideológico de uns sobre os outros. É a “intencionalidade no exercício do poder” ligada à noção de autoridade. A autoridade política tem o poder de tomar decisões em nome de uma coletividade, justamente por estar ocupando um cargo que lhe foi conferido por esta. Não importa, nesse momento, saber se o poder foi dado em consenso ou se foi manipulado ideologicamente, como comenta Lebrun (1994), e sim compreender que o poder delegado a alguém desempenha um papel político de regular a vida social e estabelecer os seus comandos.

Para Bourdieu (2000, p.14), sob um ponto de vista mais marxista, o poder é um instrumento de ação subordinado às ideologias, e por essa razão, é simbólico. As características das ideologias refletem os interesses da classe e a lógica do campo de produção. O poder não é força bruta e tampouco imposição de regras,

mas um poder simbólico que é consentido pelo apoio popular e conquistado através do discurso. O poder simbólico é um poder “quase mágico”, porque consegue conquistar, através da ideologia e da mobilização, os mesmos resultados que seriam obtidos através da força física ou econômica. Este poder só se manifesta, entretanto, a partir de uma relação determinada, em que uns exercem o poder e outros lhe estão sujeitos. “É a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 2000, p.15). Pierre Bourdieu entende o poder dentro de uma lógica hierárquica. O poder está ligado à autoridade, que está hierarquicamente superior ao grupo que o mantém. Dessa forma, há uma preocupação por parte da autoridade para que seja feita a manutenção do seu próprio poder, e isso se dá no plano do discurso, que é o que ele chama de poder simbólico. Este é o poder que interessa à realização desta pesquisa, ou seja, o poder do Estado enquanto instituição, composto por pessoas que se intitulam representantes de uma maioria - do povo, haja vista que o processo de escolha é livre e democrático e a permanência no poder, das pessoas escolhidas, funciona como uma resposta positiva aos discursos da manutenção do poder. Além do poder do Estado, interessa-nos também o poder das famílias tradicionais porque pertencem, normalmente, às classes socioeconômicas mais elevadas e por essa razão são proprietárias de meios de produção e exercem autoridade para um grupo de pessoas, seja por meio das relações de trabalho, seja por influência social, econômica ou política.

Neste capítulo, examinaremos três entrevistas centrais para a nossa pesquisa, pois elas trazem dados fundamentais para compreendermos as relações de poder inerentes às administrações públicas, no período correspondente da década de 1990 até a atualidade, a partir das quais serão desenhadas as suas territorialidades.

Num primeiro momento, entrevistamos o Sr. João Batista de Arruda²⁷, que esteve à frente do Executivo Municipal em dois mandatos que somam dez anos de administração pública, de 1977 a 1982 e de 1993 a 1996. A segunda entrevista foi realizada com o Sr. Arni Hall²⁸, vice-prefeito do segundo mandato do Sr. Guiomar

²⁷ ARRUDA, J. B. de. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. 31 mar. 2005.

²⁸ HALL, A. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. 23 dez. 2005.

Jesus Lopes, que esteve à frente do Executivo Municipal em dois mandatos, de 1983 a 1988 e de 1997 a 2000. E, por fim, entrevistamos o Sr. Vilmar Cordasso²⁹ que exerceu o seu primeiro mandato no Executivo Municipal no período de 2001 a 2004, e atualmente está no seu segundo mandato consecutivo. É importante mencionar, no entanto, que vamos dar ênfase às segundas gestões dos Srs. João Arruda e Guiomar Lopes, as quais aconteceram no período que estamos privilegiando para esta pesquisa (1992 a 2005). O Quadro 1 faz um resgate de todas as administrações públicas de Francisco Beltrão, desde a sua emancipação política, em 1952, até a atualidade.

QUADRO 1 – GESTÕES ADMINISTRATIVAS DE FRANCISCO BELTRÃO

GESTÕES ADMINISTRATIVAS	PERÍODO
Ricieri Cella *	Dez./1952 a Fev./1953
Rubens Martins	Fev./1953 a Dez./1956
Ângelo Camilotti	Dez./1956 a Dez./1960
Walter Pécoits	Dez./1960 a Jan./1963
Antônio de Paiva Cantelmo **	Jan./1963 a Jul./1963
Euclides Scalco ***	Jul./1963 a Jan./1965
Antônio de Paiva Cantelmo	Jan./1965 a Jan./1969
Deni Schuwartz	Jan./1969 a Jan./1973
Antônio de Paiva Cantelmo	Jan./1973 a Jan./1977
João Arruda	Jan./1977 a Jan./1983
Guiomar Lopes	Jan./1983 a Jan./1989
Nelson Meurer	Jan./1989 a Jan./1993
João Arruda	Jan./1993 a Jan./1997
Guiomar Lopes	Jan./1997 a Jan./2001
Vilmar Cordasso	Jan./2001 a Jan./2004
Vilmar Cordasso	Jan./2004 a Jan./2008

* Teve a sua vitória impugnada pelo Tribunal Eleitoral em função de uma recontagem dos votos.

** Assumiu como presidente da Câmara.

*** Eleito para um mandato tampão.

Fonte: REVISTA GENTE DO SUL, set./1998.

Org.: ORTOLAN, A (2006).

Para iniciar a análise, verificamos nas entrevistas um importante ponto comum entre os três entrevistados: nenhum deles é pertencente às famílias

²⁹ CORDASSO, V. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. 23 jul. 2005.

tradicionais da cidade. Por outro lado, verificamos também variadas histórias de vida que fizeram com que cada um deles chegasse a Francisco Beltrão movidos por diferentes circunstâncias.

O Sr. João Arruda (op. cit.) chegou a Francisco Beltrão, em 1970, para trabalhar como gerente do Banco do Estado do Paraná (Banestado), com a pretensão de ficar alguns anos até ser novamente transferido para outra cidade como era uma prática comum para os bancários da época. Segundo a Revista Gente do Sul (1997), o Sr. João Arruda nasceu em Pirapozinho, no interior do Estado de São Paulo, tendo morado em Mandaguari com a sua família antes de migrar para o Norte do Paraná para trabalhar com a safra do café. Mais tarde, como bancário, morou em algumas cidades até chegar a Francisco Beltrão, onde ficou mais tempo do que o planejado a princípio, encerrando a sua carreira de bancário em Apucarana, logo depois do seu primeiro mandato como prefeito de Francisco Beltrão, sem mudar de cidade. A política, como ele mesmo diz, “aconteceu na minha vida acidentalmente, pois eu nunca tinha tido experiência pessoal com a política até então, não tinha sido filiado em nenhum partido político, não tinha militância política” (op. cit.).

O Sr. Arni Hall (op. cit.) é gaúcho, advogado e militante político desde 1982, quando entrou na universidade, em Santa Maria. Mudou para Francisco Beltrão, em 1986, para prestar assessoria jurídica para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Francisco Beltrão, o que o levou a trabalhar também na ASSESOAR e em cooperativas de crédito para os proprietários rurais. Por ter experiência com o contexto político, devido ao seu envolvimento com o movimento estudantil e com a pastoral da Igreja Católica, logo que chegou a Francisco Beltrão começou a atuar politicamente, trabalhando para fortalecer o seu partido político na Região Sudoeste, através das campanhas para deputados estaduais e federais, e, mais tarde, para a sua própria candidatura.

A família do Sr. Vilmar Cordasso (op. cit.), desde 1958 vive no interior de Dois Vizinhos, município próximo a Francisco Beltrão, mas ele, desde menino, mudou de cidade várias vezes acompanhando os Irmãos lassalistas até voltar para o Sudoeste do Paraná, em 1968, na cidade de Pato Branco e, posteriormente, mudar para Francisco Beltrão. Cursou Letras e chegou a iniciar uma curta carreira de

professor, mas logo começou a trabalhar numa revendedora autorizada de automóveis, onde atuou por vinte e dois anos. Como administrador da empresa, fez muitos contatos com a sociedade local, conheceu muitas pessoas que, como ele, discutiam política e, mais tarde, foi um dos fundadores de seu partido político em Francisco Beltrão.

O envolvimento dos três entrevistados com a política local deu-se de maneiras diferentes, pois, como vimos, cada um deles provém de um contexto sócio-cultural, com variadas experiências pessoais, profissionais e político-partidárias. No entanto, mesmo com profissões diferentes, notamos que foi através da atuação profissional de cada um que se formaram as redes de contatos que os tornaram candidatos e prefeitos de Francisco Beltrão.

Após apresentar os entrevistados, passamos a analisar o contexto social e político das eleições municipais de 1992, 1996, 2001 e 2004, que compreendem o período do nosso estudo, usando como fonte, principalmente, as entrevistas da nossa pesquisa de campo e as reportagens publicadas pelo Jornal de Beltrão e pela Revista Gente do Sul com o objetivo de elaborar territorialidades a partir da participação do Estado e das famílias tradicionais da cidade no seu crescimento e desenvolvimento.

Em 1992, já no cenário para as eleições municipais, o nosso entrevistado Sr. João Arruda estava no seu segundo mandato como Deputado Estadual e ocupava o cargo de 1º Secretário da Assembléia Legislativa quando lançou a sua candidatura para o Executivo Municipal de Francisco Beltrão, pressionado pelo seu “grupo político”, como afirmou em várias entrevistas publicadas no Jornal de Beltrão (1992).

Nesse contexto, ele foi indicado como candidato da situação, com o apoio do Prefeito Municipal Nelson Meurer, que vinha fazendo uma administração voltada para o crescimento de Francisco Beltrão, conforme reportagens do Jornal de Beltrão (1992), mas, em contrapartida, fazia oposição ao Governo do Estado, Roberto Requião que, nessa ocasião, manifestava seu apoio para um dos seus opositores ao Executivo Municipal, o Sr. Guiomar Lopes.

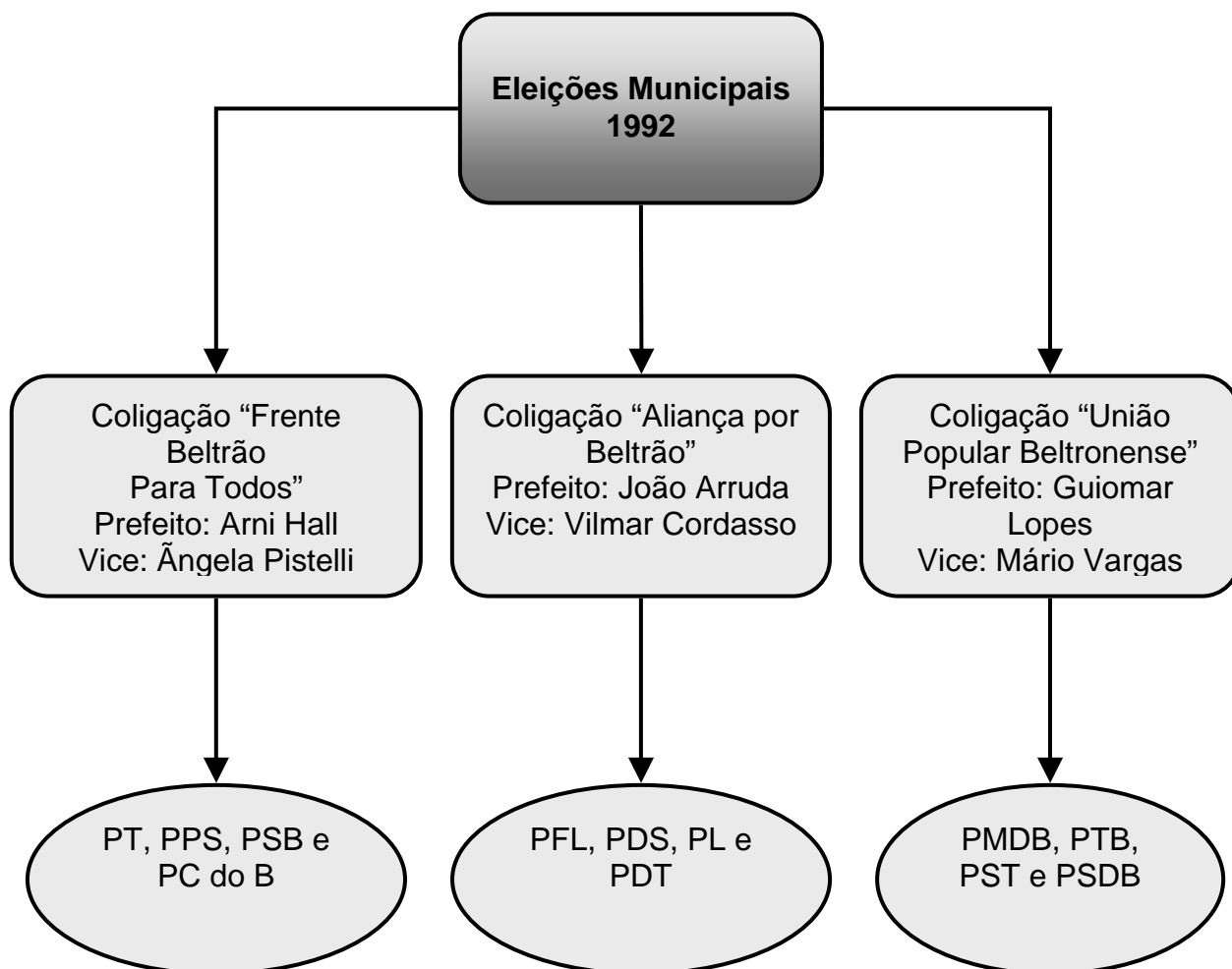
João Arruda e Guiomar Lopes já haviam sido prefeitos de Francisco Beltrão em gestões anteriores e, por coincidência, ambos tiveram gestões de seis

anos, excepcionalmente. O Sr. João Arruda (op. cit.) falou sobre seu primeiro mandato com grande emoção pois, na sua opinião, aquela foi a melhor experiência da sua vida política, quando ele pode pôr em prática muitos dos seus projetos políticos, favorecendo, assim, a população e o município de Francisco Beltrão, construindo pontes, estradas, escolas, creches, dentre outras. Para ele e para uma boa parcela da população beltronense, a administração de 1977 a 1983 foi marcante por ter sido caracterizada por muitas obras e por muitas verbas, numa época em que não estava, ainda, em vigor no Brasil a política descentralizadora que vivenciamos na atualidade. Além disto, a candidatura do Sr. João Arruda, em 1976, foi sugerida e incentivada pela Direção do Banco do Estado do Paraná e, conseqüentemente, pelo próprio Governador do Estado, Ney Braga, que deu a ele e, posteriormente, a Francisco Beltrão, o apoio político e financeiro necessário para a realização de uma boa administração.

Quanto à primeira gestão do Sr. Guiomar Lopes, de 1983 a 1989, não conseguimos maiores informações através das entrevistas, pois conversamos apenas com o Sr. Arni Hall, o vice-prefeito do seu segundo mandato, sobre o qual será comentado adiante. A entrevista que estava agendada com o Sr. Guiomar Lopes não pode ser realizada em virtude do seu falecimento repentino. Mas, segundo consta na entrevista do Sr. Arni Hall (op. cit.), quando o Sr. Guiomar Lopes assumiu o seu segundo mandato, tinha a intenção de realizar tudo aquilo que não teve a oportunidade de fazer antes, embora o primeiro mandato também tenha sido de muito trabalho e de muitas conquistas para Francisco Beltrão, pois ele teve, também, o apoio do Governo do Estado, Álvaro Dias.

O cenário político para a eleição municipal de 1992 (FIGURA 12), portanto, apontava para uma disputa acirrada não apenas entre os dois grupos políticos tradicionais da cidade como também entre dois políticos com experiência e prestígio na história de Francisco Beltrão. O terceiro candidato, o Sr. Arni Hall, foi apresentado como o autor de uma proposta alternativa para o município, fazendo uma “campanha agressiva, atacando indistintivamente os dois grupos concorrentes”, segundo o Jornal de Beltrão (1992).

FIGURA 12 – CENÁRIO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE FRANCISCO BELTRÃO EM 1992



FONTE: Jornal de Beltrão (1992).
ORG.: ORTOLAN, A. (2006).

Para o Sr. Arni Hall (op. cit.), a sua participação na eleição de 1992 foi considerada uma grande vitória para o seu grupo político, pois o contexto era extremamente difícil e, mesmo assim, ele conseguiu “a façanha de fazer 14% dos votos” do eleitorado beltronense, além de conseguir eleger a primeira vereadora de Francisco Beltrão e a primeira representante do seu grupo político na Câmara de Vereadores do município, a Sra. Luciana Rafagnin.

Para o Sr. João Arruda, (op. cit.), a disputa pela prefeitura de Francisco Beltrão, em 1992, aconteceu num momento em que sua vida política estava bem

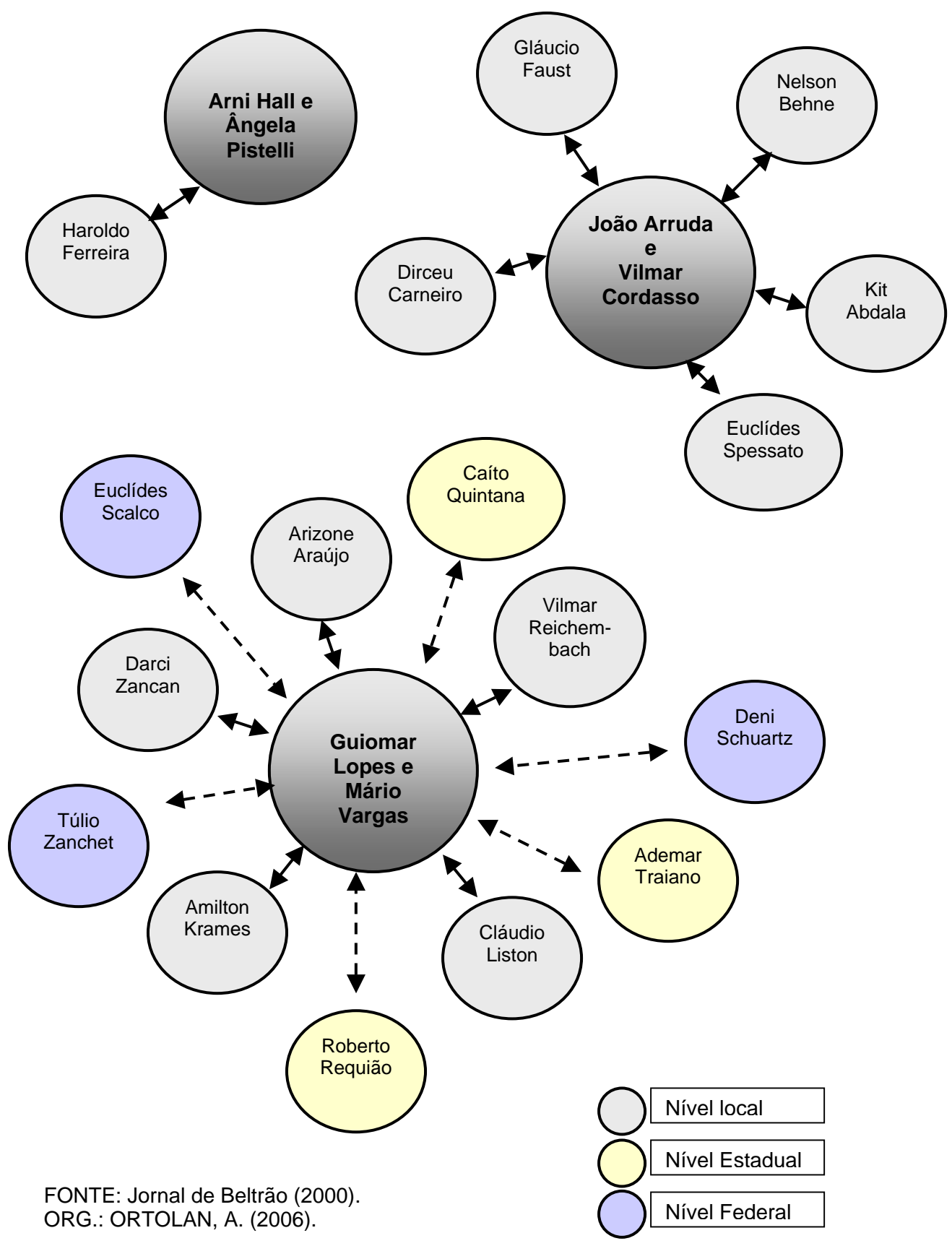
estruturada, e ele, como Deputado Estadual, estava trabalhando por Francisco Beltrão e pelo Sudoeste, com projetos de emancipação política de alguns municípios da região, que foram concretizados, além do projeto (vetado) de criação da Universidade Estadual Vale do Iguaçu com um campus para Francisco Beltrão.

Segundo seu depoimento, o papel de legislador não lhe pareceu gratificante porque, ao mesmo tempo em que havia muitas demandas, a sua atuação, enquanto político, era muito limitada pela vontade da Assembléia, e muitos dos seus grandes desejos de realização eram encerrados nas votações. O Executivo Municipal, por sua vez, era-lhe mais atraente porque lhe dava a possibilidade de tomar decisões e de interferir no espaço do município.

O Sr. Mário Vargas, candidato a vice-prefeito do Sr. Guiomar Lopes, de acordo com entrevista concedida à Revista Gente do Sul (2001), é médico e esteve envolvido com a política local antes da eleição em discussão. Foi vice-prefeito do Sr. Antônio de Paiva Cantelmo de 1973 a 1976, não chegando a trabalhar porque “o Cantelmo dizia que, se precisasse, ele chamava, mas Beltrão era tão pequena que dois era desperdício”. Ficou tempo seriamente afastado da política, voltando a ser eleito vice-prefeito do Sr. Guiomar Lopes, de 1983 a 1988, quando conseguiu atuar politicamente, cuidando das obras de canalização do córrego que corta o Parque de Exposições Jaime Canet Junior, entre outras atribuições. Disputou, ainda, uma eleição para Deputado Estadual em 1990, não sendo eleito para, finalmente, concorrer à vice-prefeito do Sr. Guiomar Lopes em 1992.

A Figura 13 apresenta uma articulação em rede (territorialidade) dos nomes que foram encontrados nas fontes pesquisadas, contribuindo para dar uma noção do envolvimento do poder político local – representado muitas vezes, pelas famílias tradicionais – bem como o estadual e federal.

FIGURA 13 – REDE DE INFLUÊNCIA EM TORNO DOS CANDIDATOS AO EXECUTIVO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO EM 1992



FONTE: Jornal de Beltrão (2000).
ORG.: ORTOLAN, A. (2006).

Os nomes citados são decorrentes das articulações políticas para a formação dos grupos de apoio, nos quais se incluem algumas das famílias tradicionais de Francisco Beltrão bem como outras pessoas da sociedade dispostas a adquirir experiências com a política, apoiando e trabalhando juntamente com um ou outro candidato.

De acordo com o organograma exposto, notamos que os candidatos Guiomar Lopes e Mário Vargas receberam grande apoio de políticos importantes no cenário regional e estadual bem como de alguns nomes da política federal, inclusive com a participação de muitos deles em comícios realizados durante o período da campanha eleitoral.

Os candidatos João Arruda e Vilmar Cordasso, por sua vez, tinham a seu favor nomes importantes da política local e contavam, ainda, com a possibilidade de realizar uma sucessão no Executivo Municipal, já que a gestão que se encerrava apresentava bons índices de aprovação popular, conforme o Jornal de Beltrão (1992).

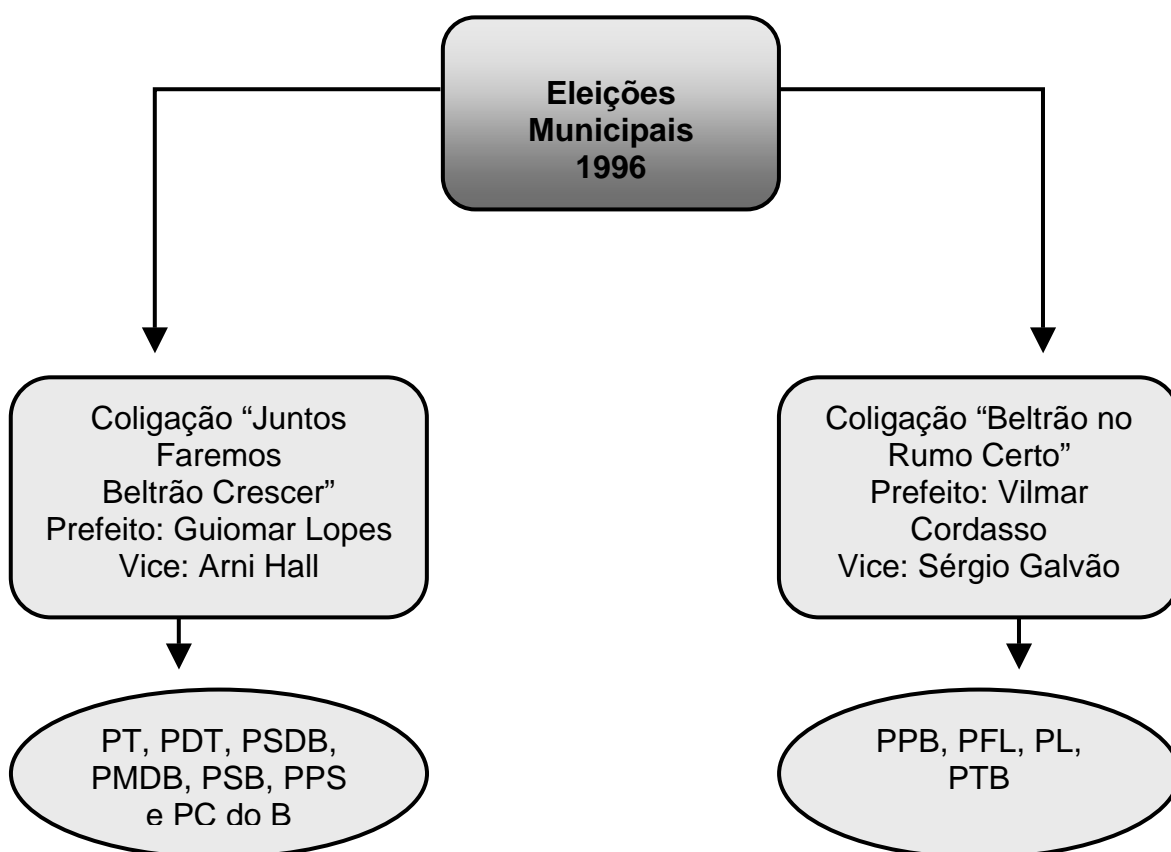
Outro aspecto a ser comentado referente à eleição municipal de 1992 é o envolvimento da classe médica local com a política. Dos nomes citados acima, são médicos os Srs. Haroldo Ferreira, Kit Abdala, Euclides Scalco e Aryzone Araújo, além do candidato Mário Vargas.

O resultado da eleição municipal de 1992 deu vitória aos candidatos João Arruda e Vilmar Cordasso para uma gestão de quatro anos, cujas principais metas de governo incluíam a continuidade do trabalho iniciado pelo Sr. Nelson Meurer como investimentos em infra-estrutura e incentivo à industrialização para atrair emprego e renda e fazer Francisco Beltrão crescer. (JORNAL DE BELTRÃO, 1992)

Em 1996, o cenário da nova eleição apontava para a insatisfação da opinião pública local com a atual gestão, baseada em dois pontos principais, conforme pode ser lido no Jornal de Beltrão (1996): primeiro, com a equipe que ocupava os cargos de confiança da Gestão João Arruda e, segundo, com o desgaste em torno da instalação do Frigorífico de Suínos de Francisco Beltrão (FRIGOBEL) que demandou um grande investimento em infra-estrutura pelo poder público e que não se viabilizou. As discussões em torno dos vários problemas que surgiram durante a administração do Sr. João Arruda o deixaram praticamente isolado no final do seu mandato, depois do abandono de alguns partidos políticos que o apoiaram no momento da eleição.

O Sr. João Arruda (op. cit.) comenta que foi um mandato de dificuldades, marcadas principalmente pelo episódio da construção do frigorífico de suínos, sua principal meta de governo, e que, na sua opinião, representaria um surto de desenvolvimento para Francisco Beltrão e para a região, e que não podendo ser concluído no seu mandato segundo ele, foi abandonado pelo governo seguinte. O Sr. João Arruda (op. cit.) comenta que foi perdida, nessa ocasião, uma grande oportunidade para o desenvolvimento regional que fatalmente não se repetirá. O Sr. Vilmar Cordasso, seu vice-prefeito, foi o candidato ao Executivo Municipal da situação para as eleições de 1996, em oposição ao Sr. Guiomar Lopes, como pode ser verificado na Figura 14.

FIGURA 14 - CENÁRIO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE FRANCISCO BELTRÃO EM 1996



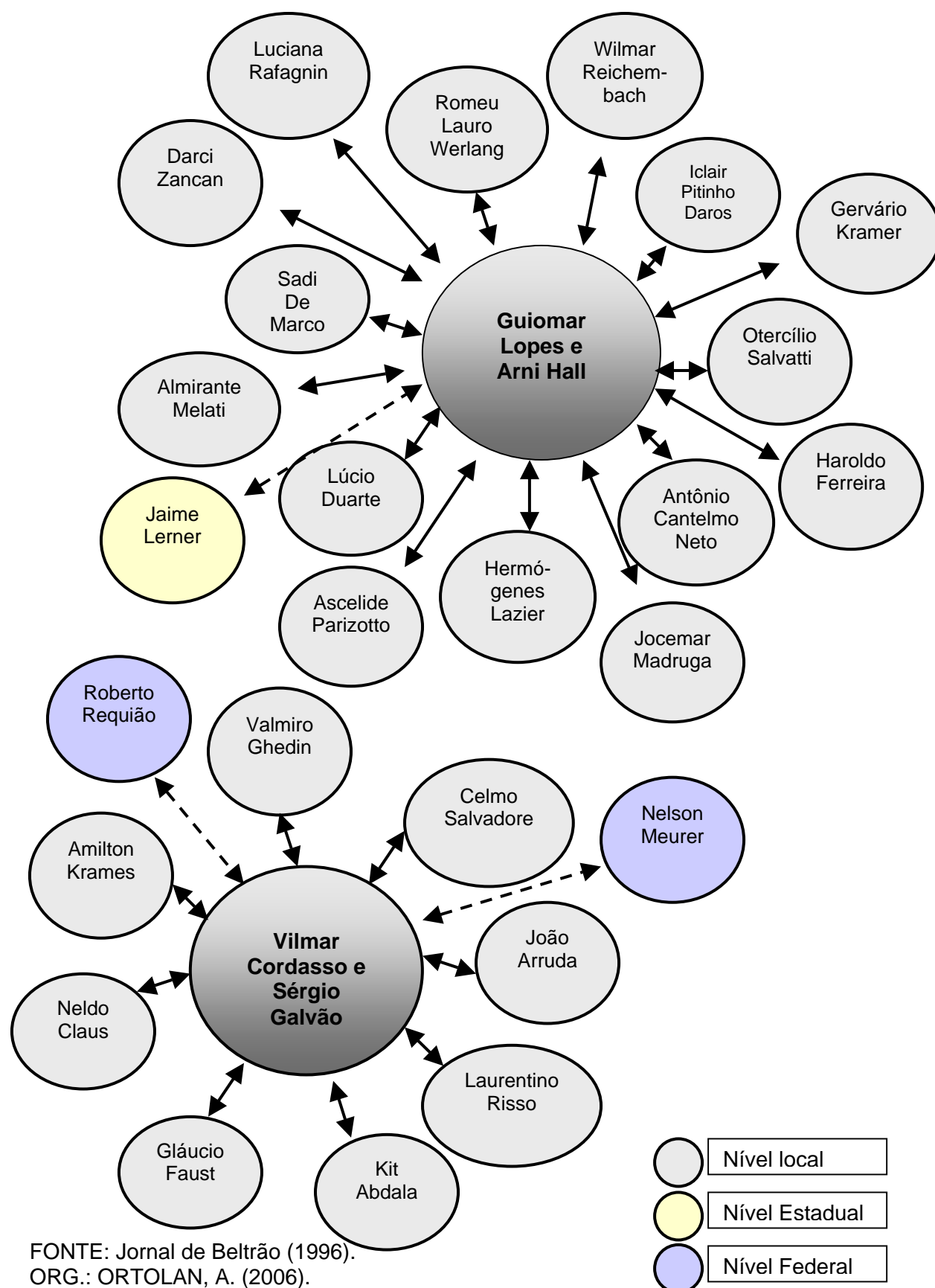
FONTE: Jornal de Beltrão (1996).
ORG.: ORTOLAN, A. (2006).

Para o Sr. Vilmar Cordasso (op. cit.), disputar a prefeitura de Francisco Beltrão naquele ano foi difícil porque “não se falava no nome do candidato, e sim na administração anterior”, em que ocorreram muitos problemas.

O Sr. Arni Hall (op. cit.) comenta que, em função da oposição estar acompanhando as dificuldades vivenciadas pela administração do Sr. João Arruda no último período de seu mandato, ela se fortaleceu e trabalhou intensamente durante os anos de 1995 e 1996 para organizar o seu grupo para a disputa eleitoral. Ele destaca, em seu discurso, que não era uma conversa de um partido, e sim de um grupo de pessoas vindas de vários partidos, que se reuniam uma vez por semana para organizar um plano de governo que pudesse elencar as prioridades para Francisco Beltrão.

Dessas reuniões saíram os nomes do candidato a prefeito e a vice-prefeito para a eleição de 1996, chegando a existir uma indicação interna para a candidatura do Sr. Arni Hall, que vinha trabalhando desde 1992 e 1994 para fortalecer o seu partido, em Francisco Beltrão e no Sudoeste do Paraná, tornando-se, conseqüentemente, conhecido no contexto político local. Todavia a definição foi feita pelo Governo do Estado, Jaime Lerner, que se propôs a apoiar a candidatura da coligação desde que o candidato a prefeito fosse o Sr. Guiomar Lopes, ficando o Sr. Arni Hall como seu vice. O apoio do Governador do Estado foi apresentado pelos candidatos, durante toda a campanha, como um grande trunfo, fortalecendo as propostas de mudança e de investimentos. A Figura 15 apresenta a articulação política existente em torno dos dois candidatos no ano de 1996.

FIGURA 15 - REDE DE INFLUÊNCIA EM TORNO DOS CANDIDATOS AO EXECUTIVO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO EM 1996



Em torno da candidatura do Sr. Vilmar Cordasso aparecem, baseado em notícias publicadas no Jornal de Beltrão (1996), os nomes de alguns companheiros de partido e do seu grupo político, envolvidos principalmente com a política local; alguns deles, conhecidos pelo trabalho executado nas campanhas anteriores, na maioria, são pessoas bem conhecidas da sociedade beltronense e, ainda, membros de famílias tradicionais como o Sr. Laurentino Risso e o Dr. Kit Abdala; o Deputado Federal Nelson Meurer representou, naquele momento, o maior apoio externo para tal candidatura. O Sr. Guiomar Lopes, da mesma maneira, tem entre seus correligionários locais vários membros de famílias tradicionais, conhecidas da sociedade beltronense como o Sr. Iclair Pitinho Daros e o Sr. Darci Zancan, por exemplo, mas ainda podia contar com o apoio político da vereadora Luciana Rafagnin e com o Governador Jaime Lerner.

A possibilidade de articulação política, nas escalas estadual e federal, oferecida pelo candidato da oposição, somada ao desgaste político vivenciado pelo grupo que estava no poder nos últimos oito anos, em Francisco Beltrão, foram dois pontos importantes para a definição da eleição de 1996 a favor da coligação “Juntos faremos Beltrão crescer”.

Em relação às propostas de governo apresentadas pela coligação vencedora nos debates e discursos políticos realizados durante a campanha eleitoral, observamos, através das reportagens publicadas pelo Jornal de Beltrão (1996), a ênfase dada à adoção de uma política de industrialização para o município, oportunizando a geração de empregos, a viabilização de cursos técnicos para o Ensino Médio, a estadualização da FACIBEL e a dragagem dos rios que cortam a cidade.

No final de seu governo, o Prefeito Municipal Guiomar Lopes deixou o seu partido político, permanecendo sem filiação até o final do seu mandato, perdendo em função de desentendimentos políticos, o apoio do partido do seu vice-prefeito, que, inclusive, deixou de ocupar a Secretaria de Planejamento do município naquela ocasião. De acordo com reportagem publicada no Jornal de Beltrão (2000), o Sr. Guiomar Lopes afirmou que a sua administração priorizou as metas estabelecidas no Plano de Governo para a educação, saúde, industrialização e infra-estruturas.

Em 2000, quando as discussões políticas reacenderam, em Francisco Beltrão, a articulação dos partidos para a eleição municipal, surgiu um fato novo muito discutido por todos os partidos: a possibilidade de uma candidatura única para

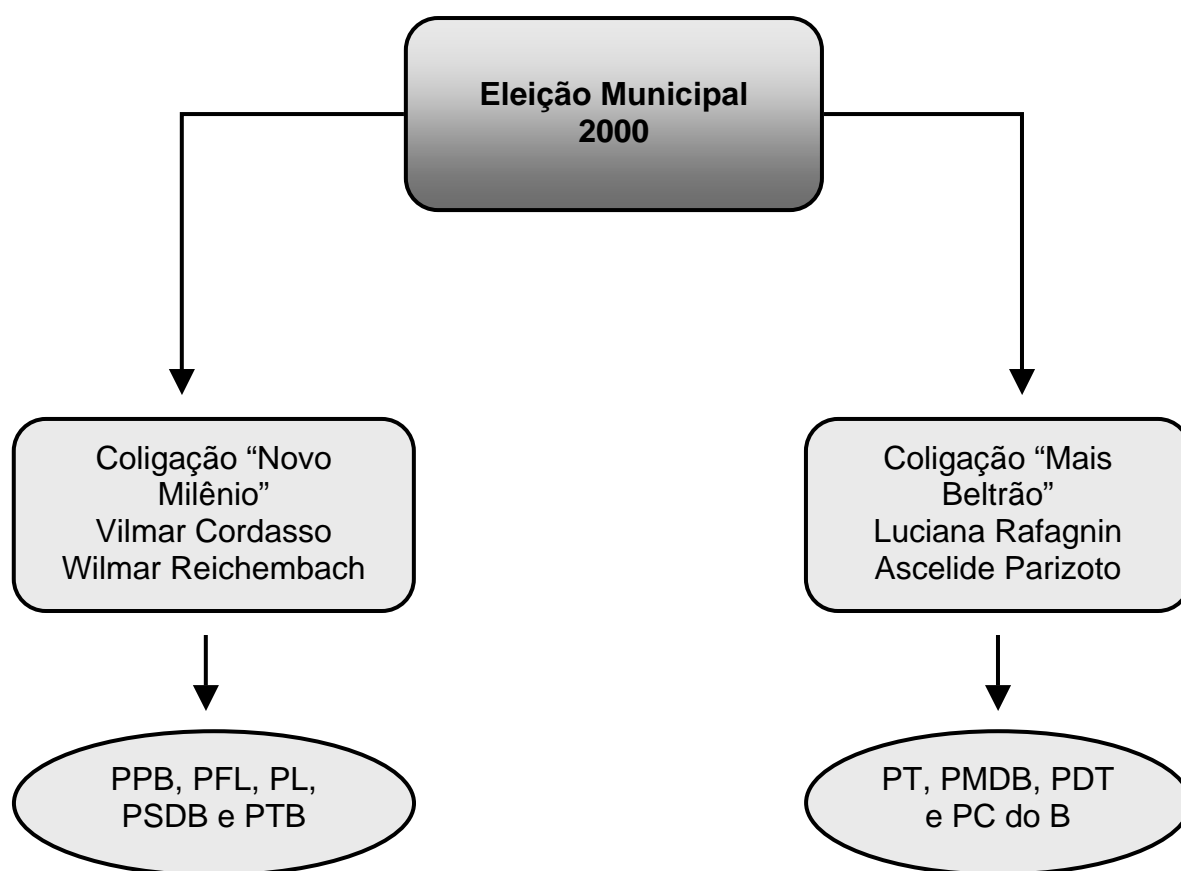
prefeito. Em entrevista concedida ao Jornal de Beltrão (2000), o empresário Antônio Rubens Camilotti apresentou para a imprensa local os seus argumentos em torno dessa proposta, dizendo que antigas desavenças políticas deveriam ser superadas para que o município pudesse crescer a partir de um planejamento único. No dia seguinte, o mesmo jornal publicou as opiniões dos líderes de vários partidos políticos de Francisco Beltrão, com um grande número de desaprovações à proposta de candidatura única, principalmente dos líderes opositores à posição política do empresário.

Em meio a tais discussões, dois nomes, todavia, já estavam sendo trabalhados pela situação e pela oposição, como possíveis candidatos ao Executivo Municipal, confirmando-se, um tempo depois, como consta na Figura 16. Entre os dois candidatos eram mais evidentes as semelhanças do que as diferenças, embora ambos tivessem tendências políticas contrárias.

Em reportagem veiculada pelo Jornal de Beltrão (2000), o jornalista Badger Vicari questionou se existiam, de fato, diferenças entre as propostas dos candidatos Vilmar Cordasso e Luciana Rafagnin, dizendo que ambos apresentavam, basicamente, as mesmas expectativas, caso eleitos, e que isso era um “desserviço à democracia e ao debate que politizaria a opinião pública”.

A particularidade dessa eleição, para Francisco Beltrão, é que não estavam em disputa, diretamente, os consagrados partidos políticos rivais que foram responsáveis por tantas campanhas conturbadas nas eleições anteriores. Nesse caso, dois partidos novos no cenário beltronense estavam disputando uma eleição, cujos candidatos também representavam uma nova geração de políticos locais.

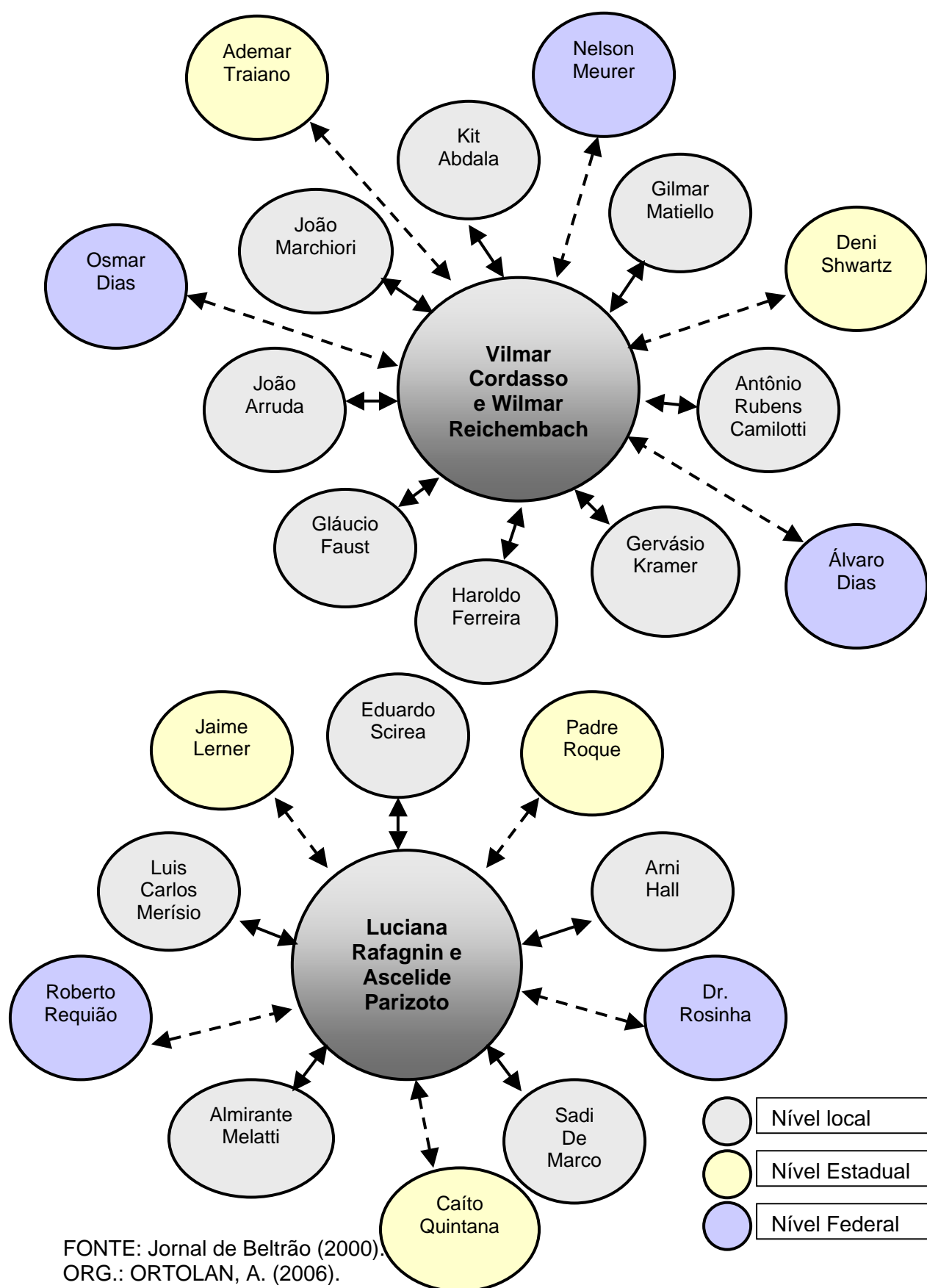
FIGURA 16 – CENÁRIO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE FRANCISCO BELTRÃO EM 2000



Fonte: Jornal de Beltrão (2000).
Org.: ORTOLAN, A. (2006).

O Sr. Vilmar Cordasso comentou (op. cit.) que a eleição, em 2000, foi difícil por duas razões: primeiro porque o seu grupo político estava com a imagem desgastada em virtude de problemas mal resolvidos na gestão de 1992 a 1996, envolvendo, inclusive, alguns assessores e que havia, por essa razão, receio da população de que determinadas pessoas voltassem a ocupar cargos na Prefeitura Municipal; segundo, porque sua opositora era um nome forte, apoiado por um grupo político que estava crescendo em Francisco Beltrão e no cenário nacional. (FIGURA 17)

FIGURA 17 – REDE DE INFLUÊNCIA EM TORNO DOS CANDIDATOS AO EXECUTIVO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO EM 2000



Podemos verificar, na Figura 17, que a disputa pelo Executivo Municipal, em 2000, dividiu a opinião dos políticos locais e os dois candidatos conseguiram manter um relativo equilíbrio quanto ao apoio recebido, o que se refletiu também em toda a campanha, inclusive quanto às propostas de governo. O resultado foi favorável para os candidatos Vilmar Cordasso e Wilmar Reichembach, com uma diferença de apenas 5% dos votos em relação aos candidatos Luciana Rafagnin e Ascelide Parizoto, o que confirma o equilíbrio entre os opositores. No mesmo dia da derrota, no entanto, a Sra. Luciana Rafagnin, que era primeira suplente do seu partido para a Assembléia Legislativa, foi chamada para assumir o cargo de Deputada Estadual, o que significou uma vitória também para o município de Francisco Beltrão.

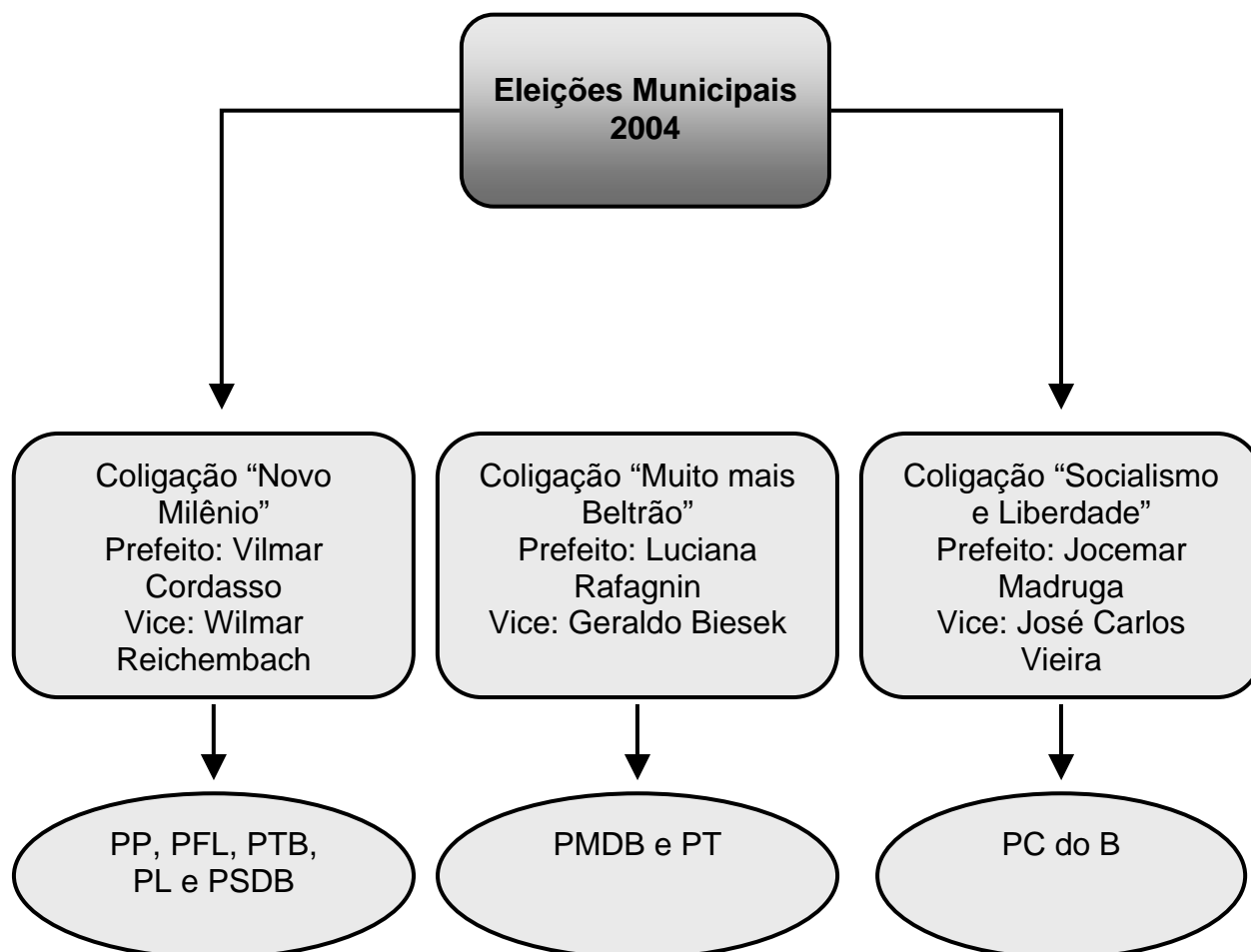
Os principais temas apresentados e/ou discutidos pelos candidatos, durante a campanha, tratavam de propostas para a saúde, a educação, a infraestrutura, sem grandes novidades nesse sentido. O candidato Vilmar Cordasso, no entanto, deu ênfase especial à necessidade da agricultura de Francisco Beltrão voltar a ser fortalecida com a instalação de agroindústrias que aproveitassem a vocação de cada área do município para manter os agricultores no campo. (JORNAL DE BELTRÃO, 2000)

Em 2004, o cenário político apontava, desde o princípio das negociações, para a reeleição do Sr. Vilmar Cordasso, em virtude da sua administração ser considerada, por muitos, como uma administração tranqüila e de resultados, principalmente pelo fato de o Sr. Vilmar Cordasso (op. cit.) conseguir, durante a sua gestão, dialogar com todos os deputados estaduais e federais da região, independente do partido político. Por essa razão, a campanha de 2004 foi discreta e, inclusive, sem muito destaque na imprensa local.

Na oposição, disputavam o Executivo Municipal os candidatos Luciana Rafagnin e Jocemar Madruga. A Sra. Luciana Rafagnin comentou (op. cit.) que aceitou o desafio de ser candidata novamente à prefeitura de Francisco Beltrão muito contrariada, acatando um apelo pessoal do presidente nacional do seu partido, pois, particularmente, ela não gostaria de concorrer a um cargo eletivo enquanto ocupava outro, o de Deputada Estadual.

A Figura 18 apresenta os candidatos para a eleição municipal de Francisco Beltrão, em 2004.

FIGURA 18 – CENÁRIO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE FRANCISCO BELTRÃO EM 2004



FONTE: Jornal de Beltrão (2004).
ORG.: ORTOLAN, A. (2006).

A mesma situação da eleição de 2000 repetiu-se em 2004, em Francisco Beltrão, com uma disputa mais acirrada entre os mesmos candidatos, cujas propostas de governo ainda se pareciam muito. Mesmo assim, é possível apontar alguns diferenciais entre uma e outra. A coligação Novo Milênio, em 2000, foi fortalecida pelo apoio que recebeu dos políticos que faziam oposição ao governo municipal da época, do Sr. Guiomar Lopes; a coligação Mais Beltrão tinha uma candidata que representava o novo momento da política nacional: a chegada do PT ao poder em vários municípios brasileiros e o fortalecimento do partido.

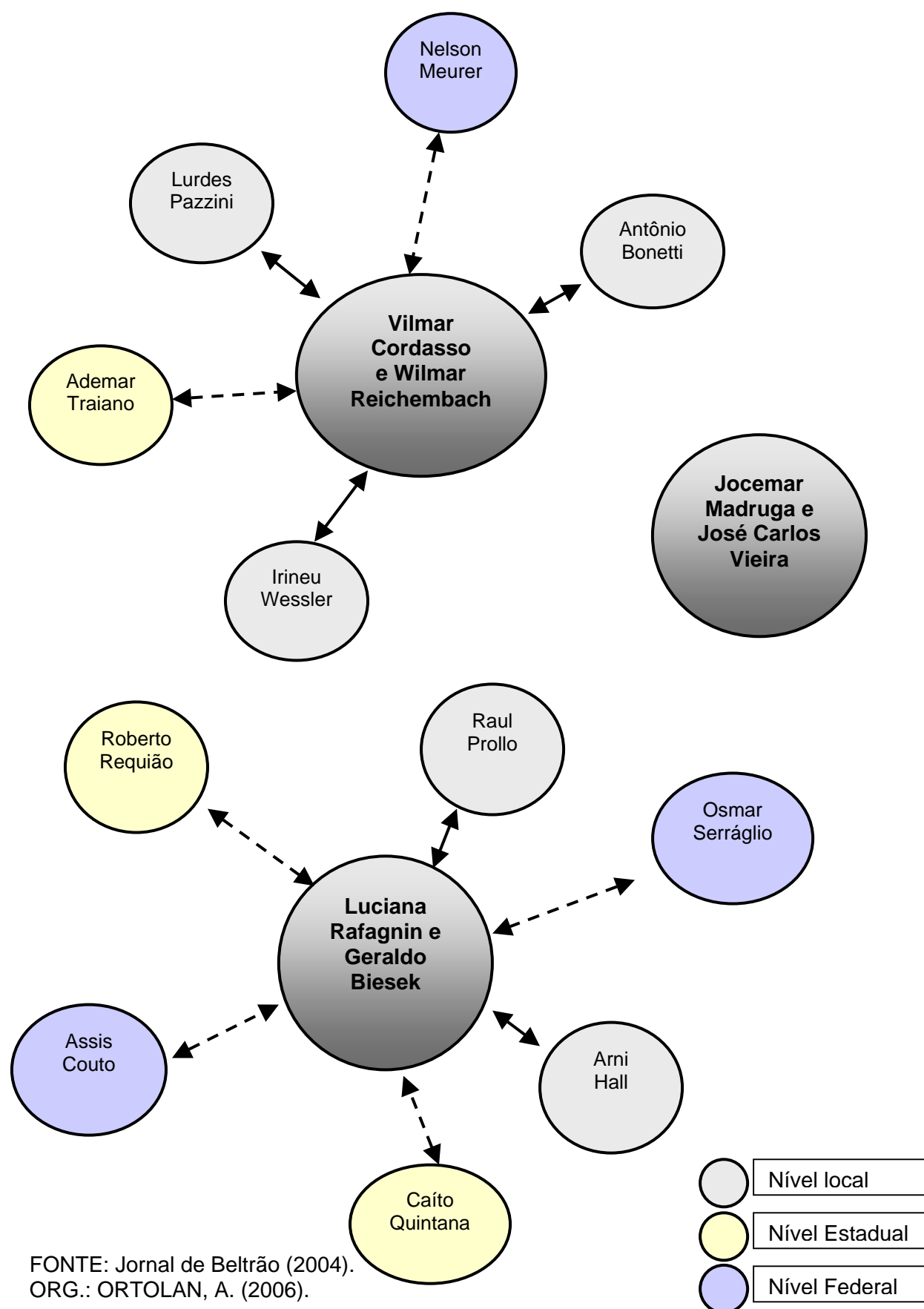
Em 2004, no entanto, o nome do Sr. Vilmar Cordasso era consenso entre os partidos que o apoiaram em 2000, havendo, ainda assim, uma articulação interna dos partidos para um possível sucessor, em caso de desistência, o que não aconteceu.

Por outro lado, o nome da Sra Luciana Rafagnin foi muito citado nas notícias publicadas pelo Jornal de Beltrão, em 2004, para ser a candidata da oposição, mas ela chegou a afirmar, algumas vezes, que não seria candidata, deixando muito clara a sua posição, naquele momento de eleição, de que queria cumprir até o final o mandato de Deputada Estadual alegando ter um compromisso com os eleitores do Sudoeste. Mais tarde, ela aceitou lançar-se candidata, cedendo aos apelos de seu partido. Sobre a sua candidatura, ela comentou (id.) não se ter programado para ser candidata e por essa razão, aquela eleição mostrou uma realidade muito diferente, quando ela fez uma “campanha muito fechada”.

Os planos de governo dos candidatos foram discutidos em vários momentos durante a campanha. De acordo com reportagem do Jornal de Beltrão (2004), acerca de um debate político entre os candidatos à Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, o candidato Jocemar Madruga disse ter feito uma campanha diferente, indo de casa em casa para conversar com as pessoas, prometendo fazer, inclusive, uma administração diferente, com a participação popular em todas as decisões político-administrativas. O candidato à reeleição Vilmar Cordasso afirmou que a população de Francisco Beltrão identificou-se com o seu estilo de administrar, enquanto a candidata Luciana Rafagnin disse que aquele era o melhor momento para o seu grupo político governar Francisco Beltrão, pois ele teria o apoio do Governador do Estado e do Presidente da República.

Na Figura 19, podemos observar a articulação dos políticos locais e da sociedade beltronense em torno dos candidatos ao Executivo Municipal, conforme notícias publicadas no Jornal de Beltrão (2004).

FIGURA 19 – REDE DE INFLUÊNCIA EM TORNO DOS CANDIDATOS AO EXECUTIVO MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO EM 2004



De acordo com a fonte pesquisada para a elaboração deste organograma, o Jornal de Beltrão (2004), as pesquisas de intenção de voto apontavam, desde o início da campanha para o Executivo Municipal, a vitória dos candidatos Vilmar Cordasso e Wilmar Reichembach, que disputavam a reeleição. Nas reportagens analisadas, constam poucos nomes de pessoas da sociedade local e de políticos em geral envolvidos com a campanha, provavelmente pela própria característica atípica desta campanha, em que a candidata da oposição mostrava-se desmotivada a concorrer. Nota-se, portanto, que as notícias sobre a eleição municipal/2004, em Francisco Beltrão, ocuparam um espaço menor no noticiário deste jornal, o que caracteriza, de certo modo, o reflexo de um desinteresse da população pela discussão política num cenário que não apontava para nenhuma surpresa.

Em todos os momentos políticos analisados, de acordo com os organogramas expostos, observou-se a participação das famílias tradicionais, principalmente, na articulação da política local nos diretórios, com manifestação de apoio aos candidatos de seus partidos ou com trabalho efetivo durante a campanha.

Os organogramas apresentados revelam-nos algo mais do que a articulação política de pessoas da sociedade de Francisco Beltrão em âmbito local, estadual e federal. Revelam também as territorialidades do poder político de Francisco Beltrão como um poder capaz de transformar o espaço de vivência dos seus habitantes, pois, segundo Raffestin (1993), a territorialidade parte da relação particular entre o indivíduo que pertence a uma coletividade e a sua exterioridade, o seu espaço abstrato. Tal relação é dinâmica porque cada um dos elementos pode simultaneamente sofrer variações no tempo além de poder manifestar-se em todas as escalas espaciais e sociais, formando um “sistema territorial”, com a implantação de nós e redes que se concretizam no espaço mesmo quando não são observáveis e não passam de discussões e decisões que se tornarão concretas a partir das ações dos indivíduos sobre o espaço. O sistema territorial terá, de acordo com as qualidades econômicas e políticas, uma hierarquia que pode ser facilmente identificada no campo do poder, onde agem os atores que produzem o território em tempo e lugar diferentes, e em diferentes graus, desde o Estado até o indivíduo.

A partir de suas representações, todos os atores sociais que compõem a rede de relações apresentada nos organogramas e os demais atores que não foram representados articulam-se constantemente, formando territorialidades que se transformam no cotidiano, mas que deixam no espaço as suas marcas. Gil Filho

(2002) comenta que todas as representações sociais possuem territorialidades, sejam de partidos políticos, clubes ou igrejas, cujas fronteiras são definidas pelo controle e apropriação de determinada realidade social.

Essa relação tridimensional baseada no homem (em sociedade), no espaço e no tempo perpassa a esfera das relações econômicas, políticas e de poder, para ser atingida incisivamente pelos elementos culturais e comportamentais daqueles que vivenciam o território cotidianamente.

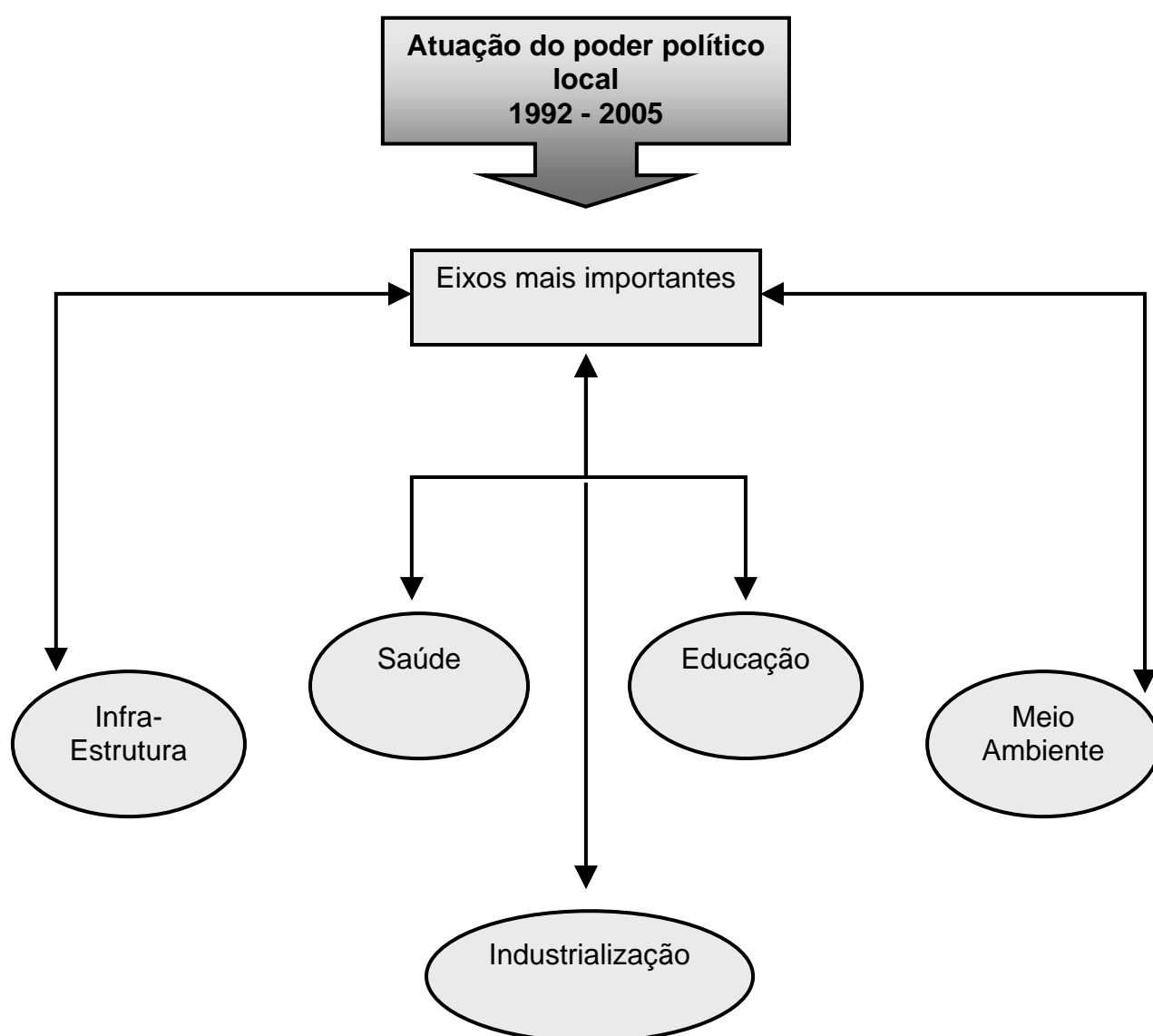
5.1 O PODER POLÍTICO LOCAL E A DEFINIÇÃO DAS ESTRUTURAS URBANAS DE FRANCISCO BELTRÃO

Analisando as entrevistas realizadas com os governantes do município de Francisco Beltrão, desde 1980, podemos notar que há importante participação do poder político local na definição de suas estruturas urbanas, que auxiliam, sobretudo, na compreensão da cidade e no reconhecimento de que a cidade é o resultado momentâneo de inúmeras ações, políticas ou não, que se entrecruzam e se sobrepõem, enquanto ela é construída concretamente. Para Lefebvre (2001), a cidade é como uma “obra” onde atuam vários agentes sociais e seus conteúdos históricos, fazendo com que o resultado das ações sociais no espaço tenha um significado próprio e fortemente influenciado pelos grupos que ali atuam. Eles são indissociáveis numa análise urbana, não é possível pesquisar apenas a cultura sem perceber a sua expressão concreta, assim como não é possível explicar a cidade sem tentar compreender os homens que a construíram e que nela vivem, modificando-a constantemente. A cidade é obra dos seus habitantes, é o resultado das várias relações que se desenrolam cotidianamente como um espelho que reflete a cultura do seu povo, cujo reflexo é um espaço construído, concreto e com personalidade, expressando-se em territorialidades urbanas.

Em seus discursos, os entrevistados mostraram o que pensam sobre a cidade de Francisco Beltrão e o que sonham para ela, permeados pela história de vida, pelas experiências pessoais e sociais e pela ideologia de cada um. Tais discursos, antes de tudo, são representações da realidade vivida por cada um deles, das dificuldades que tiveram que enfrentar enquanto ocupavam um cargo que era, ao mesmo tempo, instigante e compensador.

Nas entrevistas realizadas, os entrevistados contaram sobre a sua participação na definição das estruturas urbanas de Francisco Beltrão, principalmente durante o período em que estiveram no Executivo Municipal. Para facilitar a compreensão do texto, as principais metas de ação destes políticos foram agrupadas em eixos temáticos, conforme pode ser observado na Figura 20, os quais serão discutidos individualmente, a seguir.

FIGURA 20 – EIXOS TEMÁTICOS DA ATUAÇÃO DO PODER POLÍTICO LOCAL EM FRANCISCO BELTRÃO – 1992 A 2005



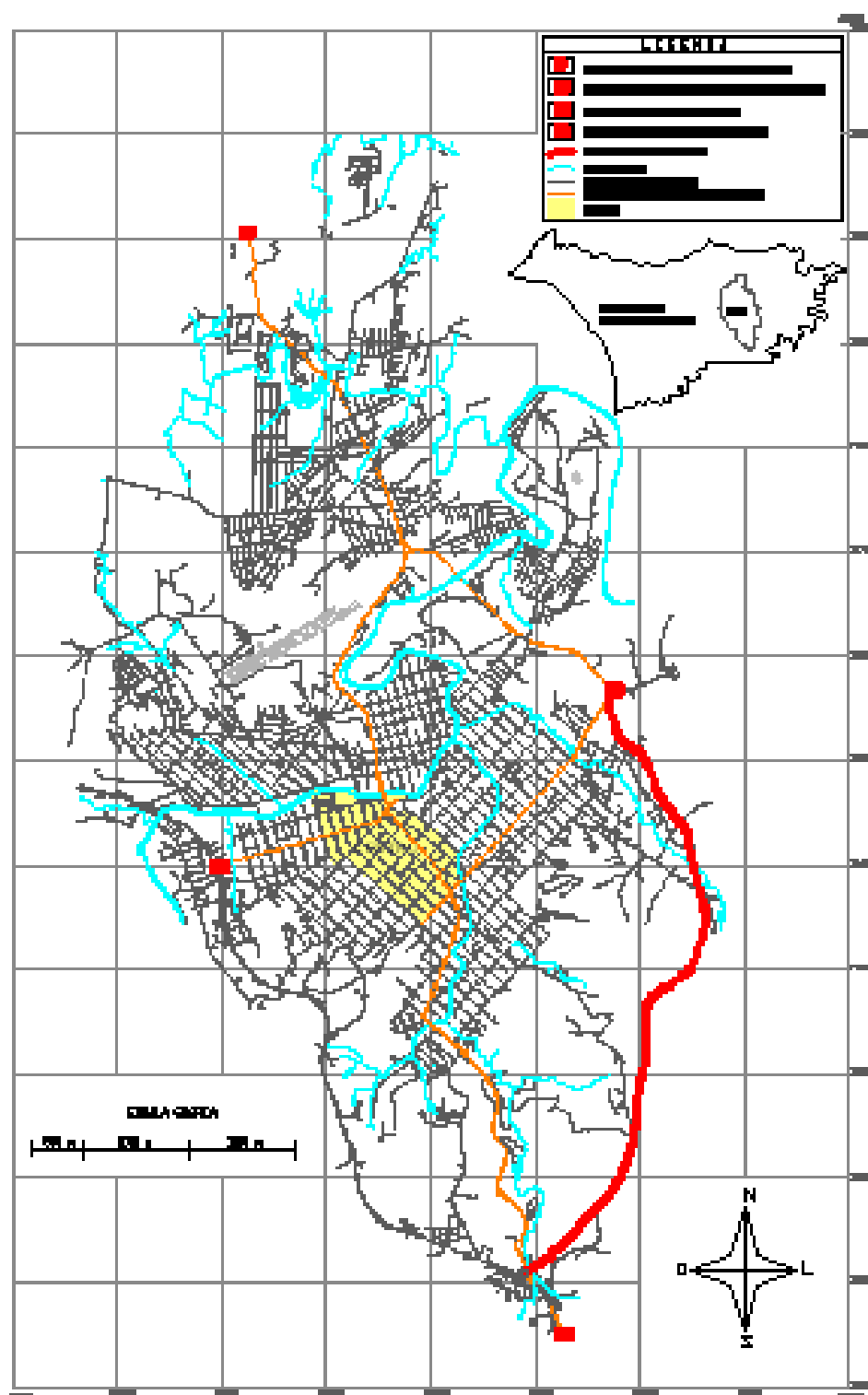
FONTE: Pesquisa de Campo (2005).
ORG.: ORTOLAN, A. (2006).

A questão da infra-estrutura foi citada por todos os entrevistados como um tipo de investimento que precisa ser constante e que não é, normalmente, muito questionado e tampouco, reconhecido, embora custe muito caro para a Prefeitura. De acordo com o Sr. João Arruda (op. cit.), no seu primeiro mandato foram realizadas inúmeras obras de infra-estrutura, como o asfalto que liga Francisco Beltrão a Pato Branco, e, conseqüentemente, até a capital do Estado; a instalação dos escritórios regionais de órgãos públicos como a SANEPAR, a COPEL, o Departamento de Estradas e Rodagem (DER), a Secretaria da Agricultura e o Núcleo Regional de Educação, além de asfaltar algumas ruas da cidade, começar a construção da rede coletora de esgoto e de escolas, casas populares, pontes, entre outras. O Sr. João Arruda comenta (op. cit.) que havia uma demanda reprimida, em Francisco Beltrão, dos serviços básicos de infra-estrutura, como água, energia elétrica, esgoto e telefonia, cuja ausência travava o desenvolvimento do município, e precisava ser superada para que a sua principal meta no Executivo Municipal fosse alcançada, que era “colocar Beltrão no mapa”, ou seja, fazer a cidade de Francisco Beltrão ser conhecida no Estado do Paraná e reconhecida, na prática, como uma cidade pólo para a Região Sudoeste.

O Sr. Arni Hall (op. cit.), comentando sobre o segundo mandato do Sr. Guiomar Lopes, durante o qual ele foi vice-prefeito, disse que os investimentos em infra-estrutura são executados por todos os administradores porque os problemas vão aparecendo e as soluções precisam ser encaminhadas na seqüência. Por essa razão, preferiu apenas destacar alguns investimentos realizados pela sua administração como a aquisição de máquinas e equipamentos e a duplicação da rua General Osório e da Avenida Atílio Fontana, uma das saídas da cidade, no sentido a Dois Vizinhos, e dá acesso ao Frigorífico Sadia, a principal indústria da cidade. Como trabalhou ativamente na Secretaria de Planejamento da cidade durante o seu mandato, o Sr. Arni Hall explica (op. cit.) que alguns projetos de infra-estrutura foram pensados pela sua equipe e não foram executados por questões diversas, principalmente aquelas referentes à inviabilidade técnica e econômica. Como exemplo, ele citou o contorno leste da cidade, uma obra de grande porte, mas deve ser realizada quando for possível porque visa desviar da cidade o trânsito de cargas e estimular o seu crescimento para uma área do perímetro urbano de Francisco

Beltrão pouco habitada (CARTOGRAMA 5); também citou o problema referente à saída da cidade de Francisco Beltrão pelo trevo do Alvorada, em direção à Cascavel ou Curitiba, ou seja, a principal saída da cidade e, possivelmente, a mais movimentada. Faz referência também ao estilo das construções da cidade de Francisco Beltrão e ao tamanho das ruas que foram traçadas pelos primeiros planejadores desta cidade, sugerindo que eles não pensaram em Francisco Beltrão como uma cidade que pudesse crescer e necessitar, com o tempo, de mais espaço para o fluxo de automóveis e caminhões. O Cartograma 5 apresenta a planta urbana de Francisco Beltrão com destaque para as quatro saídas da cidade em direção às cidades de Cascavel, Itapejara do Oeste, Pato Branco e Dois Vizinhos. O prolongamento das saídas, em direção ao centro da cidade, é feito pelas ruas Porto Alegre, União da Vitória, Luiz Antônio Faedo e General Osório, respectivamente. De todas, a única que apresentou possibilidades de ampliação para as laterais, facilitando o tráfego, foi a rua General Osório, que dá acesso à Avenida Atílio Fontana, serviço que foi realizado na gestão de Guiomar Lopes e Arni Hall.

CARTOGRAMA 5 – FRANCISCO BELTRÃO COM DESTAQUE PARA AS PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO À CIDADE



FONTE: DER (2005).
ORG.: SPILLER, A. (2006).

No setor de serviços, o Sr. Arni Hall (op. cit.) enfatizou a instalação da Primeira Vara da Justiça Federal em seu mandato, por ter sido a primeira da Região Sudoeste e por ter possibilitado, mais tarde, a abertura da Segunda Vara da Justiça Federal na cidade, as quais significaram grande avanço para Francisco Beltrão, não apenas pelos serviços prestados como também por abrir uma frente de trabalho qualificado e com bons salários. Nesse sentido, também foi positiva a interferência do poder público para que fosse transferida para a cidade a unidade do 16º Esquadrão da Cavalaria Mecanizada (no primeiro plano da FIGURA 21) em substituição à Unidade do Quartel transferida para Cascavel, por duas razões: primeiro, porque a Cavalaria Mecanizada é uma incorporação maior do que a que estava aqui anteriormente, e por isto envolve maior número de pessoas que dispõem de bons salários; segundo, porque a unidade do quartel de Francisco Beltrão faz parte da história da cidade (FIGURA 22), desde a instalação da CANGO, e sua saída representaria uma perda significativa para o município e a região.

FIGURA 21 – UNIDADE DO 16º ESQUADRÃO DA CAVALARIA MECANIZADA, NA CANGO



FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

FIGURA 22 – UNIDADE DO QUARTEL DE FRANCISCO BELTRÃO EM 1967

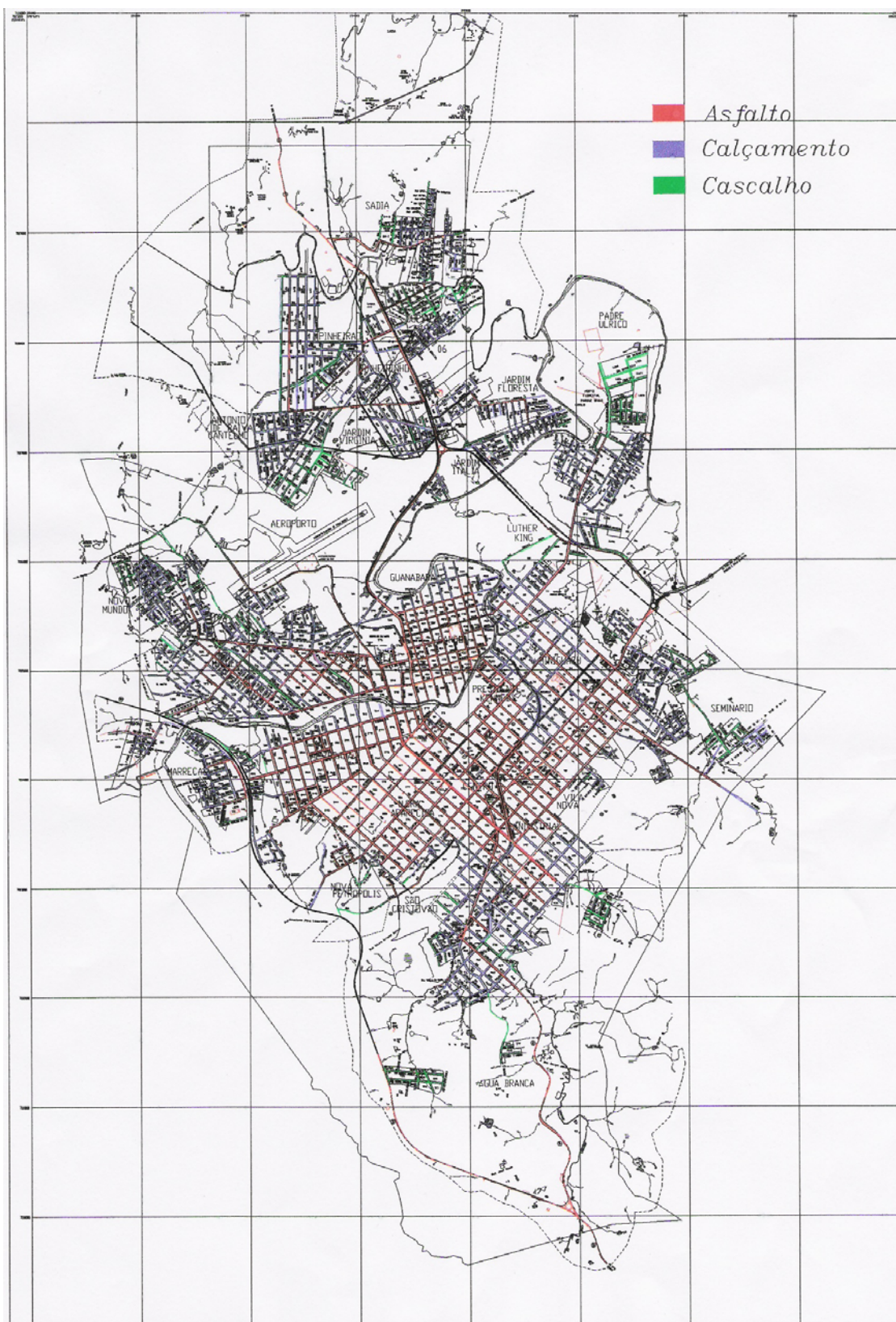


FONTE: Departamento Municipal de Cultura (2006).

Podemos notar, portanto, uma preocupação constante no discurso do Sr. Arni Hall (op. cit.), no sentido de possibilitar a atração de pessoas com nível melhor de instrução e renda para a cidade, o que também pode ser notado no discurso do Sr. Vilmar Cordasso (op. cit.), atual prefeito de Francisco Beltrão, quando se refere às últimas autorizações concedidas para loteamentos na cidade. Ele ressalta que não está autorizando pedidos de loteamentos que não tenham a infra-estrutura mínima instalada, como energia elétrica, água tratada e calçamento, pois tais serviços acabam encarecendo os lotes e, de alguma maneira, selecionando a clientela, sem contar que, quando esses serviços não são oferecidos pelos proprietários das terras loteadas, acabam ficando sob responsabilidade do poder público.

Em relação aos investimentos em infra-estrutura, o Sr. Vilmar Cordasso (op. cit.) destaca a realização, em parceria com os moradores, de 270.000m² de calçamento nos bairros da cidade desde a sua primeira administração até o momento, pois “Beltrão estava pisando no barro, literalmente”. (CARTOGRAMA 6)

CARTOGRAMA 6 – ARRUAMENTO URBANO DE FRANCISCO BELTRÃO



FONTE: Departamento Municipal de Urbanismo (2006).

Além disto, ele destacou as melhorias realizadas nas estradas vicinais do município, principalmente porque isto faz parte do acordo que o poder público municipal tem com a Sadia, ou seja, deve facilitar a circulação e o escoamento da produção.

O trabalho conjunto dos administradores de Francisco Beltrão, principalmente nos últimos quinze anos, de acordo com as entrevistas realizadas, resultou numa infra-estrutura básica considerável. Além da questão do arruamento urbano, como consta no Cartograma 6, temos, de acordo com a SANEPAR (2005), um total de 99,86% dos habitantes urbanos abastecidos com água tratada e destes, 37,30% estão conectados à rede coletora de esgoto, a qual deve ser ampliada consideravelmente nos próximos anos, como consta no projeto de obras da Prefeitura Municipal. A coleta de lixo acontece em 100% das residências urbanas e o lixo é encaminhado para um aterro controlado. Os investimentos em infra-estrutura básica são imprescindíveis para que a cidade consiga obter avanços em outros eixos de desenvolvimento, como a saúde e a educação, por exemplo.

A saúde é, atualmente, um eixo central para as administrações públicas, a partir da implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000). Uma das questões mais importantes discutidas nessa Lei diz respeito ao Planejamento Plurianual, a ser realizado no início de cada gestão administrativa, quando os municípios devem administrar suas finanças de forma mais planejada, controlando despesas e receitas e fazendo previsões para gastos futuros. Com mérito, a implementação dessa Lei vem viabilizando os investimentos públicos obrigatórios desde a Constituição Federal (1988), entre eles, o uso mínimo de 15% da arrecadação municipal em investimentos diretos na saúde pública.

Como as administrações do Sr. João Arruda são anteriores à Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu discurso, ele faz apenas uma breve menção à construção de Postos de Saúde em suas gestões. O Sr. Arni Hall (op. cit.), por sua vez, demonstrou ter tido preocupação com essa necessidade, pois foi lançada, na sua gestão a idéia de viabilizar a construção do Hospital Regional em Francisco Beltrão; mas, como é um projeto grande e requer muitos investimentos por parte do Governo do Estado do Paraná e do Executivo Municipal, não foi possível, ainda, realizá-lo. Por outro lado, devido à necessidade iminente de investimentos neste setor, a administração municipal converteu algumas emendas parlamentares de deputados da Região para projetar o Pronto Atendimento 24 Horas, construído aos

poucos, para prestar atendimento emergencial aos moradores de Francisco Beltrão. (FIGURA 23)

FIGURA 23 – PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS – BAIRRO PINHEIRINHO



FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

O Sr. Vilmar Cordasso (op. cit.) fala sobre a saúde pública de Francisco Beltrão como um dos pontos altos de sua administração, durante a qual são feitos mais investimentos do que o mínimo previsto de 15% da arrecadação de cada mês para manter funcionando o Pronto Atendimento 24 Horas, as Unidades Básicas de Saúde, os Programas de Saúde Familiar, o Hemocentro e o Centro Regional de Especialidades (CRE), que tem sua sede em Francisco Beltrão, funcionando em forma de consórcio entre os municípios associados, para a compra de serviços médicos a partir dos encaminhamentos das Unidades Básicas de Saúde de Francisco Beltrão e dos municípios participantes.

Francisco Beltrão é sede, também, da 8ª Regional de Saúde do Paraná, atendendo a uma totalidade de vinte e sete municípios. Segundo informações obtidas com a Sra. Josseli Maria Steiner Vagliati (informação verbal), da 8ª Regional, com a vigência da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde (NOB-SUS/96), Francisco Beltrão e Dois Vizinhos passaram a ter habilitação na condição de Gestão Plena do Sistema Municipal e os demais vinte e cinco municípios da regional possuem habilitação na condição de Gestão Plena da Atenção Básica, prestando o atendimento inicial³⁰.

É importante observar que houve, por parte dos administradores municipais, uma continuidade na execução de alguns projetos maiores como a construção do Pronto Atendimento 24 Horas, já concluído, e do Hospital Regional, em vias de construção, fazendo com que a população consiga, de alguma maneira, ter uma oferta de melhores serviços de saúde pública, o que se deve, possivelmente, à obrigatoriedade de investimentos neste setor e ao vigor da Lei Complementar 101/2000, que trata da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A estrutura de atendimento de saúde pública na cidade de Francisco Beltrão conta, atualmente, com cinco Unidades Básicas de Saúde, cinco postos de atendimento do Programa de Saúde Familiar (PSF), o Pronto Atendimento 24 Horas, o Centro Regional de Especialidades e o Hemocentro, além da Policlínica São Vicente de Paula e do Hospital São Francisco, que prestam atendimento particular e pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

No entanto, o maior investimento, neste setor, pelo poder público local iniciou-se no ano de 2005, com a aquisição do terreno para a construção do Hospital Regional e a realização de terraplanagem para o início das obras. A previsão é ter a obra iniciada nos próximos meses e o hospital em funcionamento no prazo de um ano. A Figura 24 apresenta o projeto para a construção do Hospital Regional.

³⁰ Na prática, a diferença entre as duas gestões está na distribuição do recurso que, no primeiro caso é feita via Secretaria Municipal de Saúde e, no segundo, é repassado diretamente do Estado para os prestadores de serviço de saúde.

FIGURA 24 – PROJETO: VISTA AÉREA DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO HOSPITAL REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO

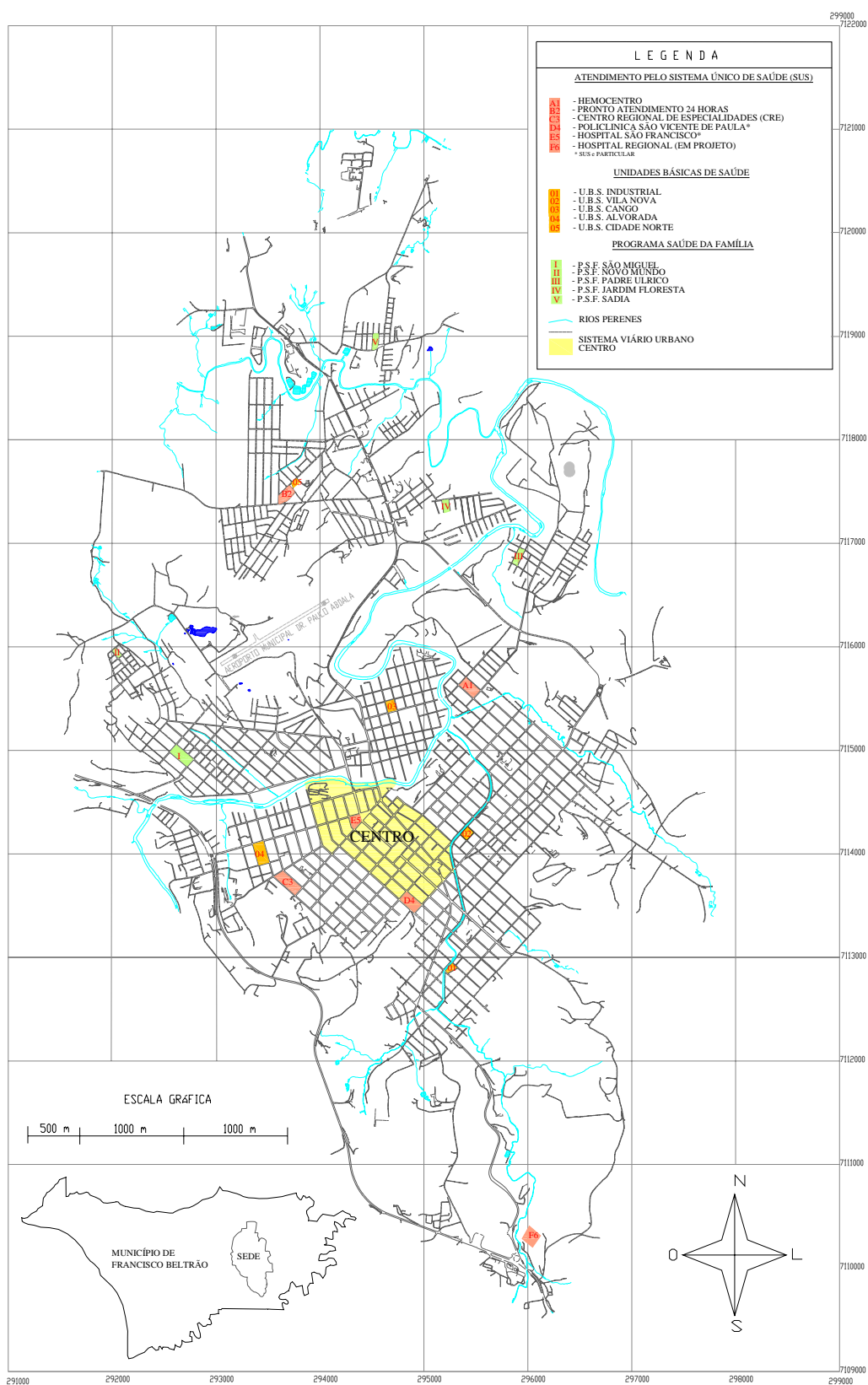


FONTE: Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (2006).

Em relação à construção do Hospital Regional, destacamos que o local escolhido atende a uma lógica de ocupação do espaço, direcionando uma obra de relativa importância para a cidade para uma área do seu perímetro urbano ainda pouco utilizada, o que proporcionará, possivelmente, um re-direcionamento da sua ocupação. Na mesma direção, também está projetado o contorno leste da cidade, outra obra que foi comentada com muitas expectativas pelos entrevistados, como fator de crescimento e desenvolvimento da cidade de Francisco Beltrão.

O Cartograma 7 apresenta a distribuição espacial das estruturas de saúde pública e privada de Francisco Beltrão, além do local que foi destinado pelo poder público para a construção do Hospital Regional.

CARTOGRAMA 7 – ESTRUTURA DA SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA DE FRANCISCO BELTRÃO



FONTE: Secretaria Municipal de Saúde (2006).
 ORG.: SPILLER, A. (2006).

A Constituição Federal (1988) também prevê investimentos mensais de 25% da arrecadação municipal em educação pública, tornando-a um eixo de desenvolvimento importante para ser discutido neste momento. Todos os entrevistados demonstraram atenção especial para a necessidade de oportunizar aos moradores de Francisco Beltrão o acesso às escolas públicas, reconhecendo ser a educação um importante aliado do desenvolvimento.

O Sr. João Arruda (op. cit.) ressaltou a construção de escolas públicas de Ensino Fundamental em alguns distritos do município e a construção de creches para atender a uma demanda crescente da população, decorrente do aumento do número de mulheres trabalhando fora de casa para contribuir com a renda familiar ou, ainda, para sustentar a família. Ele também mencionou ter reativado o Colégio Agrícola, que havia sido fechado, além de ter contribuído com a construção de um prédio provisório para o funcionamento da primeira faculdade de Francisco Beltrão, a FACIBEL, e na criação e implantação do Curso de Pedagogia, no seu segundo mandato. Demonstrou preocupação maior com a qualidade do Ensino Superior da cidade e com a necessidade de uma universidade pública para atender a demanda regional. Quando foi Deputado Estadual, por dois mandatos consecutivos, no período entre as suas duas gestões no Executivo Municipal, ele trabalhou para viabilizar a criação da Universidade Estadual do Vale do Iguaçu que, segundo ele, “era um sonho que valeria um mandato de deputado”.

O Sr. Arni Hall (op. cit.) apontou para a educação como um eixo estratégico da sua administração; enfatizou a necessidade de agir em todos os níveis da educação em Francisco Beltrão, desde a construção de creches até a implantação de escolas de Ensino Fundamental no interior, num período em que a lógica era concentrar os alunos nas escolas da cidade, destacando a escola construída no Assentamento Missões com o auxílio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Para o Ensino Médio, o trabalho da sua administração voltou-se, principalmente, para a elaboração e tramitação do projeto que viabilizou, mais tarde, a criação do TECXEL, cujo objetivo é oportunizar aos estudantes do Ensino Médio um curso profissionalizante pago³¹, já que a Lei de Diretrizes e Bases estava, na época, extinguindo os cursos profissionalizantes como Técnico em Contabilidade, Magistério e outros. Por fim, para o Ensino Superior, o Sr.

³¹ Cursos técnicos: Agroindústria, Meio Ambiente, Gestão Empresarial e Informática.

Arni Hall (op. cit.) comentou ter participado ativamente do processo de incorporação da antiga FACIBEL pela UNIOESTE³² e para a criação do CESUL³³ e da UNIPAR³⁴, oportunizando também o desenvolvimento do Ensino Superior privado.

O Sr. Vilmar Cordasso (op. cit.), por sua vez, comentou sobre as obras que realizou quando assumiu a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, construindo e reformando escolas públicas, sobre as obras que pretende realizar até o final do seu mandato, nas quais inclui ainda reformas e outras construções de escolas no município. As figuras a seguir mostram algumas instalações das instituições educacionais de Francisco Beltrão.

FIGURA 25 – CENTRO DE EXCELÊNCIA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – TEXCEL



FONTE: SANZOVO, D. (2006).

Todos os entrevistados envolvidos com a política local, seja através do Executivo Municipal, da Assembléia Legislativa ou do Congresso Nacional, fizeram

³² Cursos Superiores: Geografia, Pedagogia, Ciências Econômicas, Economia Doméstica, Administração e Direito.

³³ Curso Superior de Direito.

³⁴ Cursos Superiores: Enfermagem, Nutrição, Ciências Biológicas, Biomedicina, Pedagogia, História, Administração – Comércio Exterior, Direito, Sistemas de Informação.

comentários a respeito da sua participação no processo de instalação do TECXEL, mostrado na Figura 25, e na atual busca pela sua federalização, apontando esta possibilidade como uma grande conquista para Francisco Beltrão, capaz de impulsionar o desenvolvimento da cidade e da região. A implantação de bons cursos superiores públicos na cidade de Francisco Beltrão faz-se necessária não apenas para suprir uma demanda crescente de pessoas que não necessitariam mais sair em busca de melhores condições de estudo em cidades maiores, restringindo as oportunidades para poucos, mas, de acordo com os discursos dos entrevistados, as universidades públicas também fariam o importante papel de atrair para Francisco Beltrão pessoas com bom nível cultural e bons salários, impulsionando o crescimento e o desenvolvimento da cidade.

Nesse mesmo contexto, a UNIOESTE (FIGURA 26) também representa uma importante possibilidade de desenvolvimento local, embora ela tenha sido pouco citada nas entrevistas.

FIGURA 26 – CAMPUS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE



FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

Desde a incorporação da FACIBEL pela UNIOESTE, o que se deu efetivamente a partir de 1997, o Campus da UNIOESTE de Francisco Beltrão passou por muitas dificuldades, desde pedagógicas até estruturais, mas, aos poucos, vem superando dificuldades e se impondo como uma importante possibilidade para a formação superior em Francisco Beltrão. Além disso, ela já vem fazendo o papel que se espera com a federalização do TECXEL, ou seja, vem atraindo profissionais das mais diversas regiões do país para ocupar os cargos públicos disponibilizados, o que movimenta o mercado imobiliário e acelera o desenvolvimento da cidade e da região enquanto oferece ensino superior gratuito.

Da mesma maneira, podemos afirmar que as universidades particulares (FIGURAS 27 e 28) instaladas na cidade oferecem oportunidades a um grande número de pessoas que não conseguiriam cursar o Ensino Superior numa universidade pública e, ainda, cumprem a função estratégica de auxiliar, com a implantação de estruturas urbanas, o poder público local na ampliação dos serviços de educação oferecidos na cidade.

FIGURA 27 – FACULDADE DE DIREITO DE FRANCISCO BELTRÃO – CESUL



FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

FIGURA 28 – CAMPUS DA UNIVERSIDADE PARANAENSE – UNIPAR

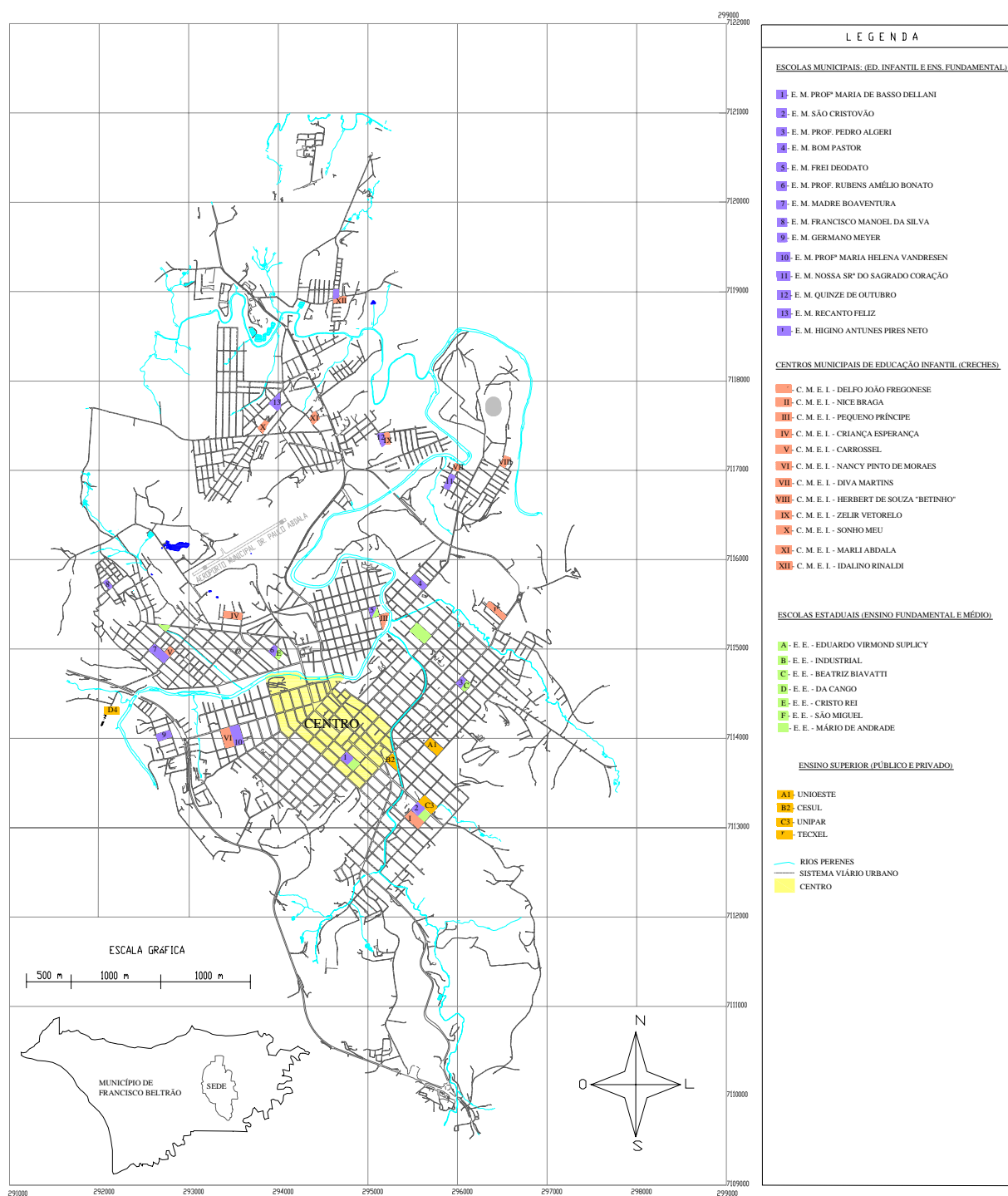


FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

De acordo com as estruturas de Educação Superior de Francisco Beltrão aqui apresentadas, frisamos que, com exceção do TECXEL, localizado na Linha Santa Bárbara, área rural do município e distando aproximadamente três quilômetros do centro da cidade, todas as demais instituições encontram-se em bairros centrais. O campus da UNIOESTE possui sede própria; a sede do CESUL está localizada nas antigas instalações da Indústria de Cozinhas Marel, transferida para uma área próxima ao Trevo do Alvorada, saída para Cascavel; o campus da UNIPAR, por sua vez, construiu sede própria no prolongamento da Avenida Júlio Assis Cavalheiro, conforme consta no Cartograma 8, e é, por essa razão, o principal fator da reativação imobiliária naquela região até o momento.

Segundo dados obtidos nas entrevistas e no Departamento de Educação do Município, apresentamos a seguinte distribuição das estruturas de educação pública na cidade de Francisco Beltrão (CARTOGRAMA 8), desde a educação infantil até a educação superior, com destaque, também, para as universidades privadas.

CARTOGRAMA 8 – ESTRUTURAS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE FRANCISCO BELTRÃO, INCLUÍDO A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA E PRIVADA



FONTE: Secretaria Municipal de Educação (2005).
ORG.: SPILLER, A. (2006).

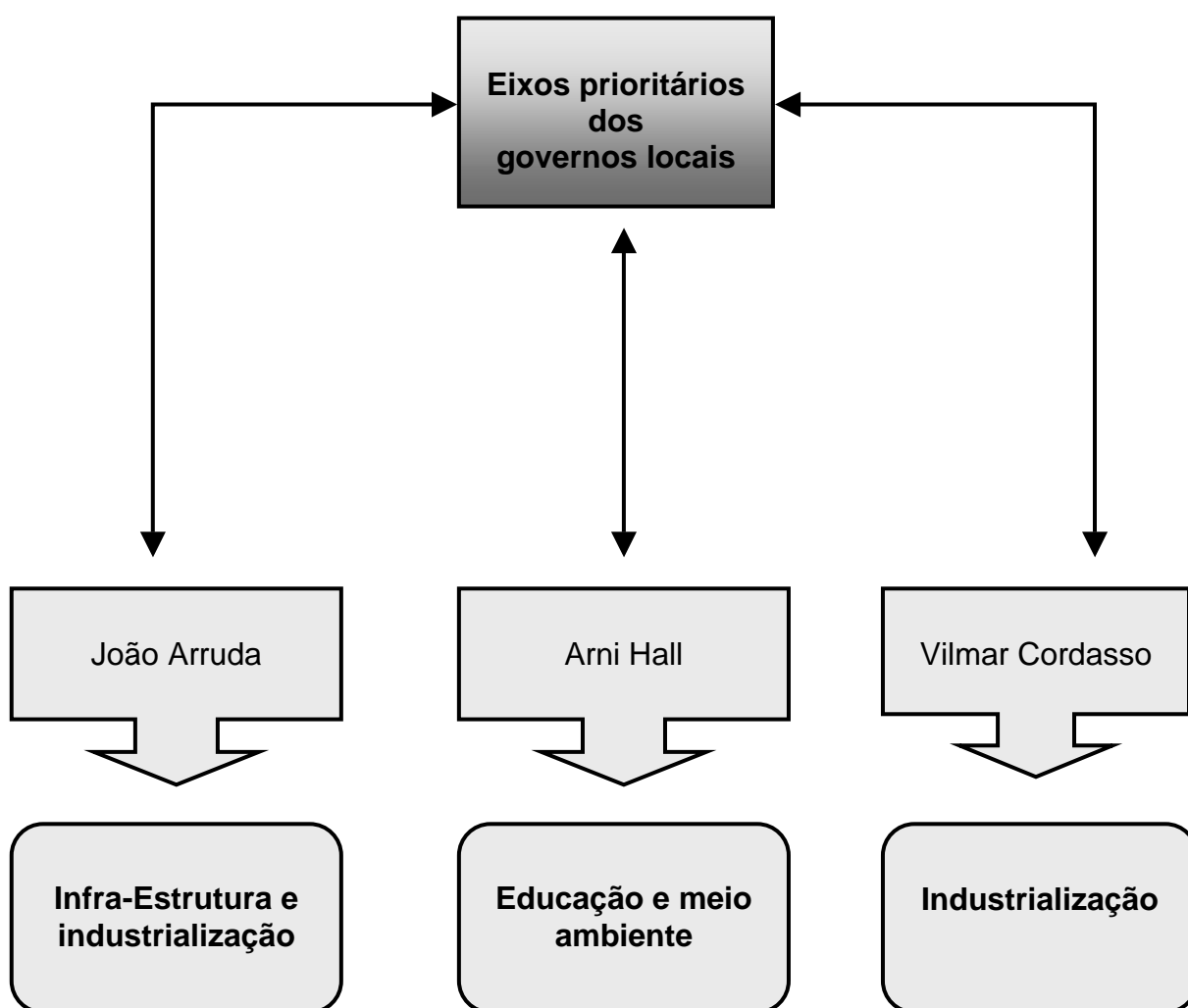
Apesar da cidade de Francisco Beltrão ter sentido sensível melhora na questão da educação ao longo destes quinze anos analisados nesta pesquisa, o Sr. Arni Hall (op. cit.) comentou que, ultimamente, a cidade deu uma “apequenada” em relação às cidades vizinhas de Pato Branco e Dois Vizinhos, que já possuem extensões de universidades federais, proporcionando uma gama maior de possibilidades para o desenvolvimento dessas cidades. Para o Sr. João Arruda (op. cit.), entretanto, Francisco Beltrão não tem do que reclamar a esse respeito.

Além da infra-estrutura e serviços públicos, da saúde e da educação, o quarto eixo temático, citado anteriormente, na Figura 20, refere-se ao meio ambiente. Este eixo está presente em todas as administrações municipais pesquisadas, de 1992 a 2005, como pode ser observado na Súmula das Leis Municipais de Francisco Beltrão, incluindo a aprovação de leis referentes ao uso de áreas próximas de rios e córregos, os cuidados com a rede hidrográfica do município e com a vegetação nativa, enfim, uma série de medidas que visam conservar os recursos naturais, principalmente de acordo com programas estaduais e federais que são implantados nas bacias hidrográficas consideradas, a partir da Constituição Federal de 1988, como as áreas de planejamento para a conservação ambiental. Para o caso específico de Francisco Beltrão, uma preocupação que mereceu destaque neste sentido: a realização de obras de canalização e dragagem dos rios e córregos que cortam a cidade, pelo fato de que, muitas vezes, as cheias desses cursos d’água ocasionaram problemas de alagamento em áreas ocupadas por residências, regulares e irregulares, deixando alguns desabrigados e muitos problemas para o poder público resolver.

Entre os entrevistados, o Sr. Arni Hall foi o único que mencionou a questão ambiental como uma prioridade no Plano de Governo da sua gestão. Ele comentou (op. cit.) que o tema do *marketing* da sua gestão estava voltado para o fator ambiental, e que, nos quatro anos da administração Guiomar Lopes–Arni Hall, foram realizadas algumas intervenções como a reconstrução dos córregos que cortam a cidade, a transformação do Horto Florestal em Floresta Municipal e da pedreira municipal num espaço onde funcionou, por algum tempo, uma Escola de Meio Ambiente. Para ele, a localização da cidade de Francisco Beltrão num vale cercado por baixos morros, onde faz muito calor devido ao próprio relevo, e por onde correm rios e córregos em áreas planas muito próximas às áreas centrais, já justifica tal preocupação por parte do poder público.

A Figura 29 apresenta as prioridades de cada uma das gestões comentadas pelos entrevistados.

FIGURA 29 – PRIORIDADES DE AÇÃO DAS GESTÕES ADMINISTRATIVAS DE FRANCISCO BELTRÃO, 1992 A 2005



FONTE: Pesquisa de Campo (2005).
ORG.: ORTOLAN, A. (2006).

É importante considerar, em relação às prioridades de ação dos governos locais, que o momento histórico em que cada um administrou teve um peso sobre as decisões político-administrativas tomadas. Para cada momento havia necessidades urgentes que deviam ser sanadas de acordo com as leis e normas vigentes. Ainda, é preciso considerar a possibilidade de que tais necessidades não foram levadas em conta, e que as administrações públicas interferiram no espaço da cidade de Francisco Beltrão de acordo com outros critérios, que podem ser de cunho político

ou não. Para o Sr. João Arruda (op. cit.), nas suas duas administrações, ficou claro o interesse, inicialmente, de “colocar Beltrão no mapa” e atrair para ela os serviços públicos necessários para lhe proporcionar desenvolvimento e, mais tarde, atrair empresas de porte que pudessem movimentar a economia local. Para o Sr. Arni Hall (op. cit.), o desenvolvimento da cidade de Francisco Beltrão não precisa ser, necessariamente, pela instalação de empresas que atraem mão-de-obra barata e desqualificada. Ele argumenta que a base de toda transformação social dá-se pela educação, razão que justifica o seu envolvimento com a instalação de instituições de Ensino Superior na cidade, por exemplo. O Sr. Vilmar Cordasso comentou (op. cit.) que, como administrador de Francisco Beltrão, ele precisa estar atento às vocações do município que, na sua opinião, estão bem definidas e precisam ser priorizadas, sem, com isto, desrespeitar quaisquer outras iniciativas que possam surgir, pois delas podem nascer novas possibilidades para o desenvolvimento futuro do município.

Desse modo, discutiremos a partir deste momento o último dos eixos temáticos citados nas entrevistas, referente à questão da industrialização do município de Francisco Beltrão. O destaque dado para essa política pública, nesta pesquisa, justifica-se pelo fato de que ela é uma das prioridades da atual gestão administrativa de Francisco Beltrão, seja pela implantação dos distritos industriais, seja pelo incentivo à agroindústria, aproveitando o potencial de cada área do município. E, também, porque a criação de indústrias locais e a atração de novas indústrias para o município foram preocupações constantes das administrações locais há algumas décadas.

A discussão em torno do incentivo por parte da Prefeitura Municipal para a implantação de indústrias em Francisco Beltrão iniciou, na década de 60, quando o GETSOP atuava no município legalizando as terras do Sudoeste paranaense, demonstrando, juntamente com a Igreja Católica e o poder político local, uma preocupação com a chegada de novos moradores na cidade sem que houvesse uma oferta de empregos condizente. Além das indústrias tradicionais³⁵ que possuíam um número considerável de funcionários para a época, havia outras 78

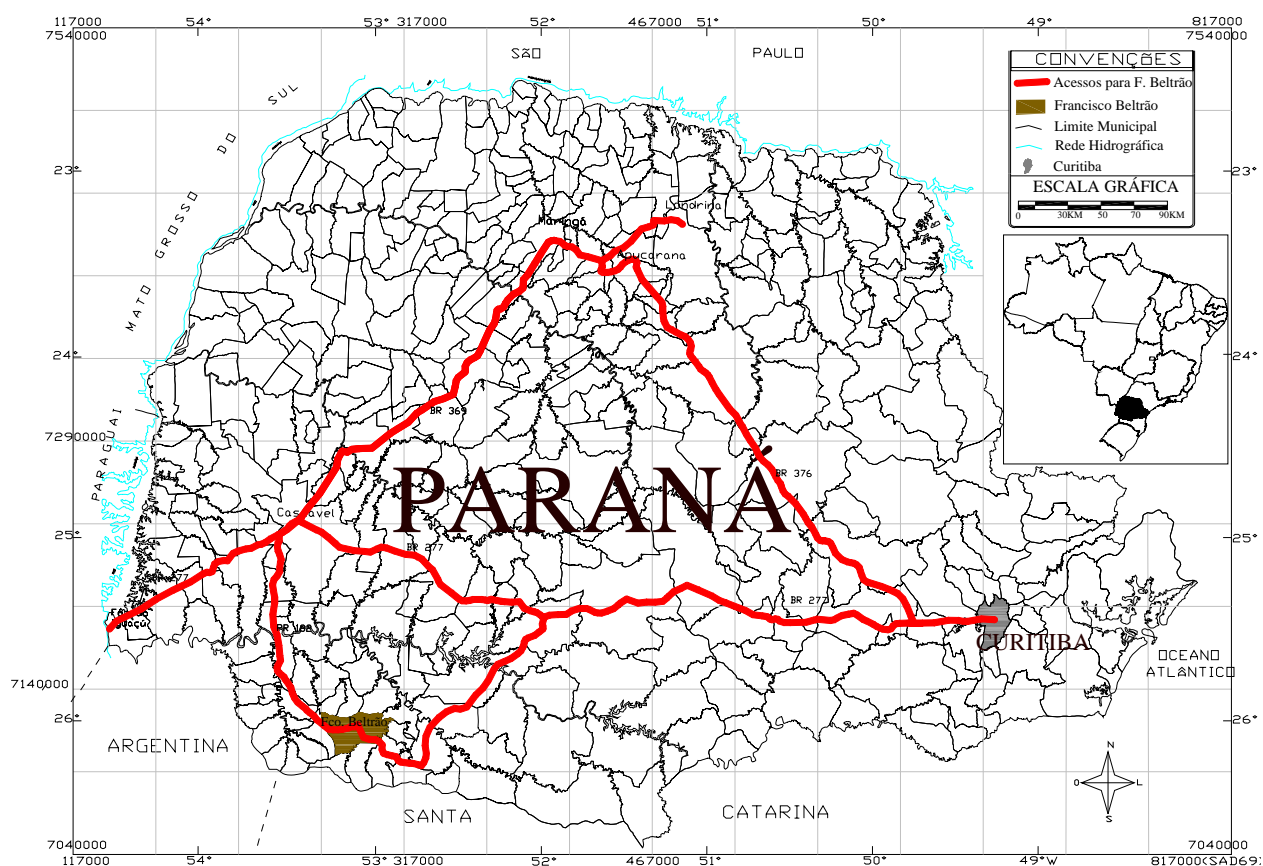
³⁵ Entre as indústrias tradicionais do município, destacam-se: Ângelo Camilotti e Cia Ltda, atualmente chamada de Camidoor, instalada em 1954, atuando no setor madeireiro; Marel, instalada em 1967, atuando no setor moveleiro; Dorodel, atualmente chamada de Fremapar, atuando no setor madeireiro; e Tram's, instalada em 1974, atuando no setor alimentício.

(setenta e oito) indústrias de menor porte atuando na cidade, segundo o IBGE (1960).

Desde aquela época, o poder público sempre atuou no sentido de fornecer a infra-estrutura básica, fazendo a doação de terrenos ou isentando as empresas que se instalavam em Francisco Beltrão do pagamento dos impostos municipais, numa política de atrair empregos para a cidade. Por várias razões, a localização e a distância entre a Região Sudoeste e os centros maiores provocou um desenvolvimento na região inferior à expectativa (CARTOGRAMA 9). A cidade de Cascavel, no Oeste do Estado, foi criada no mesmo dia que Francisco Beltrão e Pato Branco, no Sudoeste, mas por estar no eixo Foz do Iguaçu–Curitiba, e ter sido contemplada rapidamente com melhores rodovias de acesso, conseguiu superar o crescimento das duas principais cidades do Sudoeste.

Sem desmerecer as indústrias que existiam em Francisco Beltrão anteriormente, mas levando em consideração, unicamente, a informação contida nas entrevistas, notamos que os entrevistados consideraram como um passo importante para diminuir o isolamento do Sudoeste paranaense e de Francisco Beltrão, a instalação da S.A Indústria e Comércio Chapecó, na década de 1980. Essa indústria foi instalada na cidade durante a primeira gestão do Sr. João Arruda, com a finalidade de produzir frangos e rações e, em 1991, foi vendida para a empresa Sadia, que passou a fazer grandes investimentos na implantação e na ampliação das suas estruturas. De acordo com o Sr. João Arruda (op. cit.), havia grande interesse por parte do poder político local em desenvolver algumas indústrias em Francisco Beltrão que, até aquele momento, era um município que dependia economicamente das pequenas produções rurais, dentre as quais se destacavam a criação de suínos e de aves, fato que gerou o grande interesse na instalação de frigoríficos. Além do frigorífico de aves, houve, por parte do Sr. João Arruda, a iniciativa para a instalação de um frigorífico de suínos, que acabou não acontecendo, resultando numa grande frustração pessoal. Segundo ele (op. cit.), o frigorífico de suínos chegou quase à metade da obra e ele não conseguiu terminar, “depois não deram continuidade, acho que aquilo foi um crime que cometeram não contra Beltrão, mas contra a Região Sudoeste, interrompendo uma coisa que seria um outro surto de desenvolvimento como foi o Frigorífico Chapecó, que hoje é a Sadia (...)”.

CARTOGRAMA 9 – ESTADO DO PARANÁ COM DESTAQUE PARA AS PRINCIPAIS RODOVIAS DE LIGAÇÃO ENTRE FRANCISCO BELTRÃO E AS CIDADES PÓLO DAS OUTRAS REGIÕES DO ESTADO



FONTE: Guia Quatro Rodas (2004).
ORG.: SPILLER, A. (2006).

A instalação da empresa Sadia em Francisco Beltrão (FIGURA 30) aumentou significativamente o número de empregos na cidade e no meio rural e vem ampliando, aos poucos, o seu parque industrial e o seu processo produtivo, contando sempre com o apoio do poder público³⁶. No entanto, a cidade de Francisco Beltrão passou a ter uma relativa dependência desta empresa, pois, atualmente, ela emprega cerca de 2.300 (dois mil e trezentos) funcionários, em três turnos de trabalho no frigorífico de frango e dois turnos no frigorífico de peru, com previsão para a abertura de um novo frigorífico de frango para os próximos meses. Assim,

³⁶ O poder público de Francisco Beltrão investe, em média, R\$ 4.500,00 por aviário, o que corresponde a 50 horas/máquina para a realização de terraplanagens e cascalhamentos dos acessos no meio rural. (GAZETA DO PARANÁ, 2003)

justamente por necessitar de um número expressivo de empregados, a Sadia favoreceu o crescimento da cidade em direção às suas instalações, principalmente nos bairros Sadia, Pinheirinho e Pinheirão.

FIGURA 30 – PARTE DAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA SADIÁ S/A EM FRANCISCO BELTRÃO



FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

Ao estimular o crescimento da cidade, essa empresa estimulou também a geração de serviços diversificados para atender a nova demanda, abrindo um novo leque de possibilidades de investimentos e de empregos e, conseqüentemente, estimulou o desenvolvimento da cidade e da região. Nos últimos quinze anos, a cidade de Francisco Beltrão recebeu vários tipos de investimentos no setor industrial, os quais se encontram espalhados pela sua área urbana ou nos distritos industriais, além de algumas agroindústrias no meio rural.

Assim como a empresa Sadia, as demais empresas que se instalaram no município também receberam incentivos fiscais ou até mesmo ajuda financeira no

momento da execução da obra e da instalação da infra-estrutura por parte do poder público municipal, pois existe, entre as administrações das cidades do Sudoeste paranaense, uma política de atração de empresas de uma cidade para outra, numa disputa por maior oferta de empregos e, com o tempo, maior arrecadação de impostos.

A ênfase dada pelo poder público para a criação dos distritos industriais de Francisco Beltrão aconteceu ao mesmo tempo em que foi retomada a discussão em torno do planejamento urbano para a elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade, composto pelas leis: Lei do Perímetro Urbano, Lei do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Lei do Parcelamento do Solo Urbano, Lei do Sistema Viário, Código de Obras, Código de Posturas e Lei do Meio Ambiente. Não obstante, na Súmula das Leis Municipais anteriores à aprovação do Plano Diretor, em 1996, é possível observar a existência de várias leis que tratam do zoneamento, parcelamento e loteamentos do solo urbano como também o código de obras; são leis que possuem uma finalidade prática e foram elaboradas e aprovadas na medida em que a cidade ia crescendo e as necessidades de ordenamento surgiam.

A elaboração e a aprovação do Plano Diretor de Francisco Beltrão mostrou-se muito conveniente para o momento que a cidade estava vivendo, na década de 1990, quando duas demandas assumiam um caráter emergencial para o planejamento desta cidade: a ordenação da ocupação do espaço urbano e do processo de verticalização que lhe foi decorrente e a definição das áreas destinadas à instalação de indústrias.

Para o primeiro caso, a partir do Plano Diretor (1996), a administração pública municipal iniciou o trabalho de organização e planejamento do uso espacial da cidade de Francisco Beltrão seguindo os seus critérios; considerando o perímetro urbano definido pela Lei nº 2.548/96, disponibilizou para o crescimento horizontal da cidade uma área considerável que ainda permanece inutilizada³⁷, enquanto a cidade vivencia um contraditório processo de verticalização (FIGURA 31).

³⁷ Sganzerla (2003) comenta que a população urbana de Francisco Beltrão cresceu 423,9% no período de 1970 a 2000, e a sua expansão territorial urbana correspondeu a 158,5% no mesmo período. Apesar da desproporção citada, a cidade ainda possui muitos terrenos vazios em todos os bairros, comprovando que pode ser mais densamente ocupada. A razão para a existência destes terrenos vazios está no fato de que a quantidade de terra recebida em doação do GETSOP e transformada em loteamentos, antes mesmo da urbanização de Francisco Beltrão, na década de 70, ocasionou uma oferta maior do que a demanda de terrenos para a época, e, além disto, no decorrer

FIGURA 31 – VERTICALIZAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE



FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

A verticalização da área central da cidade de Francisco Beltrão, além de ser contraditória, dada a disponibilidade de áreas vazias para a sua expansão urbana, e pela suas características de cidade interiorana de porte médio, ainda com terrenos amplos que possibilitam as construções térreas, principalmente para residências; é paradoxal também pela questão estrutural, com ruas estreitas que dificultam a concentração de automóveis e a circulação de veículos de carga, e pela questão geográfica, pois a área central localiza-se num vale rodeado de baixos morros que interferem na circulação do vento e, conseqüentemente, na sensação térmica elevada.

No Cartograma 10, percebemos que há uma quantidade razoável de terras para serem loteadas no perímetro urbano de Francisco Beltrão, o que torna

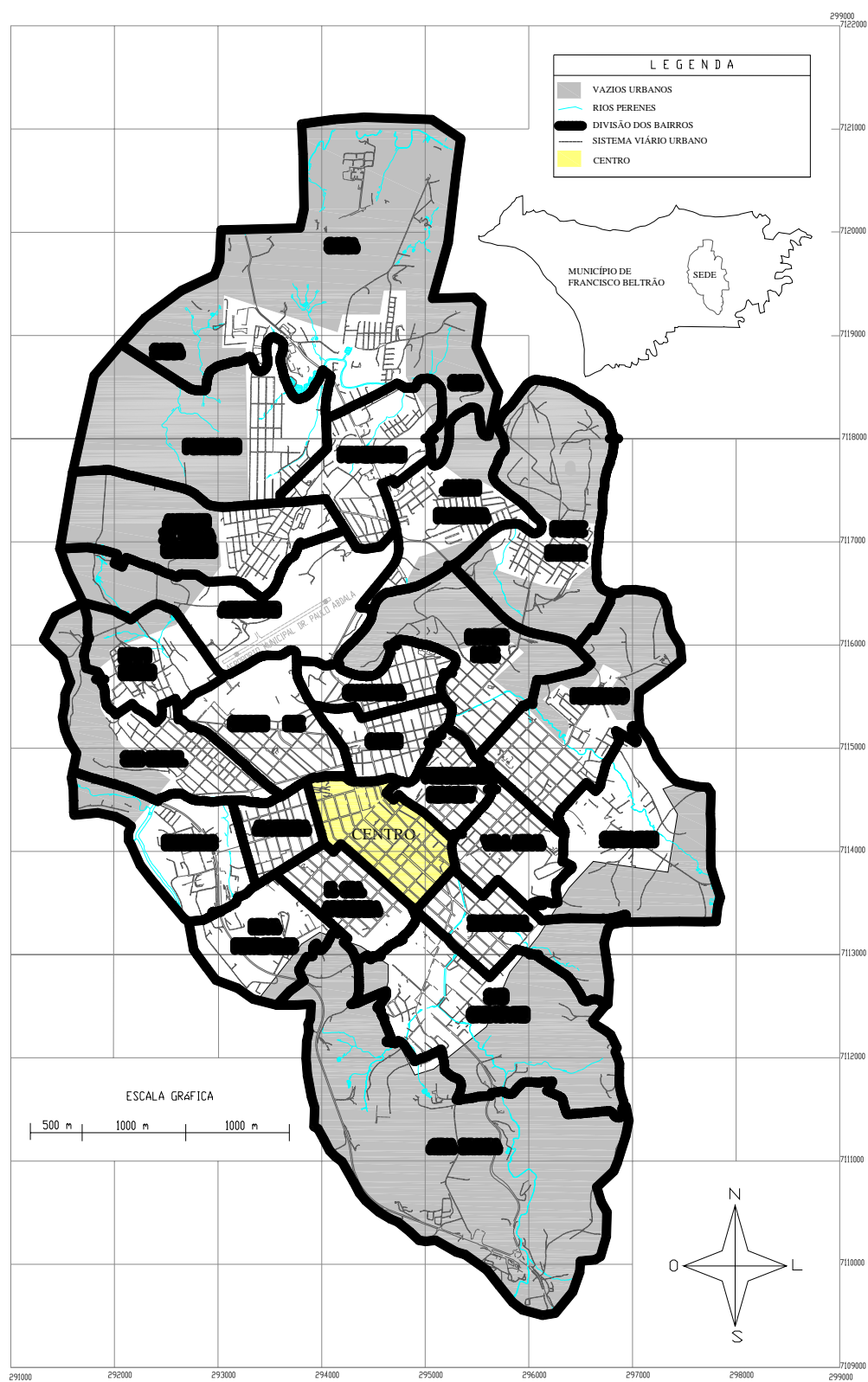
dos anos, o Poder Público regulamentou um grande número de loteamentos particulares, formando sempre uma reserva a ser ocupada.

questionável a necessidade de verticalizar o centro da cidade. No entanto, a expansão horizontal dá-se, principalmente, a partir das iniciativas do poder público, seja permitindo a abertura de loteamentos particulares, construindo conjuntos habitacionais, instalando loteamentos industriais ou, ainda, posicionando estrategicamente as suas estruturas.

Como já citado anteriormente, o poder público municipal vem aprovando, nas últimas décadas, vários loteamentos particulares de áreas do perímetro urbano que, aos poucos, são incorporadas à malha urbana; além desses, foram construídos alguns conjuntos habitacionais, que são consumidores de espaço, e, como, normalmente, são instalados distantes do centro, criam uma reserva intermediária que passa a ser influenciada pelo mercado, resultando em espaços vazios expostos à especulação imobiliária.

No mesmo sentido, o poder público municipal está atuando na implantação de novas estruturas urbanas estrategicamente posicionadas, com o intuito de direcionar a expansão da malha urbana, como é a construção do Hospital Regional, já comentada neste texto, da Casa de Custódia, na saída para Cascavel e dos loteamentos industriais, que incentivam a ocupação das áreas próximas para a construção de moradias e a instalação de serviços.

CARTOGRAMA 10 – O PERÍMETRO URBANO E A MALHA URBANA DE FRANCISCO BELTRÃO, DESTACANDO AS ÁREAS DISPONÍVEIS PARA EXPANSÃO



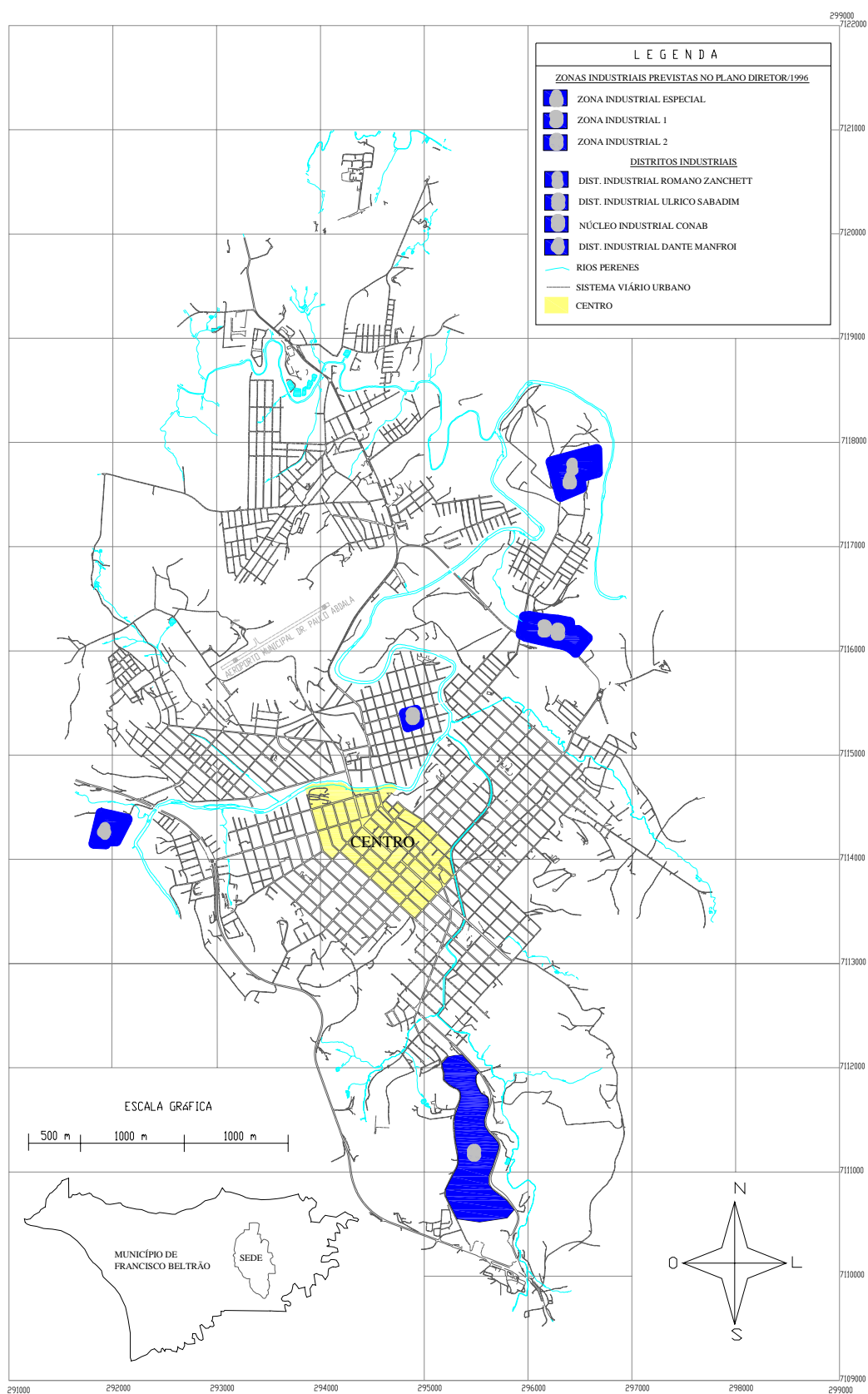
FONTE: Secretaria Municipal de Urbanismo (1996).
 ORG.: SPILLER, A. (2006).

As áreas previstas no Plano Diretor de Francisco Beltrão, através da Lei do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Lei nº 2.579/96, são as Zonas Industriais 1 e 2 e a Zona Industrial Especial, as quais são “reservadas para fins específicos e sujeitas a normas próprias (...)” (Art. 24), visando oportunizar implantação e ampliação de empresas de pequeno porte, genuinamente beltronenses, numa parceria entre a iniciativa privada e o poder público municipal.

De acordo com a Lei nº 2.629/97, que dispõe sobre a política de industrialização do município, o incentivo do poder público concedido às empresas é em forma de doação de bens com encargos, regime de concessão de direito real de uso e regime de concessão de uso ou cessão de uso, além dos incentivos tributários com isenção de impostos, da participação financeira do município em, no máximo, um décimo do total aplicado pela empresa, e da implantação de infraestrutura como terraplanagem, aterros, vias de acesso e rede de água, esgoto e energia elétrica. A referida lei também prevê a formação de áreas exclusivamente industriais, com a construção de barracões em lugares que viabilizem as melhores condições para os proprietários, para o acesso da mão-de-obra e para o cumprimento do Plano Diretor da cidade. As empresas beneficiadas ficam com a obrigação perante o poder público municipal de ter em seu quadro, no mínimo, 40% de seus funcionários matriculados em escolas de ensino regular ou supletivo; prestar amparo aos servidores e suas famílias; preservar o meio ambiente (de acordo com a Lei de Meio Ambiente); recolher os tributos devidos e prestar informações sobre a situação da empresa para a administração pública, quando necessário.

O Cartograma 11 apresenta a planta urbana de Francisco Beltrão com a localização das Zonas Industriais 1 e 2 e a Zona Industrial Especial bem como localiza os Distritos Industriais já implantados ou em fase final de implantação.

CARTOGRAMA 11 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ZONAS INDUSTRIAIS DE FRANCISCO BELTRÃO



FONTE: Plano Diretor de Francisco Beltrão (1996).
 ORG.: SPILLER, A. (2006).

A Zona Industrial 1 localiza-se a leste da cidade, onde está instalado o Loteamento Distrito Industrial Ulderico Sabadin, destinado às indústrias em geral, não poluentes, além do comércio e serviços de médio e grande porte (Lei nº 2.629/97, Art. 24), objetivando disponibilizar espaço físico para as empresas e promover o crescimento de oportunidades de emprego, principalmente para os moradores dos bairros mais próximos como o Padre Ulrico, Jardim Floresta e Luther King.

O Loteamento Distrito Industrial Ulderico Sabadin (FIGURA 32) conta com um conjunto de barracões onde já estão instaladas doze empresas que geram, em média, 300 (trezentos) empregos e, numa segunda etapa, novos barracões serão construídos para complementar o projeto. (REVISTA AMP, 2004)

FIGURA 32 – LOTEAMENTO DISTRITO INDUSTRIAL ULDERICO SABADIN



FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

A Zona Industrial 2 localiza-se ao sul da cidade, numa área que se encontra, ainda, desocupada, mas que já vivenciando um processo de expansão da

malha urbana, principalmente para o uso residencial, o que deverá ser intensificado com a construção do Hospital Regional. Devemos considerar, no entanto, que por estar localizada numa baixada, propícia à construção residencial, a instalação da Zona Industrial poderá ser problemática, principalmente em relação à circulação dos poluentes, pois, a Lei nº 2.579/96, Art. 24 e §2º prevê para esta Zona Industrial a instalação de indústrias em geral que tenham potencial polutivo, além de comércio e serviços de médio e grande porte.

A Zona Industrial Especial localiza-se a leste da cidade de Francisco Beltrão, numa área, próxima ao Parque Irmão Cirilo, que margeia o rio Marrecas e considerada área de proteção ambiental do município. Para ela está prevista (Lei nº 2.579/96, Art. 24, §3º) a instalação de indústrias não poluentes, de comércio e serviços de médio e grande porte, com baixa taxa de ocupação. Ali está sendo implantado o Loteamento Distrito Industrial Romano Zanchett, ocupando os antigos barracões que foram planejados para acomodar o FRIGOBEL, e que não chegou a ser concluído. A infra-estrutura ainda é precária, mas já possui algumas empresas instaladas. Na Figura 33, observamos um dos barracões, parte de um conjunto de três.

FIGURA 33 – LOTEAMENTO DISTRITO INDUSTRIAL ROMANO ZANCHETT



FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

Apesar das especificações previstas na lei municipal que trata do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Perímetro Urbano de Francisco Beltrão, o poder público realizou um projeto de instalação do Núcleo Industrial Conab (FIGURA 34), localizado no Bairro da Cango, nas instalações da antiga Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com espaço físico para 16 empresas não poluentes.

FIGURA 34 – NÚCLEO INDUSTRIAL CONAB



FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

De acordo com o Cartograma 11, há, ainda, um Distrito Industrial sendo finalizado no oeste da cidade de Francisco Beltrão, o qual não constou na Lei 2.579/96, porque se tratava de uma área de proteção ambiental. De acordo com a explicação dada por Sílvia Lorenzetti (informação oral), da Secretaria Municipal de Planejamento, devido ao trabalho realizado por esta secretaria e pelo poder público local, a referida área foi descaracterizada como Zona de Proteção Ambiental pelo

Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e transformada no Distrito Industrial Dante Manfroi em 2003.

A estrutura física do Distrito Industrial Dante Manfroi (FIGURA 35) é composta por dezoito barracões com duzentos, trezentos e quinhentos metros quadrados, com capacidade para atender às empresas que necessitam de espaços maiores para a produção.

FIGURA 35 – LOTEAMENTO DISTRITO INDUSTRIAL DANTE MANFROI



FONTE: ORTOLAN, A. (2006).

Uma vez aprovada a Lei nº 2.629, em 1997, a industrialização do município e a implantação das áreas industriais passaram a ser prioridade para o governo municipal, inclusive para as atividades terciárias, coincidindo com a política estadual de incentivo aos investimentos privados ao longo da década de 1990. Segundo Oliveira (2001), qualquer político que esteja no poder, independente da posição político-partidária, terá interesse em fazer prosperar a iniciativa privada, não apenas porque o seu crescimento resultará em maior contratação de mão-de-obra,

movimentando a economia como um todo, como também contribuirá com o poder público na medida em que paga os impostos e possibilita o investimento dos recursos tributados em benfeitorias gerais. Nesse sentido, o município de Francisco Beltrão vem adotando a política de fomentar empregos e crescimento econômico através das parcerias realizadas entre o poder público e a iniciativa privada.

De acordo com uma análise sobre as regiões econômicas do Paraná, realizada por Oliveira (2005), a região Francisco Beltrão-Pato Branco teve, em 2003, uma contribuição de apenas 1,8% no Valor Adicionado Fiscal³⁸ (AVF) da produção industrial do Estado do Paraná, cujos segmentos mais significativos são o abate de aves (39,7%), a produção de eletrodomésticos (8,4%) e de vestuário (6,5%). Essas empresas foram responsáveis pelo crescimento da mão-de-obra utilizada nas indústrias da região nos últimos anos: em 1999, era de 13.885 e, em 2003 passou para 19.153 postos de trabalho. É importante considerar, ainda, que apesar dos incentivos e da vontade política para a criação de indústrias, os setores que mais se destacaram são o da produção de aves para o abate e de leite, cabendo ressaltar que, nesse setor, a região Sudoeste teve a melhor produção do Estado.

Tais dados reforçam uma discussão antiga entre as lideranças políticas de Francisco Beltrão e da Região, que é a necessidade de fortalecer a produção agrícola e desenvolver as agroindústrias para, posteriormente, pensar no desenvolvimento industrial. No início da década de 1990, de acordo com o Jornal de Beltrão (1991), técnicos do SEBRAE comentavam que as cidades do Sudoeste do Paraná não deviam ficar esperando investimentos externos para se desenvolverem, pois eles não viriam inicialmente, mas somente depois que as empresas locais, a produção agrícola e a pecuária fossem fortalecidas com eficientes métodos de produção e comercialização.

Se, por um lado, a instalação dos distritos industriais em Francisco Beltrão disponibiliza espaço físico para as empresas, por outro, a parceria entre elas e o poder público local tem o objetivo de promover o crescimento das oportunidades de emprego e renda para os habitantes da cidade (REVISTA AMP, 2004). Notamos este mesmo discurso também, na fala dos entrevistados, principalmente dos administradores locais. Nos seus discursos, os políticos locais tendem a enquadrar a

³⁸ O Valor Adicionado Fiscal é o resultado da diferença entre os valores das operações de saída de mercadorias e serviços, sujeitos ao ICMS, em relação aos de entrada, consideradas as variações de estoque. (OLIVEIRA, 2005)

cidade no molde do desenvolvimento urbano adotado por muitas cidades brasileiras, integrando Francisco Beltrão a uma rede ampla de cidades que vivem processos semelhantes e que buscam, de alguma maneira, conquistar um lugar de destaque, seja em nível regional ou nacional. A relação estabelecida entre Francisco Beltrão e as outras cidades, através dos políticos que a representam, expressa publicamente uma vontade política em prol do seu crescimento e desenvolvimento facilmente entendida pela sociedade, de maneira geral. Nesse contexto, algumas questões são entendidas como imprescindíveis para o desenvolvimento local como a instalação de indústrias para gerar emprego e renda e a criação de universidades que atendam aos anseios da população, por exemplo.

Em meio a esse discurso, que é global, emergem, na prática, algumas contradições. O Sr. Vilmar Cordasso (op. cit.), por exemplo, disse que a sua administração não quer receber pessoas de fora apenas para encher a cidade, mas quer que sejam pessoas mais qualificadas que possam morar adequadamente, sem perturbar o planejamento urbano. No entanto, a sua principal política administrativa é no sentido de ampliar o parque industrial, visando contratação com baixos salários. Ou seja, a carência de empregos na cidade é usada como uma estratégia política, mas não se apresenta, na prática, como um aliado do desenvolvimento propagado no discurso.

De maneira geral, as estruturas urbanas, apresentadas nesta pesquisa, nas áreas de infra-estrutura básica, saúde, educação, meio ambiente e industrialização, assim como outras estruturas que não foram apontadas, como os espaços de lazer, por exemplo, são como monumentos herdados pela cidade a partir de cada administração municipal, os quais são sempre lembrados pelos políticos, em seus discursos, pois são capazes de afirmar o poder daqueles que os construíram (CORRÊA, 2005), mas podem significar, também, a sua negação, na medida em que cada político tenta exaltar os seus feitos enquanto minimiza os dos outros.

Além de uma rede relacional entre a cidade de Francisco Beltrão e a sua externalidade, existem as redes locais, capazes de expressar outra realidade, que tem a ver com o lugar e com as suas verdadeiras características culturais e têmporo-espaciais. Se pudéssemos analisar Francisco Beltrão por ela mesma, sem considerar as comparações com as outras cidades e a rede de interdependência em que ela está inserida, surgiriam outras prioridades para os investimentos públicos.

Segundo Serpa (2005), os poderes públicos trabalham com o discurso de que determinadas estruturas significam desenvolvimento e progresso e confiam na reciprocidade da população, que termina por acreditar, na maioria das vezes, que isso é verdade. Nesse contexto, por exemplo, o Sr. Arni Hall (op. cit.) sugere que se leve em conta uma importante vocação do município de Francisco Beltrão, e da Região Sudoeste de maneira geral, que é o cooperativismo. Em sua opinião, existem experiências importantes de cooperativismo no Sudoeste que não é possível ver em outros lugares do país. Essa é uma iniciativa que não passa pelo poder público e pode ser um importante aliado no desenvolvimento regional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Francisco Beltrão vem apresentando, no seu cotidiano, aspectos da interação existente entre elementos do passado e do futuro, temporais e espaciais, os quais são expressos nas ações e nas estruturas, desenhando a cidade e as redes relacionais que envolvem todos os seus habitantes. Com o peculiar dinamismo das cidades, a área urbana de Francisco Beltrão encontra-se em transformação e tais interferências, no espaço, decorrem da atuação de seus agentes sociais. Todos os habitantes da cidade, de maneira geral, participam da construção do espaço que habitam, mas a participação de cada um dos agentes sociais pode divergir, devido à diversidade dos interesses em questão.

Inserir Francisco Beltrão no contexto histórico da Região Sudoeste e explicar a sua existência a partir dos elementos dados, sejam econômicos, culturais ou sociais, como fizemos no segundo capítulo, foi um caminho para conhecer a cidade e compreendê-la sob tais aspectos. No entanto, sabendo da complexidade das relações existentes no espaço urbano, optamos por conhecer melhor alguns pontos desta rede que se entrecruza sobre a cidade cotidianamente, sem desprezar a importância da dinâmica regional, política e econômica, sobre o espaço urbano em questão nem a influência recebida das esferas estadual, federal e mundial; e sem, tampouco, desprezar a cultura regional e as suas expressões culturais sobre o espaço assim como o papel de cada agente social articulando-se constantemente e perpassando a economia, política e cultura, emitindo as mais diversas representações.

Com a proposta de analisar as estruturas espaciais urbanas do cotidiano de Francisco Beltrão, levando em consideração as representações sociais obtidas nos discursos das famílias tradicionais e do Estado, privilegiamos o senso comum e demos credibilidade àquilo que nos foi transmitido nas entrevistas, entendendo-o como um conhecimento do cotidiano que se manifesta nos discursos políticos e de poder expressando opiniões e análises sobre os acontecimentos, as quais serviram de argumento, em alguns momentos, para justificar a intervenção dos vários agentes sobre o espaço urbano estudado. No presente estudo, a hermenêutica (como ferramenta de análise) permitiu-nos interpretar os discursos e enquadrá-los num contexto histórico cujo referencial ajudou-nos a (tentar) explicar as estruturas urbanas de Francisco Beltrão.

Notamos que as famílias tradicionais entrevistadas tiveram uma participação têmporo-espacial importante; agiram como produtoras e reprodutoras de espaço e dos meios de produção; deram à cidade (Francisco Beltrão) a confiança e a responsabilidade de ser o lugar das suas moradas, onde elas se sustentariam e fariam novos investimentos – de acordo com a compreensão particular de cada uma (as representações) – interferindo no espaço urbano.

O Estado – compreendido como uma estrutura de poder – através de entrevistas com seus representantes políticos em várias escalas, mostrou-se muito atuante na definição das estruturas urbanas de Francisco Beltrão. Quando agrupamos as entrevistas, para facilitar a análise, destacamos no primeiro grupo os políticos envolvidos com o legislativo (Estadual e Federal) e notamos Francisco Beltrão como um “nó” da rede de relações que compõe o cenário político nacional, de onde eles saem, quando eleitos, e para onde retornam constantemente, fazendo os contatos necessários para manter/fortalecer as relações ou para anunciar as conquistas obtidas, como representações, através de seus discursos. No segundo grupo apresentamos as pessoas envolvidas com a administração local e confirmamos a importância da articulação política nas esferas local, estadual e federal; não é possível governar uma cidade isoladamente sem a estrutura do Estado, pois há uma interdependência entre essas esferas.

Os agentes sociais integrados às estruturas das famílias tradicionais e do Estado foram, para esta pesquisa, ferramentas metodológicas capazes de auxiliar na compreensão do espaço urbano de Francisco Beltrão. As suas representações, obtidas através das entrevistas, mostraram a vontade de cada um, baseada em necessidades e interesses, de construir as estruturas espaciais urbanas do cotidiano da cidade.

Ênfase maior foi dada às entrevistas dos governos municipais – João Baptista de Arruda, Arni Hall e Vilmar Cordasso – dos quais pesquisamos a participação na definição das estruturas espaciais que conhecemos. Em torno dos seus nomes e com o auxílio das informações contidas nos anuários do Jornal de Beltrão, obtivemos territorialidades compreendidas pela organização político-partidária entre os candidatos, a sociedade local (incluindo as famílias tradicionais) e os políticos de outras escalas do poder.

As estruturas espaciais citadas, sejam as concretas que fazem parte do cotidiano da cidade ou aquelas projetadas para serem executadas num futuro

próximo, foram apresentadas pelos governos municipais entrevistados como formas espaciais de poder, através das quais eles expressam os seus interesses políticos e, também, outros interesses que vêm ao encontro dos anseios da população, justificando as suas ações. A *intenção política*, como assegura Bourdieu (2000), tanto no discurso que promete fazer como naquele que apresenta a obra com todas as suas “qualidades”, é um indício da necessidade de legitimação das suas ações pela aprovação pública. Se os entrevistados manifestaram a intenção de fazer ou mesmo comentaram sobre aquilo que já fizeram, podemos pensar que estas são as regras do *jogo político* que eles jogam, inclusive, fazendo com que os seus interesses (do homem político) tornem-se interesses comuns.

Como formas espaciais de poder, as estruturas urbanas citadas nas entrevistas aqui analisadas assumem, ainda, um caráter de símbolos de poder: a implantação de uma universidade federal daria aos habitantes de Francisco Beltrão mais do que ensino superior público, ela seria um símbolo que representaria a força política do grupo que a implantou. Os distritos industriais, as estruturas de saúde e educação pública, a infra-estrutura básica são símbolos dispersos no espaço urbano que reforçam o poder político quando são citados nos discursos como obras que atendem aos anseios da população. O Hospital Regional e o Contorno Leste, que ainda não foram construídos mas foram citados nas referidas entrevistas com os administradores municipais, são símbolos de poder, antes mesmo de existir, e já fazem parte do imaginário coletivo como espaços de representação.

Ao final desta etapa, fazendo uma avaliação do trabalho construído até o presente momento, sentimo-nos compensados pela quantidade de informações que nos foram disponibilizadas nas entrevistas a partir das quais pudemos compreender a participação das famílias tradicionais (entrevistadas) e do Estado na construção do espaço urbano de Francisco Beltrão e na definição espacial das suas estruturas. Por outro lado, angustiamo-nos ao perceber que, embora muitas entrevistas sejam fontes ricas de informações, não puderam ser utilizadas para esta pesquisa por não contemplarem diretamente o tema proposto.

Estamos cientes, portanto, de que não esgotamos as possibilidades de análise e isso nos estimula a continuar.

FONTES PRIMÁRIAS

ARRUDA, J. B. de. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 31 mar. 2005.

BRASIL. **Constituição Federal**. São Paulo: IOB/Thomson, 2005. Coleção Universitários.

BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/lei_responsabilidade_fiscal.asp>. Acesso em: 15 fev. 2006.

CAMILOTTI, A. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 07 abr. 2005.

CASARIL, C. C. **Capital Imobiliário e Verticalização Urbana em Francisco Beltrão/PR**. Francisco Beltrão, 2004. Monografia (Graduação em Geografia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

CAVALHEIRO, R. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 12 abr. 2005.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ. **Posição Geral dos Conjuntos Habitacionais por Escritórios Regionais**. (Folder). Escritório Regional de Francisco Beltrão.

CORDASSO, V. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 23 jul. 2005.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio**. O dicionário da língua portuguesa Século XXI. 3ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOLADOR, G. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 03 mai. 2005.

FRANCIOSI, C. **Sonho e realidade através da arte**. Francisco Beltrão, 2002.

FRANCISCO BELTRÃO. Decreto-lei n. 458, de 11 de outubro de 1973. Define a área urbana da cidade de Francisco Beltrão, estabelece o perímetro urbano e dá outras providências. **Súmula das Leis Municipais**. 1973.

_____. Decreto-lei n. 503, de 11 de abril de 1975. Fixa normas para as construções de prédios na Zona Central da Cidade de Francisco Beltrão. **Súmula das Leis Municipais**. 1975.

_____. Decreto-lei n. 504, de 11 de abril de 1975. Estabelece proibições de fracionamento de terrenos urbanos da cidade de Francisco Beltrão. **Súmula das Leis Municipais**. 1975.

_____. Decreto-lei n. 779, de 30 de abril de 1980. Regula o loteamento urbano, arruamento e remembramento de terrenos no Município de Francisco Beltrão. **Súmula das Leis Municipais**. 1980.

_____. Decreto-lei n. 1.303, de 09 de abril de 1987. Estabelece critérios para a aprovação de loteamentos urbanos, arruamento e remembramento de terrenos no Município de Francisco Beltrão. **Súmula das Leis Municipais**. 1987.

_____. Decreto-lei n. 2.548, de 20 de novembro de 1996. Aprova medidas e demais especificações do Perímetro Urbano de Francisco Beltrão. **Súmula das Leis Municipais**. 1996.

_____. Decreto-lei n. 2.579, de 12 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Perímetro Urbano do Município de Francisco Beltrão e dá outras providências. **Súmula das Leis Municipais**. 1996.

_____. Decreto-lei n. 2.629, de 10 de setembro de 1997. Dispõe sobre a Política de Industrialização do Município e dá outras providências. **Súmula das Leis Municipais**. 1997.

FRANCISCO BELTRÃO. **Súmula das Leis Municipais**. 1965-2003.

FREGONESE, L. A. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 15 abr. 2005.

GAZETA DO PARANÁ. **Avicultura ganha força no Sudoeste paranaense**. 25 nov. 2003. Disponível em: <http://www.aviculturaindustrial.com.br/site/dinamica.asp?id=6804&tipo_tabela=negocios&categoria=mercado_interno>. Acesso em: 15 dez. 2005.

HALL, A. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 23 dez. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 60, 2000.

_____. **Censo Demográfico 2000**. IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 dez. 2004.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Paranaenses**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

_____. **Tendências Demográficas: uma análise da amostra do Censo Demográfico 2000**. IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2004.

_____. **Censo Industrial de 1960. Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. III, 1960.

_____. **Censo Industrial de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

JORNAL DE BELTRÃO. Francisco Beltrão, v. 1-2, 1991.

JORNAL DE BELTRÃO. Francisco Beltrão, v. 1-2, 1992.

JORNAL DE BELTRÃO. Francisco Beltrão, v. 1-2, 1996.

JORNAL DE BELTRÃO. Francisco Beltrão, v. 1-2, 2000.

JORNAL DE BELTRÃO. Francisco Beltrão, v. 1-3, 2004.

LEGISLATIVO BELTRONENSE. **Legislativo Beltronense – 50 anos de História.** Francisco Beltrão: Jornal de Beltrão S/A, 2002.

MEURER, N. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan.** Francisco Beltrão, 01 abr. 2005.

PARANÁ. **Municípios da Mesorregião Sudoeste Paranaense.** Disponível em: <<http://www.brasilchannel.com.br>>. Acesso em: 01 fev. 2005.

PARANÁ. **Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná.** 2003. Disponível em: <<http://paranacidade.org.br>>. Acesso em: 30 out. 2005.

PERFIL DE FRANCISCO BELTRÃO-PR. **Levando Francisco Beltrão até você...** Francisco Beltrão: ACIAFB, 2004. 1 CD-ROM.

PIRES JÚNIOR, J. A. M. **A Realização Orçamentária e Financeira de Emendas Orçamentárias e o seu Controle pelo Executivo por meio da (In)Fidelidade Parlamentar.** Brasília: ESAF, 2005, 66 p. Monografia premiada em 1º lugar no X Prêmio Tesouro Nacional – 2005, Tribulação, Orçamentos e Sistemas de Informação sobre a Administração Pública, Brasília (DF). Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/Xpremio/sistemas/1tosiXPTN/1premio_Tosi/pdf>. Acesso em: 30 abr. 2006.

RAFAGNIN, L. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan.** Francisco Beltrão, 14 abr. 2005.

REVISTA AMP. **Emprego perto de casa.** Curitiba: Revista AMP LTDA, nov. 2004, p. 60.

REVISTA GENTE DO SUL. Francisco Beltrão, 2001.

SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Paranacidade.** Disponível em: <<http://www.paranacidade.org.br>>. Acesso em: 30 out. 2005.

SGANZERLA, D. M. O. da S. **Preço do Solo Urbano na Cidade de Francisco Beltrão-PR.** Francisco Beltrão, 2003, Monografia (Graduação em Geografia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

TRAIANO, A. **Entrevista concedida a Adriana Ortolan**. Francisco Beltrão, 02 abr. 2005.

VIANA, F. T. **E Espacialização do Catolicismo no Município de Francisco Beltrão/PR**. Francisco Beltrão, 2004. Monografia (Graduação em Geografia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. Sociologia da família. In: CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da Família**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ABRUCIO, F. L.; COUTO, C. G. **A Redefinição do Papel do Estado no Âmbito Local**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, 10(3), 1996.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. São Paulo: Graal, 1992.

BECK, U. **Liberdade ou Capitalismo**. São Paulo: UNESP, 2003.

BONETI, L. W. Formação e apropriação do espaço territorial do Sudoeste do Paraná. In: ALVES, A.; FLAVIO, L. C.; SANTOS, R. (orgs.) **Espaço e Território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia Cultural: Um Século**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BUTTIMER, A. Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CORRÊA, R. L. Monumentos, Política e Espaço. In: SCRIPTA NOVA. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. IX, n. 183, 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-183.htm>>. Acesso em 27 jul. 2005.

DINIZ FILHO, L. L. Certa Má Herança Marxista: Elementos para Repensar a Geografia Crítica. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

DUVEEN, G. O Poder das Idéias. In: MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ENGELS, F. A família monogâmica. In: CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da Família**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 16ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FARAH, M. F. dos S. Parcerias, Novos Arranjos Institucionais e Políticas Locais. In: CEPAM. **O Município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. Edição Especial. São Paulo, 1999.

FERES, J. B. **Propriedade da Terra: opressão e miséria**. Latin American Research, 56, Amsterdam (s/d).

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 11ª ed., São Paulo: Graal, 1993.

FRANCISCONI, G.; SOUZA, M. A. de. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: Estudos e Proposições Alternativas**. Brasília, Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA, 1976.

GADAMER, H. G. **Verdade e Método I**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GALLINO, A. G. **O Método Científico: Teoria e Prática**. São Paulo: HARBRA LTDA, 1986.

GIL FILHO, S. F. **Igreja Católica Romana: Fronteiras do Discurso e Territorialidade do Sagrado**. Curitiba, 2002. Tese (Doutorado em História) - DH-SCHLA, Universidade Federal do Paraná.

_____. Espaço de Representação: uma categoria chave para a análise cultural em Geografia. In: ANAIS I. **Encontro Sul-Americano de Geografia Mudanças Políticas e Superação da Crise**. Curitiba: AGB, 2003.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: 1993.

HAESBAERT, R. Território, Cultura e Des-Territorialização. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

_____. Des-caminhos e Perspectivas do Território. In: RIBAS, A. et all (orgs.). **Território e desenvolvimento: deferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOBSBAWM, E. A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). **A Invenção das Tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOEBEL, E. A.; FROST, E. **Antropologia Cultural e Social**. 2ª ed., São Paulo: Cultrix, 1976.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JOHNSTON, R. J. **Geografia e Geógrafos**. São Paulo: DIFEL, 1986.

LAZIER, H. **Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense**. 2ª ed., Francisco Beltrão: Grafit, 1997.

LEBRUN, G. **O que é Poder**. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, Coleção Primeiros Passos, 24.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Tradução por Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell, 1991.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

MACHADO, M. S. **Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de Espaço, Território e Territorialidade**. Revista Geo UERJ. Rio de Janeiro: UERJ, jan./1997. Semestral. Disponível em: <<http://www2.uerj.br/dgeo/geouerj1h/monica.htm#territorialidade>>. Acesso em: 20 mar. 2005.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 11ª ed., São Paulo: Graal, 1993.

MARICATO, E. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELLO, J. B. F. de. Geografia Humanística: A Perspectiva da Experiência Viva e uma Crítica Radical ao Positivismo. In: REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro, 52(4) 91-115, out./dez. 1990.

MORAES, A. de. **Direito Constitucional**. 14ª ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, M. A. de. **Matriz Regional-Econômica para o Estado do Paraná: Nova Regionalização e Seguintes Industriais Representativos**. Primeiro Jornada de Economia Regional Comparada e Simpósio Alternativas de Regionalização com vistas ao Planejamento do Desenvolvimento do Território. Porto Alegre, 2005. Mensagem recebida por: Ccabral@pr.sebrae.com.br. Em: 31/jan./2006.

PACHECO, R. S. Administração Pública Gerencial: Desafios e Oportunidades para os Municípios Brasileiros. In: CEPAM. **O Município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. Edição Especial. São Paulo, 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROLNIK, R. **Planejamento Urbano: Morar, atuar e viver**. Teoria e Debate, nº 09 (jan./fev./mar.), 1990. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/td/td09cidades.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2005.

SÁ, C. P. de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (org.). **O Conhecimento do Cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil, Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHOPENHAUER, A. **O Mundo como Vontade e Representação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SERPA, A. Mergulhando num Mar de Relações: Redes Sociais como Agentes de Transformação em Bairros Populares. In: **Geografia – Associação de Geografia Teórica**. Vol. 30, n. 2, Rio Claro: AGETEO, 2005.

SOJA, E. **Thirdspace**. Oxford: Blackwell Publishers Inc, 1996.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et al (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TÖNNIES, F. Teoria da comunidade e da família. In: CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da Família**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

VAINER, C. B. As Escalas do Poder e o Poder das Escalas: O que pode o poder local? In: CARDOSO, A. et al. **Planejamento e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2002.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O. et. al. **A Cidade do Pensamento Único**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VILLAÇA, F. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. **O Município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. Edição Especial. São Paulo, 1999.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

ADORNO, T. W. Desde o instante em que o vi. Filemón e Bauce. In: CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da Família**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

AFFONSO, R. **Os Municípios e os Desafios da Federação no Brasil**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, 10(3), 1996.

ALVES, A. F. et all. Sudoeste Paranaense: colonização, estrutura fundiária e indicadores da modernização agrícola. In: RIBAS, A. D. et all (orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

AZEVEDO, E. de A. Parcerias no Serviço Público Municipal. In: CEPAM. **O Município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. Edição Especial. São Paulo, 1999.

BAVA, S. C. **Desenvolvimento Local: uma alternativa para a crise social?** São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, 10(3), 1996.

BERGER, P. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis–RJ: Vozes, 2002.

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano**. 1. Artes de Fazer. Tradução Epharaim Ferreira Alves. 10ª ed., Petrópolis: Vozes, 1994.

DANIEL, C. **Poder Local no Brasil Urbano**. Espaço x Debates. São Paulo, nº 24, 1988.

DOWBOR, L. **Governabilidade e Descentralização**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, 10(3), 1996.

DOWBOR, L. O Poder Local diante dos Novos Desafios Sociais. In: CEPAM. **O Município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. Edição Especial. São Paulo, 1999.

FLAVIO, L. C.; SILVA, E. M. Espaços e territórios “invisíveis” da vida cotidiana: estocando fundamentos para a reflexão. In: ALVES, A.; FLÁVIO, L. C.; SANTOS, R. A. (orgs.). **Espaço e Território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

FROMM, E. Autoridade e super-ego: o papel da família. In: CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da Família**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GUELL, J. M. **Planificación Estratégica de Ciudades**. Barcelona: Gustavo Gili, 1997.

HABERMAS, J. A família burguesa e a institucionalização de uma esfera privada referida à esfera pública. In: CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da Família**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARVEY, D. **Do Gerenciamento ao Empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Espaço x Debates. São Paulo, nº 39, 1996.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1992.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Redação e Editoração**. Curitiba: UFPR, 2000.

LAMPARELLI, C. M. Cooperação Intermunicipal e Desenvolvimento: Soluções Regionais para o Desenvolvimento Municipal. In: CEPAM. **O Município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. Edição Especial. São Paulo, 1999.

LEFEBVRE, H. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. O problema do incesto. In: CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da Família**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOPES, R. **O Mundo Construído**. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2001.

MARCUSE, H. Hegel e a família. In: CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da Família**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MEAD, M. Cada família numa casa própria. In: CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da Família**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MITCHELL, J. Modelos familiares. In: CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da Família**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOISÉS, H. N. Município-Rede: Planejamento, Desenvolvimento Político e Sustentabilidade. In: CEPAM. **O Município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. Edição Especial. São Paulo, 1999.

MOREIRA, A. C. M. L. Conteúdo e Tipologia de Planos Diretores. In: CEPAM. **O Município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. Edição Especial. São Paulo, 1999.

MORGAN, L. H. A família antiga. In: CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da Família**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MUMFORD, L. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. Tradução: Neil R. da Silva. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NUNES, E. **Poder Local, Descentralização e Democratização**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, 10(3), 1996.

REICH, W. Ligação familiar e sentimentos nacionalistas. In: CANEVACCI, M. (org.). **Dialética da Família**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SALGADO, S. R. da C. **Experiências Municipais e Desenvolvimento Local**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, 10(3), 1996.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. et all (orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão, 2003.

SOARES, B. R. **Uberlândia: Da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado – Imagens e Representações no Triângulo Mineiro**. São Paulo, 1995. 366 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências Humanas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SOUZA, M. **Mudar a Cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPOSITO, M. E. B. A Análise Urbana na Obra de Milton Santos. In: Caderno Prudentino de Geografia. **Geografia Cidade Geopolítica**. Presidente Prudente: AGB, jun./1999.

ROSA JÚNIOR, S. G. Municípios e Desenvolvimento. In: CEPAM. **O Município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. Edição Especial. São Paulo, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Referências**. Curitiba: UFPR, 2000.

_____. Sistema de Bibliotecas. **Teses, Dissertações, Monografias e Trabalhos Acadêmicos**. Curitiba: UFPR, 2000.

_____. Sistema de Bibliotecas. **Citações e Notas de Rodapé**. Curitiba: UFPR, 2000.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 1998.